

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
FACULDADE DE FILOSOFIA, LETRAS E CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE SOCIOLOGIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SOCIOLOGIA

DANILO MENDES PIAIA

Quando a rua vira *point*: “Práticas juvenis” e pixadores no centro de São Paulo
(2017-2019)

Versão corrigida

São Paulo

2019

DANILO MENDES PIAIA

**Quando a rua vira *point*: “Práticas juvenis” e pixadores no centro de São Paulo
(2017-2019)**

Versão corrigida

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-graduação em Sociologia da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, da Universidade de São Paulo, como parte dos requisitos para obtenção do título de Mestre em Sociologia.

Orientadora: Prof^a Dr^a Fraya Frehse

São Paulo

2019

Autorizo a reprodução e divulgação total ou parcial deste trabalho, por qualquer meio convencional ou eletrônico, para fins de estudo e pesquisa, desde que citada a fonte.

Catálogo na Publicação
Serviço de Biblioteca e Documentação
Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo

P579q Piaia, Danilo Mendes
Quando a rua vira point: "Práticas juvenis" e
pixadores no centro de São Paulo (2017-2019) /
Danilo Mendes Piaia ; orientadora Fraya Frehse. -
São Paulo, 2019.
177 f.

Dissertação (Mestrado)- Faculdade de Filosofia,
Letras e Ciências Humanas da Universidade de São
Paulo. Departamento de Sociologia. Área de
concentração: Sociologia.

1. SOCIOLOGIA URBANA. 2. ÁREAS CENTRAIS. 3. RUAS
E AVENIDAS. 4. JUVENTUDE. 5. ESPAÇO PÚBLICO. I.
Frehse, Fraya, orient. II. Título.

ENTREGA DO EXEMPLAR CORRIGIDO DA DISSERTAÇÃO/TESE**Termo de Ciência e Concordância do (a) orientador (a)****Nome do (a) aluno (a): Danilo Mendes Piaia****Data da defesa: 18/12/2019****Nome do Prof. (a) orientador (a): Fraya Frehse**

Nos termos da legislação vigente, declaro **ESTAR CIENTE** do conteúdo deste **EXEMPLAR CORRIGIDO** elaborado em atenção às sugestões dos membros da comissão Julgadora na sessão de defesa do trabalho, manifestando-me **plenamente favorável** ao seu encaminhamento e publicação no **Portal Digital de Teses da USP**.

São Paulo, 14/02/2020



(Assinatura do (a) orientador (a))

PIAIA, Danilo Mendes. **Quando a rua vira *point*: “Práticas juvenis” e pixadores no centro de São Paulo (2017-2019)**. Dissertação apresentada à Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo para obtenção do título de Mestre em Sociologia.

Aprovado em:

Banca Examinadora

Prof. Dr. _____ Instituição: _____

Julgamento: _____ Assinatura: _____

Prof. Dr. _____ Instituição: _____

Julgamento: _____ Assinatura: _____

Prof. Dr. _____ Instituição: _____

Julgamento: _____ Assinatura: _____

PIAIA, D. M. **Quando a rua vira *point*: “Práticas juvenis” e pixadores no centro de São Paulo (2017-2019)**. Dissertação (Mestrado), Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, 2019.

RESUMO

A pesquisa que deu origem a esta dissertação se insere no campo dos estudos sobre juventude e cidade, ao tematizar as práticas juvenis nos lugares públicos do centro da cidade de São Paulo em anos recentes (2017-2019). Guiada pela indagação sobre quais são os usos que os protagonistas de práticas ditas juvenis fazem da rua do centro paulistano nos dias de hoje, a investigação teve como foco os usos que os adeptos da prática da pichação – isto é, de uma forma peculiar de comunicação gráfica no âmbito do grafite de rua – fazem de seu principal ponto de encontro semanal para fins de interação social pública com terceiros: um trecho específico, o chamado *point*, da Rua Dom José de Barros, no bairro República. Com base no método etnográfico, que implicou uso das técnicas da observação participante nos encontros com os pixadores no *point*, e de entrevistas semiestruturadas com cinco de seus frequentadores, a pesquisa teve como objetivo, de um lado, analisar os padrões de interação verbal e não verbal vigentes no ponto de encontro de pixadores em questão; de outro lado, descobrir traços do perfil social desses frequentadores e as representações que compartilham sobre o lugar onde se dão seus encontros. Para aquilatar a dimensão social desses dados etnográficos todos na segunda parte da dissertação, identifiquei, na primeira, representações produzidas em outros dois lugares sociais acerca das práticas juvenis na rua do centro paulistano nas últimas quatro décadas: as ciências sociais e a imprensa escrita. Assim, foi possível conhecer sociologicamente as regras de comportamento corporal e de interação social no referido *point* dos pixadores, afora representações compartilhadas por frequentadores já adultos sobre tal local, a rua, o centro e o espaço público. As regras de conduta vigentes nas interações sociais ali promovem a acessibilidade de terceiros para fins da sociabilidade entre pares pixadores. Já as representações reveladas a respeito do ponto de encontro o apontam simultaneamente como “lugar” e “momento” de reunião pública dos pixadores, frequentado há anos por esses protagonistas, da adolescência até a fase adulta.

Palavras-chave: práticas juvenis, usos da rua, centro, São Paulo, pichação

ABSTRACT

PIAIA, D. M. **When the street turns into a *point*: “Youth practices” and ‘pixadores’ in downtown São Paulo (2017-2019)**. Dissertação (Mestrado), Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, 2019.

The research that brought forth this Master thesis fits into the field of youth and urban studies by thematizing youth practices in public places in downtown São Paulo in recent years (2017-2019). Guided by the question about the uses that the protagonists of so-called youth practices make of the street of downtown São Paulo these days, the investigation focused on the uses that the adepts of the practice of ‘pichação’, i.e. a peculiar form of graphic communication in the framework of street graffiti, make of their main weekly meeting point for public social interaction with third parties: a specific fragment, the so-called *point*, of the Dom José de Barros street in the República district. Based on the ethnographic method, which implied using the techniques of participant observation during the meetings with the so-called pixadores in the *point*, and semi-structured interviews with five of its participants, the research aimed, on the one hand, to analyze the patterns of verbal and nonverbal interaction in effect at the aforementioned pixadores’ meeting point, and, on the other hand, to discover traces of the social profile of these attendees and the representations they share about where their meetings take place. In order to better evaluate the social dimension of all these ethnographic data in the second part of the dissertation, the first part identifies representations produced in two other social places about youth practices in downtown São Paulo during the last four decades: the social sciences and the written press. Thus, it was possible to get to know in sociological terms the rules of body behavior and of social interaction which are mobilized in the pixadores *point*, as well as the representations shared by already adults users about the *point*, the street, the city center and public space. The rules of conduct prevailing in the social interactions there promote the accessibility of third parties for the purposes of peer-to-peer sociability. The representations about the *point* simultaneously define it as a “place” and a “moment” of the pixadores’ public meeting, which has been attended for years by these protagonists, from adolescence to adulthood.

Keywords: youth practices, street uses, downtown, São Paulo, pichação

AGRADECIMENTOS

Concluída a pesquisa que deu origem a esta dissertação, gostaria aqui de expressar minha gratidão:

- à Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) pela bolsa de pesquisa concedida (processo nº 88882.333083/2019-01), sem a qual este trabalho não poderia ser realizado;

- a Fraya Frehse pela enorme atenção, valiosas sugestões, paciência e pela leitura sempre cuidadosa;

- a Alexandre Pereira e Heitor Frúgoli Jr. pelos ricos comentários e sugestões na banca de Qualificação; e, além de Alexandre, a Marília Sposito e José Guilherme Cantor Magnani pelo apoio, a disposição em compor a banca de avaliação final desta dissertação e pelo proveitoso debate;

- a Bianca Freire-Medeiros, Carlos Freire e Monique Carvalho pelos comentários à minha pesquisa no âmbito do Seminário Discente do PPGS-USP; a Silvana Nascimento e Maurício Fiore pela disponibilidade, e aos colegas do Núcleo de Estudos e Pesquisas em Sociologia do Espaço e do Tempo (NEPSESTE) pelas trocas intelectuais e acadêmicas;

- a Sergio Franco e aos pixadores Locuras, Pkets e Dino pela disponibilidade, quando dava meus primeiros passos na pesquisa de campo; a Mol's, Vidas (Ca), Escadão (Ngs), Trips e Vamp pela troca de ideias, paciência e disposição em contribuir; a Farsa, James, Scorpions, Bob, GDL, Vinha, Yella, Fera, RGLS (Mlo), Jah, entre vários outros, pela receptividade;

- às amigas que a Universidade de São Paulo me proporcionou, a André, Marcus e William, também pelo carinho e pelas hospedagens; a Breda, pelo apoio, carinho e parceria;

- a minha mãe Magali, meu pai Denivaldo, minha avó Duirde e minha irmã Jade, pelo carinho e apoio imensuráveis; a Letícia Cunha, pelo amor, companheirismo e paciência;

- a toda a família surreal: Fernando, Jana, Jordi, Leandro, Letícia, Lila, Lucas, Pedrosa, Silvia pela amizade e convivência impagáveis.

- enfim, a todos aqueles que direta ou indiretamente me acompanharam nesse processo: Guilherme, Otávio, Pansani, Pest, Hubsão, Brian, Bruno, Fran, Javier, Paz, Ph, Paty, Heber, Cris, Felipe, Yuri, Eneião, Caio, para citar apenas alguns.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	13
PARTE I Pixação no Brasil e práticas juvenis nas ruas do centro (de São Paulo) aos olhos das ciências sociais e da imprensa escrita.....	21
CAPÍTULO 1 - Pixação, práticas juvenis e lugares públicos no centro (paulistano) 25	
CAPÍTULO 2 - As práticas juvenis nas ruas do centro paulistano segundo a grande imprensa.....	45
PARTE II O ponto de encontro de pixadores no centro de São Paulo (2017-2019)....	71
CAPÍTULO 3 - Uma história do <i>Point</i> do Centro	77
CAPÍTULO 4 - Usos da rua no <i>Point</i> do Centro I: interações não verbais e verbais	93
CAPÍTULO 5 - Usos da rua no <i>Point</i> do Centro II: Outras interações verbais	123
CONCLUSÃO	151
FONTES PRIMÁRIAS.....	157
FONTES SECUNDÁRIAS.....	161
ANEXOS	169
Anexo A – “Folhinhas” preenchidas pelos pixadores entrevistados	171
Anexo B – “Folhinhas” preenchidas e coletadas no <i>Point</i> do Centro	174
Anexo C – Convites e folhetos coletados no <i>Point</i> do Centro	177

INTRODUÇÃO

A partir dos anos 1980, com a progressiva inserção das classes populares no “universo do consumo de bens culturais” (ABRAMO, 1994, p. 61), a cidade de São Paulo assistiu ao aparecimento de novas personagens nas ruas de sua região central. Grupos de *punks* circulando com suas roupas rasgadas, moicanos e *spikes*. Dançarinos de *break* atraindo plateias nos calçadões com seus movimentos robóticos. *Rappers* rimando versos afiados. Skatistas saltando sobre bancos e corrimões. Autodenominados pixadores orgulhosos de suas estranhas inscrições. Tais práticas, realizadas à luz do dia nas calçadas e largos do centro da metrópole, logo atraíram a atenção de jornalistas e estudiosos das ciências sociais que se interessaram por seus jovens protagonistas. Nos anos que se seguiram, vários estudos e reportagens buscaram retratar as novas identidades que circulavam no espaço público e compreender tais práticas juvenis.

A pesquisa que dá origem a esta dissertação parte da relação temática aí latente entre juventude e cidade e, mais especificamente, as práticas juvenis nos lugares públicos do centro da cidade de São Paulo.

Com o termo “práticas juvenis” quero me referir ao conjunto de práticas associadas ao lazer – entendido aqui enquanto “necessidade humana e dimensão da cultura” que pode ser associada, como propõe José Guilherme Cantor Magnani (2018, n.p.), a arranjos mais abrangentes de práticas, compondo “modos de vida” –, em torno de e através das quais se constituem identidades de grupo que são associadas, ao menos por parte de seus estudiosos nas ciências sociais luso-brasileiras, à categoria “juventude”. Conforme argumentou José Machado Pais (1993, p. 93) em estudo sobre a juventude portuguesa, trata-se de um conjunto de “práticas de sociabilidade e de lazer” cujo desenvolvimento se dá nos “tempos quotidianos” de seus protagonistas, a partir de sua inserção em “redes grupais” que se encontram “associadas a identidades juvenis”.

Essas identidades seriam próprias de uma fase ou período da vida socialmente significado como intermediário entre a condição adolescente e a condição adulta. Em todas as sociedades, segundo a socióloga Melissa Pimenta (2007, p. 70), o “curso da vida humana”, em sua dimensão individual, é socialmente concebido como uma sucessão de etapas, cujas definições, tanto dos limites e extensões quanto dos significados de cada fase, são culturais. Essa segmentação dá origem a uma classificação linear, de categorias de idade, que é aplicada à “existência de um indivíduo, do seu nascimento até a sua morte”

(PIMENTA, 2007, p. 68). As concepções sobre essas fases, seus limites e a transição de uma para a outra, no entanto, “podem variar no interior de uma mesma sociedade” e, além disso, “modificam-se ao longo do tempo” (PIMENTA, 2007, p. 23). Ainda que a tarefa de definir esses limites e transições esteja cada vez mais complexa, como argumenta Pimenta, a “juventude”, se tomada como “coletivo referido a uma *fase de vida*”, como propõe Pais (1993, p. 188; grifos no original), apresentaria a particularidade de suas “práticas culturais” acontecerem no “domínio do lazer”.

No entanto, cabe destacar a diversidade de experiências juvenis e, portanto, as especificidades nos modos como essa fase etária é vivenciada. Como destaca Pereira a partir da discussão proposta pelos sociólogos argentinos Mario Margulis e Marcelo Urresti (1996), é necessário “atentar para o modo como a condição juvenil manifesta-se de forma desigual conforme outros fatores como classe social e/ou gênero” (PEREIRA, 2010, p. 14). Isto é, a chamada moratória social – espécie de dilatação da condição juvenil característica do período que precede a maturidade social do indivíduo e seu ingresso no mercado de trabalho – desfrutada pelos indivíduos pertencentes aos setores sociais mais favorecidos lhes daria condições muito diversas, mais permissivas em termos temporais, de recursos etc., daquelas que acessariam os indivíduos pertencentes às camadas populares; no mesmo sentido, as diferenças de gênero também resultariam em possibilidades desiguais de desfrute dessa moratória.

Mas se a experiência juvenil é fruída desigualmente por indivíduos de diferentes classes sociais e gêneros, há que se levar em conta a noção de moratória vital, também trabalhada por Margulis e Urresti (1996, pp. 4-5) e complementar à de moratória social. A moratória vital refere-se a um “excedente temporal”¹, também referido como um “capital temporal”, que estaria vinculado ao “aspecto energético do corpo” e que, portanto, não seria condicionado, a princípio, por atributos como classe ou gênero. Tais condicionamentos se inscreveriam, como já referido, na moratória social, mas a moratória vital é o que garantiria alguma condição juvenil comum a todas as classes e gêneros.

Essa reflexão permite entender como é que um maior ou menor acesso à moratória social possibilitaria diferentes inflexões nas chamadas práticas juvenis, mais ou menos condicionadas pela proximidade com o mundo do trabalho e seu cotidiano, com a condição da maternidade etc. Revela-se, assim, a dificuldade de associar tais práticas ao

¹ Em tradução livre de minha autoria.

“domínio do lazer” sem levar em conta tais variáveis, importando notar que se dariam nos hiatos da rotina diária desses protagonistas, portanto em momentos não cotidianos.

Assim, para começar a delimitar o conjunto de práticas que aqui serão tematizadas, como anunciado no início desta dissertação, convém destacar sua espacialidade, isto é, que seu *locus* principal são os lugares públicos do centro paulistano. E se a “relação dos seres humanos com o espaço é mediada simbolicamente”, como argumenta Fraya Frehse (2009, p. 151) a partir de Henri Lefebvre, assumo que a noção de lugar público aponta para espaços socialmente concebidos como acessíveis, em termos legais, a qualquer indivíduo; ou seja, espaços “significados como virtualmente ‘de todos’”, o que se configura como uma “possibilidade histórica” com a modernidade, que, como realidade social e cultural, acompanha a expansão internacional do capitalismo no século XIX (FREHSE, 2009, p. 151). No Brasil, tal grau de acessibilidade de ruas e praças apenas pôde ser atingido, ao menos em termos legais, com a abolição da escravidão em 1888. Foram então abolidas as restrições legais para a presença de quaisquer pedestres ali. Assim, passou a ser historicamente possível que as ruas e praças das cidades do país fossem socialmente significadas como “lugares públicos” (FREHSE, 2017a, p. 385).

O que aqui proponho como tema de reflexão, no entanto, não se refere às práticas juvenis que se dão em quaisquer lugares públicos, mas especificamente naqueles localizados no centro da cidade de São Paulo, isto é, o perímetro urbano que diz respeito aos chamados centro velho e centro novo, atualmente compreendidos, respectivamente, pelos distritos Sé e República.

A origem histórica dessa delimitação espacial, de acordo com Nice Lecocq Müller (1958, p. 142), está situada no segundo quartel do século passado. É quando se dá uma inflexão no processo, que já se esboçava nas décadas anteriores, de expansão do centro de São Paulo para oeste do Vale do Anhangabaú, integrando àquele a área compreendida entre este e a Praça da República. Desde então, o centro passa a se constituir de duas partes que, resguardando suas singularidades estruturais, funcionais e fisionômicas, integram “uma só unidade – o Centro da capital paulista” (MÜLLER, 1958, p. 144). A primeira dessas partes, em termos históricos, chamada por Müller (1958, p. 143-144) de “núcleo antigo”, diz respeito à região do “Triângulo tradicional”, que remonta à fundação do núcleo urbano no século XVI, atualmente abarcada pelo Distrito Sé. A segunda, fruto da referida expansão da centralidade em direção ao entorno da Praça da República, é então chamada de “núcleo novo”, extensão hoje abrangida pelo Distrito República.

Tendo em vista que os lugares públicos de tal centro se constituem principalmente de suas ruas, praças e largos, a pesquisa que originou esta dissertação se orientou pela seguinte questão: Quais são os usos que os protagonistas de práticas juvenis fazem da rua do centro paulistano nos dias de hoje?

A partir das categorias cunhadas por Erving Goffman, assim como da maneira como Frehse (2009, 2017a) retrabalha essas mesmas noções em interlocução, também, com as ponderações de Lefebvre sobre ritmo e imagem (LEFEBVRE 1992, 1961), com o termo “usos da rua” designo aqui regras ou padrões, isto é, regularidades simbólicas, de conduta vigentes em logradouros virtualmente acessíveis, em termos legais, a todos. De um lado, são padrões de comportamento corporal, de outro, regras de interação social – operacionalizadas, por sua vez, como padrões de “interação não verbal e verbal” em situações de copresença física (FREHSE, 2017a, p. 518).

Com a noção de comportamento corporal refiro-me a padrões relativos a técnicas corporais maussianas em ritmos lefebvrianos específicos (FREHSE, 2011, p. 46). A partir dessas regras, que, no caso dos protagonistas das práticas juvenis, envolvem a permanência física mais ou menos momentânea na rua do centro paulistano, como contraponto à passagem física regular, o trânsito, a circulação que os caracteriza ali, foi possível delimitar de maneira preliminar o conjunto empírico de sujeitos que serão investigados etnograficamente: transeuntes da rua do centro paulistano – ou seja, um tipo específico de pedestre, seja ele ou ela quem for, que por ali passa fisicamente em ritmo regular (FREHSE, 2011, p. 45) – em seus momentos de não-trânsito. Interessa-me de fato que eles ali permanecem, em termos físicos, apenas brevemente em momentos específicos, quando se reúnem voluntariamente com terceiros para protagonizar práticas juvenis.

Como veremos mais adiante, esses sujeitos podem ou não pertencer à fase da vida socialmente significada como “juventude”. No caso empírico que aqui me dedico a analisar, são enfocados os chamados pixadores em São Paulo. Defino-os aqui, para fins heurísticos, como sujeitos associados à identidade de grupo constituída através da prática juvenil da chamada pixação, na qual podem ou não, no presente etnográfico, estar engajados, em maior ou menor medida.

Se à primeira vista o termo “pixação” remete às inscrições gráficas encontradas por superfícies verticais visíveis desde a rua de centros urbanos para fins de comunicação entre os protagonistas de tal prática juvenil, em termos sociológicos ela pode ser

compreendida como uma prática a partir da qual é produzida uma “rede de sociabilidade e reconhecimento” entre pares (PEREIRA, 2012, p. 57). Opto, portanto, para dar conta de um fenômeno mais amplo que implica a materialização de uma estética específica nos muros das ruas, em grafar “pichação” com “x”, pautando-me em “pixo”, como referência às inscrições que produzem, e em “pixador”, para designar os protagonistas dessa prática, obedecendo, nesse sentido, tanto à forma como esses como se autodenominam nas redes sociais e aplicativos de mensagens por meio dos quais também estiveram em contato comigo, quanto como os designam os estudiosos do fenômeno (PEREIRA, 2005, 2016; COELHO, 2009; CARVALHO, 2013).

Os pixadores que aqui me interessam em especial são aqueles que, na rua do centro de São Paulo entre outubro de 2017 e fevereiro de 2019 – período de duração da pesquisa de campo que deu origem a esta dissertação –, se destacaram por uma prática juvenil específica: eles se encontravam semanalmente com pixadores ou terceiros, não pixadores, em local e horário específicos para ali e então compartilhar ideias e objetos; e *não* necessariamente para pixar. A regra de comportamento corporal que os particularizava era, portanto, o contraponto ao trânsito que define o transeunte: eles permaneciam fisicamente nesses pontos de encontro em um ritmo temporal não cotidiano – isto é, “ocasional ou esparso”, à diferença da regularidade temporal pressuposta em ritmos cotidianos (FREHSE, 2018, p. 18²). Enfoco, pois, transeuntes pixadores em seus momentos não cotidianos na rua do centro de São Paulo entre 2017 e 2019.

Mas eram momentos definidos. De fato, identificado o comportamento corporal que particulariza os protagonistas dos usos da rua que aqui me importam, há como tornar mais preciso o objeto empírico a ser aqui analisado. Os usos da rua em questão envolvem, além do descanso do trânsito como padrão de comportamento corporal, regras de interação social verbal e não verbal vigentes em particular no principal ponto de encontro semanal de pixadores para fins de interação social pública com terceiros, no centro de São Paulo entre 2017 e 2019.

Meu argumento é de que o enfoque analítico sobre as práticas juvenis dos pixadores no centro de São Paulo sob a perspectiva dos usos da rua, como lugar de sociabilidade pública desses sujeitos, revela que o *point* é um local e momento – portanto, uma referência espacial e temporal – de reunião voluntária entre pixadores que se colocam

² Em tradução livre de minha autoria.

em situação de copresença física, em lugar e momento pré-determinados, com terceiros, que podem ou não ser pixadores. Não se trata de um ponto de encontro combinado entre um número limitado de indivíduos pré-determinados, mas de um ponto de encontro público, para fins de interação social intra e extra grupais. No caso empírico dos pixadores de São Paulo entre 2017 e 2019 – e não apenas então, como veremos –, o termo “point” era usado como categoria “nativa” para designar, de forma dúbia, tanto o momento (temporal) quanto o local (espacial) em que seus encontros públicos costumavam acontecer. No caso dos encontros que tinham lugar na região central de São Paulo durante o meu período de trabalho de campo, essa conjunção entre momento e local era chamada por seus protagonistas de “*point* do centro” ou “*point* da Olido”. A última designação faz referência à localização do ponto de encontro, nas imediações da Galeria Olido, sede da Secretaria Municipal de Cultura que abriga atividades culturais e se situa entre as paralelas Rua 24 de Maio e a Avenida São João, na República, ladeando perpendicularmente um trecho da Rua Dom José de Barros onde se davam os encontros. Se em 2005 Alexandre Barbosa Pereira faz uma menção ao termo “*Point do Centro*” (PEREIRA, 2005, p. 49) para se referir à forma como outro local central era lembrado pelos pixadores por haver sediado seus encontros no passado, de fato o *point* do centro merece, por sua permanência temporal desde os anos 1990, ser considerado um topônimo: *Point do Centro*.

Assim, há como esclarecer a que me refiro com padrões de interação não verbal e não verbal. No que se refere aos primeiros, interessam-me, a partir da interlocução de Frehse com a noção goffmaniana de “idioma corporal”, regras de conduta apreensíveis a partir da aparência (trajes e acessórios exibidos), postura (posições corporais) e movimentação físicas (movimentos corporais, permanências ou deslocamentos espaciais), além de atos pessoais (expressões corporais outras que denotam modos de agir ou de se portar), manejados em situações de copresença física em locais (GOFFMAN, 2010, pp. 43-45; FREHSE, 2011, pp. 46, 91). Já o que Frehse chama de regras de interação verbal se refere àquelas que orientam linguisticamente as “relações sintáticas entre os atos de pessoas diferentes mutuamente presentes umas às outras” organizando o “fluxo de mensagens” trocadas (GOFFMAN, 2011, pp. 10, 39). Essas regras “arranjam” a componente verbal das interações, incluindo “conversas mais longas”.

Dentre os padrões de interação verbal, Frehse destaca a importância particular de imagens verbais de lugares, em análises de usos relativos ao espaço (FREHSE, 2017b, p.

421). Eis o terceiro ângulo analítico pelo qual os usos da rua do centro pelos pixadores serão abordados aqui: ele diz respeito às representações que medeiam o imaginário desses protagonistas acerca do espaço (do centro, público, da rua, da Dom José de Barros e do *point*). Elas se constituem em “mediações” dos usos que seres fazem da rua (FREHSE, 2013, p. 134), e que revelam, ademais, correlações com atributos do perfil social desses mesmos protagonistas. Tais representações são apreensíveis a partir das “imagens” individuais que esses protagonistas compartilham por meios verbais, consistindo, afinal, imagens “‘formas’ específicas” que assumem as representações (FREHSE, 2013, p. 144; LEFEBVRE, 1961, p. 288).

Posto que as interações não verbais e verbais, em situações de copresença física, são estruturadas por um conjunto implícito de regras de conduta, tomei a etnografia como referência metodológica central para acessar suas regularidades.

Para descobrir as regras de interação não verbal e verbal adotei a técnica da observação participante, que consistiu no meu comparecimento semanal ao *Point* do Centro, onde estabeleci interações e conversas informais com alguns dos pixadores que o frequentaram entre outubro de 2017 e fevereiro de 2019. Ali, conforme operacionalização sugerida por Frehse (2017a, p. 390), registrei em meu diário de campo, em termos descritivos, “informações etnográficas sobre os padrões de idioma corporal implícitos na interação não verbal e verbal vigentes no lugar”.

Além disso, a técnica da observação participante foi combinada com a técnica da entrevista semiestruturada, tipo específico de interação verbal do pesquisador com seus pesquisados. E isso porque o intuito foi identificar três tipos de regularidades implícitas nas interações verbais dos pixadores comigo: os padrões de *imagens* (Frehse, 2017, p. 521) que esses protagonistas compartilharam comigo a respeito de lugares específicos (a rua em geral, o centro de São Paulo, a Rua Dom José de Barros, o *point*); os padrões de *imagens* desses sujeitos sobre seus interlocutores durante os encontros do *point*; e os padrões de perfil social dos mesmos protagonistas, quanto a atributos como idade, lugar de origem e de moradia, religião, ocupação, família etc.

No intuito de poder aquilatar melhor a dimensão social de todo esse material etnográfico, revisito a seguir, na primeira parte desta dissertação, representações sobre as práticas juvenis no centro de São Paulo e, com destaque para a pixação no Brasil, produzidas em dois lugares sociais alternativos ao próprio *Point* do Centro entre 2017 e 2019. Refiro-me, de um lado, à literatura disponível nas ciências sociais e, de outro, à

imprensa escrita de grande circulação dedicada ao fenômeno ao longo das últimas quatro décadas.

PARTE I

**Pixação no Brasil e práticas juvenis nas ruas do centro (de São Paulo)
aos olhos das ciências sociais e da imprensa escrita**

A primeira parte desta dissertação, composta de dois capítulos, tem por objetivo indicar representações sobre as práticas juvenis no centro de São Paulo, em especial sobre aquelas associadas aos pixadores, produzidas em dois lugares sociais distintos. Refiro-me à produção brasileira no âmbito das ciências sociais, e a jornais de grande circulação.

No primeiro capítulo, a partir da análise da produção das ciências sociais em especial sobre a prática da pixação, busco delimitar o fenômeno nas diferentes dimensões em que foi estudado no Brasil para, na sequência, passar à análise da produção mais ampla a respeito das práticas juvenis em lugares públicos do centro de cidades brasileiras. Norteadado por esse recorte temático, o levantamento da bibliografia especializada foi realizado nas bases *online* de dados bibliográficos SciELO, Redalyc e Dedalus, reunindo trabalhos sobre diferentes grupos e práticas juvenis.

A análise do conjunto de referências teve como objetivo caracterizar as práticas analisadas e ressaltar seus protagonistas, conforme definidos ou descritos pelos autores, dando especial atenção aos espaços aos quais essas práticas foram associadas – ou seja, suas espacialidades – e também a suas temporalidades. Minha estrutura argumentativa segue, em geral, a ordem cronológica da coleta dos dados que servem de base para cada análise, dando a ver um panorama da produção de acordo com a sucessão histórica das práticas analisadas e dos interesses dos estudiosos.

No segundo capítulo, com o objetivo de acessar as representações de atores situados em um lugar social outro, não acadêmico, sobre as práticas juvenis em lugares públicos do centro, agora especificamente da cidade de São Paulo, apresento os resultados de um levantamento de matérias jornalísticas, a partir desse recorte, nos acervos *online* dos dois maiores veículos de imprensa da cidade nos dias de hoje, *O Estado de S.Paulo* e *Folha de S.Paulo*³.

Ainda que o meu ideal tivesse sido realizar, nos dois acervos, um levantamento documental que desse conta também de grupos, práticas e lugares inéditos na bibliografia das ciências sociais – ou seja, não enfocados pelos estudiosos contemplados no primeiro capítulo –, o recorte do levantamento realizado se orientou estruturalmente pelas indicações sobre as práticas juvenis no centro de São Paulo presentes nos próprios estudos em questão. E isso, de um lado, pelos prazos inerentes à realização da pesquisa que

³ Trata-se do *Acervo Estadão* e do *Acervo Folha*, disponíveis, respectivamente, em <<https://acervo.estadao.com.br/>> e <<https://acervo.folha.com.br/>>; acesso em 10 nov. 2019.

originou esta dissertação, e, de outro, por limitações estruturais implícitas nos mecanismos dos buscadores *online* de ambos os acervos digitais⁴.

As buscas foram realizadas, portanto, a partir da combinação dos termos que se referem aos grupos ou suas práticas com aqueles que, segundo essa mesma literatura, designam os logradouros aos quais tais práticas estariam associadas. Sua justificação e contextualização são fornecidas no início do capítulo, assim como a descrição detalhada do *corpus* documental resultado da busca.

⁴ Nenhum dos dois buscadores possibilitava, no momento da pesquisa (entre maio e junho de 2019), buscas cruzadas de termos no interior de uma mesma matéria jornalística, limitando-se a cruzar sua menção em uma mesma página. Isso levava a um volume de resultados que excedia as minhas possibilidades de análise para os fins desta pesquisa.

CAPÍTULO 1

Pixação, práticas juvenis e lugares públicos no centro (paulistano)

O que é mesmo pixação?

O fenômeno da pixação, quando tomado por sua dimensão estética, aquela com a qual o pedestre se confronta nas ruas das grandes cidades do país, muitas vezes é questionado e interpretado pelo senso comum a partir de um par de oposições. Essas inscrições idiossincráticas não autorizadas pelo poder público e que tomam como suportes superfícies verticais de prédios, construções e monumentos visíveis desde a rua podem ser inquiridas por um observador qualquer: Isso é arte ou vandalismo?

Essa dicotomia, já um tanto gasta, traz implícita a ideia de que se trata de uma coisa ou de outra; não é possível ser vandalismo e arte ao mesmo tempo. E aí não raro entra em jogo uma diferenciação, comum em São Paulo e no Brasil, para manifestações visuais urbanas: aquela que separa o grafite da pixação, o que permite atribuir apenas ao primeiro o *status* de arte (ZIBORDI, 2017, p. 129). Mesmo assim, alguns pixadores vêm forçando uma inserção de seus trabalhos e intervenções no campo da arte contemporânea, o que tem sido tematizado por estudos no campo do urbanismo e da sociologia (FRANCO, 2009; 2019; LASSALA, 2014), assim como a relação ambígua da pixação com o grafite (SANTOS, 2012; JUAREZ, 2014).

Esse contraste, bastante mobilizado pelo senso comum, também serviu de parâmetro para políticas públicas urbanas no período temporal abarcado pela pesquisa que deu origem a esta dissertação. O ex-prefeito de São Paulo, João Doria (2017-2018), que no início de seu mandato combateu de forma veemente a pixação, chegou a declarar: “Pichação não é grafite nem mural. Mural e grafite são expressões de arte urbana, que nós respeitamos. Pichação, não, nós condenamos” (G1, 2017, s/ n. p.). É que no início do mandato, sua política de combate à pixação também acabou apagando grafites pelas ruas, o que lhe rendeu críticas públicas. Mas mesmo em certas interpretações amparadas pelo pensamento filosófico e especulativo, essa distinção também se afirmou. Basta ter em conta que, na ocasião, houve também quem argumentou que o “campo” das “pichações”, entendidas como “o oposto do grafite”, não deveria “ser confundido com o da arte de rua”, pois enquanto uma manifestação “emporcalha a cidade”, a outra daria a ver “obras” que “poderiam estar em museus” (MARTINS J. S., 2017, s/ n. p.).

As ambiguidades de interpretação que envolvem a pixação não param por aí. Para evidenciar o contraste de minha leitura com aquela implícita às declarações até aqui citadas, uso nesta dissertação uma outra grafia para o termo. Esclarecer o uso da letra “x” ao invés de “ch” na grafia do termo e suas derivações – utilizado na norma culta da língua –, é uma forma não apenas de ser fiel à autodenominação que os pixadores fazem de si, mas de delimitar tal manifestação para além do componente estético. Com efeito, no *Dicionário Houaiss da Língua Portuguesa*, “pichador” é definido como “que ou aquele que picha” (HOUAISS & VILLAR, 2001, p. 2207). Dentre os significados atribuídos ao termo “pichar”, aquele que se refere a acepções relativas a intervenções no espaço urbano remete a “escrever, rabiscar (dizeres de qualquer espécie) em muros, paredes, fachadas de edifícios etc.”, constando também a acepção restritiva: “escrever ou rabiscar dizeres políticos em” (HOUAISS & VILLAR, 2001, p. 2207). Portanto, o termo abarca múltiplos significados.

Para começar, há aquele que diz respeito ao ato de produzir inscrições físicas, seja de conteúdo político ou não, em superfícies materiais, especialmente as verticais, que integram o mobiliário próprio do espaço urbano (muros de edifícios, casas, viadutos, canteiros, postes de iluminação, caixas de força etc.). De fato, é possível definir “pichação” considerando que se trata de intervenções visuais urbanas, realizadas no espaço da rua, que visam à comunicação visual de “dizeres” – ou seja, mensagens verbais. Mas há mais, quando refletimos sobre a pichação tendo em conta que ela ali coexiste com o grafite, definido como: “rabisco ou desenho simplificado, ou iniciais do autor, feitos, ger. com spray de tinta, nas paredes, muros, monumentos etc., de uma cidade; grafito” (HOUAISS & VILLAR, 2001, p. 1473). Ambas as manifestações podem ser entendidas como “forma[s] de comunicação urbana” (LARA, 1996, p. 89) direcionadas a um número indefinido de pessoas, mas nem toda “pichação” é legível por quem não é iniciado na linguagem visual utilizada por seus autores.

Ao privilegiar, diferentemente, “pixação” para designar a prática em questão – em conjunto com “pixo”, em referência às inscrições resultantes daquela prática –, recupero um termo que é utilizado também pelos próprios protagonistas do fenômeno, além de seus estudiosos (PEREIRA, 2005, 2016; COELHO, 2009; CARVALHO, 2013). A proposta é, assim, circunscrever o fenômeno da pixação como forma de comunicação urbana específica, no âmbito da chamada pichação. Ela se caracteriza por uma caligrafia estilizada que torna os dizeres de difícil compreensão aos não iniciados, idiossincrática,

portanto, e geralmente inscritos em superfícies verticais de lugares públicos como ruas, praças etc. sem autorização prévia das autoridades públicas ou do proprietário do imóvel.

De um ponto de vista semiótico, então, assumo, com Alexandre Barbosa Pereira (2005, p. 10), pixação como forma visual de comunicação verbal estritamente grupal, sem pretensões de ser compreendida por um público mais amplo. Baseada em signos visuais específicos, ela faz uso dos muros e outras superfícies visíveis a partir do espaço da rua, que é o seu suporte primordial de registro, dirigindo-se a outros pixadores ou pessoas familiarizadas com esse tipo de representação visual.

A característica do pixo como signo comunicativo, integrado à polifonia da cidade ou ao ciberespaço, foi tematizada por alguns estudiosos (SPINELLI, 2007; DIÓGENES, 2013), enquanto outros se concentraram nas possibilidades de o viés comunicacional do fenômeno da pixação viabilizar processos de construção identitária juvenil (MARTINS J. B. & YABUSHITA, 2006; SOUZA, 2013, ALTAMIRANO, 2017; 2018).

Vale ressaltar que, ainda de um ponto de vista semiótico, a pixação comunica algo mesmo àqueles que não compreendem sua caligrafia: a “passagem de um ser vivente” pelo lugar onde se deixou a inscrição (ALTAMIRANO, 2017, p. 2). A mesma caligrafia foi interpretada ainda como uma espécie de presença “fantasmagórica”, que revelaria brechas em sistemas de segurança ou na vigilância policial (SPINELLI, 2007, p. 117).

Isso aponta para outras dimensões, mais propriamente antropológicas e sociológicas, do fenômeno, deixadas de lado por abordagens exclusivamente semióticas. Elas dizem respeito aos “bastidores” das inscrições que se dão a ver nas superfícies verticais das ruas. A dimensão que se refere ao seu caráter transgressivo é explorada em estudos sobre os cerceamentos e a repressão à prática por parte do poder público, seja em investigações sobre a relação do circuito dos autores da manifestação com programas municipais de combate à pixação (MITTMANN, 2012), seja examinando como teria ocorrido o processo de sua criminalização no Brasil (LARRUSCAHIM & SCHWEIZER, 2014). Com base nessa dimensão transgressiva há ainda quem identifique na prática da pixação a existência de uma “ética da fruição”, buscando interpretá-la como uma espécie de contradiscurso aos ideais da modernidade (COELHO, 2012, p. 26).

Outros estudos, na maneira como definem o fenômeno, evidenciam seu caráter transgressivo, mas iluminam sobretudo a dimensão da sociabilidade. Isto é, tematizam a pixação como inscrição dos signos na superfície urbana e a apropriação que seus autores realizam dessa paisagem ao inscreverem ali suas marcas, mas ressaltam também suas

disputas internas, a formação de “grifes” – isto é, redes de grupos de pixadores constituídas por meio de alianças –, os laços de amizade que se criam; enfim, a dimensão de sociabilidade entre os sujeitos engajados na prática (CARVALHO, 2013; SOARES, 2013; OLIVEIRA, 2008).

Pois é a partir dessa dimensão de sociabilidade, assim como do caráter semiótico e transgressivo da pixação, que o antropólogo Alexandre Pereira (2016, p. 80) sugere entendê-la como uma “forma de interação lúdica com a escrita” que, ao menos em São Paulo – quando realizou sua pesquisa de campo na primeira metade dos anos 2000 –, seria protagonizada principalmente por jovens pobres das periferias (PEREIRA, 2016, pp. 78, 80). Essa ludicidade se deveria, de um lado, à invisibilidade do pixador no momento da inscrição dos signos, realizada de maneira discreta e anônima; e, de outro, à visibilidade e, conseqüentemente, fama conquistada junto aos pares, correlacionada ao risco corrido no momento da ação daquela inscrição. Por conseguinte, a função central do pixo para o público que maneja esse tipo de escrita já não se encontraria em seu caráter verbal, mas antes, segundo o autor, em registrar, identificando a autoria para os pares, o sucesso da aventura empreendida para alcançar determinada superfície no espaço urbano (PEREIRA, 2016, p. 81). Nos termos deste autor, o pixo – isto é, a marca inscrita na superfície do espaço urbano – funcionaria como a assinatura de uma “performance de risco e ousadia” (PEREIRA, 2016, p. 85)⁵.

Tal *performance*, que resulta na inscrição do pixo nas superfícies verticais da cidade visíveis a partir da rua, é um dos temas das conversas nos chamados *points*, termo nativo usado para designar locais em que os pixadores se reúnem, muitas vezes no espaço da rua, para conhecerem e reconhecerem seus pares – e aí torna a sobressair a dimensão da sociabilidade da pixação. Ainda que essa dimensão receba mais atenção de uns que de outros estudiosos, a menção a tais pontos de encontro ou momentos de reunião entre os pixadores em lugares públicos da cidade, várias vezes situados na região central, é comum a todos eles (PEREIRA, 2005, 2007; OLIVEIRA, 2008, p. 231; FRANCO, 2009, p. 81; COELHO, 2012, p. 108; MITTMANN, 2012, p. 88; SOARES, 2013, p. 2; CARVALHO, 2013, p. 38; LASSALA, 2014, p. 27; ALTAMIRANO, 2017, p. 17).

⁵ Esta *performance* é descrita como o ato de escolher o “melhor local e horário para pixar sem ser flagrado pela polícia, de escalar um edifício, um muro ou uma torre para deixar a marca ou mesmo de enganar o porteiro de algum prédio, para conseguir entrar e esperar, escondido até o anoitecer, para deixar sua marca no ponto mais alto da edificação, pixando com *spray*, muitas vezes de ponta cabeça com as pernas seguras pelo pixador que o acompanha” (PEREIRA, 2016, p. 85).

Até aqui, vimos como esses estudiosos definiram e abordaram o fenômeno social da pixação a partir de diferentes dimensões: a estética, a semiótica, a transgressiva, a lúdica ou do risco, e a da sociabilidade. Com base nessas definições, é possível dizer que a pixação consiste na prática da inscrição não autorizada de alcunhas, por meio de grafias estilizadas autorais, levada a cabo pelos sujeitos nela engajados, os pixadores, que fazem uso de tinta e têm como suporte principal muros e superfícies verticais visíveis desde o espaço da rua. Estas são alcançadas por meio de *performances* mais ou menos arriscadas que vão conferir a seu autor, conforme a visibilidade atingida, reconhecimento entre os pares.

Explicitado tal aspecto, tal definição, embora mais completa do que a aventada no início desta dissertação, ainda tem como ponto de apoio o momento da ação de pixar e seu resultado, a inscrição na superfície visível desde a rua. Ao evocar o reconhecimento entre pares, essa nova definição permite entrever, no entanto, que há mais em jogo, no fenômeno da pixação. A prática ganha outros sentidos quando se realça, em sua interpretação, não o momento da ação de pixar – em geral realizada por um ou alguns pixadores – que resulta diretamente na inscrição da alcunha, nem a própria inscrição em si. A interpretação muda quando se coloca em foco o contraponto do momento de pixar: ou seja, os momentos de sociabilidade pública, em que se dá o reconhecimento entre pares em meio a interações com terceiros, e que se vinculam ao ponto de encontro para tal sociabilidade – e que será, justamente, explorado nesta dissertação.

Embora os trabalhos anteriormente referenciados contem com enfoques diversos, a maioria deles tem como referencial empírico a pixação de grandes cidades como São Paulo (PEREIRA, 2005, 2007; MITTMANN, 2012; ALTAMIRANO, 2017), Rio de Janeiro (COELHO, 2012) e Belo Horizonte (SOARES, 2013; CARVALHO, 2013). Ainda assim, com diferentes referenciais empíricos, uma convergência notável entre tais estudos, realizados nas duas últimas décadas, diz respeito à caracterização dos protagonistas da prática. Os pixadores são sempre qualificados como “jovens”, o que permitiria associar a prática da pixação à juventude ou, como sugere Pereira (2016, p. 100), delimitá-la como uma “prática cultural juvenil”.

Essa apreensão do fenômeno insere a pixação no campo mais amplo dos estudos sobre juventude e cidade, mais especificamente o das práticas juvenis e espaço público no centro de grandes cidades. A interseção entre essas áreas temáticas nas ciências sociais brasileiras já se anunciava pelo menos desde a década de 1980, curiosamente coincidindo

com a época de surgimento da pixação em São Paulo (PEREIRA, 2005, p. 8; FRANCO, 2009, p. 23; MITTMANN, 2012, p. 26). Ao vasculhar, no início dos anos 1990, a produção científica nacional e estrangeira até então sobre juventude, Ruth Cardoso e Helena Sampaio identificaram uma apreensão cada vez menos genérica dessa categoria: proliferavam trabalhos a respeito de “comportamentos e estilos jovens” cujo pano de fundo era a “diversidade do ambiente urbano contemporâneo” e através dos quais se apreendiam as chamadas “culturas jovens metropolitanas” (CARDOSO & SAMPAIO, 1995, pp. 28-31). Vejamos agora como o recorte específico das práticas juvenis associadas ao espaço público nos centros urbanos brasileiros emerge na literatura nacional sobre juventude e cidade.

Práticas juvenis e lugares públicos nos centros urbanos

No interior do campo temático que conjuga os estudos sobre juventude e cidade, parte da produção científica acerca das práticas juvenis no espaço público dá enfoque especificamente àquelas que se desenrolam em lugares públicos dos centros das cidades brasileiras. Apresento, na sequência, uma revisão bibliográfica realizada a partir desse recorte, indicando as representações (ou não) que os estudiosos constroem acerca dessas práticas e seus protagonistas e, em particular, de suas espacialidades e temporalidades. A ordem de apresentação prioriza a cronologia dos estudos, no que se refere ao momento das respectivas coletas dos dados empíricos que cada um dos autores analisa. A revisão espera dar, assim, a ver como o recorte específico que interessa aos objetivos deste capítulo, a pichação, emerge no campo dos estudos sobre juventude e cidade e foi trabalhado ao longo das últimas décadas.

Começando pelos pioneiros do campo de estudos sobre juventude no país, fruto de reflexões realizadas na década de 1960, os trabalhos de Octávio Ianni (1963) e Marialice Foracchi (1972) fazem uso de documentos e da bibliografia estrangeira para traçar reflexões sobre a prática política de jovens da classe média e burguesia associados a partidos ou grupos políticos e ao movimento estudantil. Os espaços em que essas práticas se dão não são especificados. O estudo de Foracchi (1972, p. 11) toma a universidade como referência institucional, mas não espacial. Com especial atenção ao movimento estudantil latino-americano, a juventude ali é situada historicamente na sociedade moderna, mas não há indicações sobre a temporalidade dessas práticas. Ianni

(1963, pp. 159-169) tampouco especifica espacialmente tais práticas, refletindo sobre elas num plano internacional marcado pelas lutas anticolonialistas e pela Revolução Cubana, situando-as no processo histórico do capitalismo em desenvolvimento.

Já na década de 1970, analisando registros de processos de infração do Juizado de Menores do Porto Alegre, Rovílio Costa (1978, pp. 26-29) atentou para as práticas delituosas de adolescentes menores de idade, caracterizados como “delinquentes”. A espacialidade dessas práticas aparece ali de modo vago, situadas no espaço urbano de Porto Alegre, e na caracterização de alguns de seus protagonistas como “delinquentes de periferias (vilas populares e áreas suburbanas)” (COSTA, 1978, p. 28); já sua temporalidade não é evidente. É interessante notar que o enfoque dessa pesquisa acompanha questões investigadas na América Latina ao menos desde a década anterior, quando foram realizados estudos com foco nas condições de vida da “juventud pobre de las ciudades” (GURRIERI et al., 1971, p. 25).

Entre os estudos pioneiros do campo, portanto, alguns se voltaram à prática política dos grupos juvenis, em geral universitários e das classes médias (IANNI, 1963; FORACCHI, 1972) e outros à questão da incorporação social e da “delinquência” de jovens pobres urbanos e/ou oriundos de localidades periféricas (GURRIERI et al, 1971; COSTA, 1978). Considerando esses estudos, é possível sintetizar a “preocupação acadêmica do período”, conforme sugere Helena Abramo (1994, p. 23), por meio de dois pares dicotômicos: radicalismo e alienação; integração e marginalidade. Na leitura dessa autora, as décadas de 1970 e 1980 “introduziram transformações significativas no quadro da juventude brasileira” que, de seu ponto de vista, no início dos anos 1990, ainda não estavam claras, mas já seria possível apontar “uma mudança sensível na composição da categoria juvenil dos meios urbanos do país”. Para Abramo, se “nos anos 50 e 60” aquela categoria “referia-se centralmente aos jovens de classe média”, na década de 1990 ela “passa indiscutivelmente a abranger os jovens dos setores populares” (1994, p. 55), que começariam, dali em diante, a ser enfocados pelos estudiosos, agora já não por meio daqueles pares de oposição.

Se até os anos 1980, ainda segundo Abramo (1994, pp. 21-22), não se havia dado muita atenção “à dimensão da vivência juvenil no campo do lazer e da cultura, ao comportamento e formulação de estilos e movimentos culturais”, tais temas ocuparam lugar central nos anos seguintes. Anos mais tarde, ao organizarem um dossiê sobre “Juventude(s) e transições”, Heloísa Helena Martins e Maria Helena Augusto (2005),

apontaram um hiato na área temática sobre jovens e cidade após aquelas publicações pioneiras, reconhecendo também, assim como Abramo, uma mudança no enfoque das investigações que seriam realizadas na fase seguinte:

depois de vários anos de relativa ausência do tema juventude nos espaços acadêmicos, a contribuição desses dois autores [Foracchi e Ianni] destaca-se pelo pioneirismo e pelas questões teóricas que levanta. (...) A recente retomada dos estudos sobre juventude, contudo, orienta-se menos pela visão do jovem como ator político do que pela preocupação de situá-lo diante das diferentes dimensões da vida em sociedade, como o trabalho, a religião, a família, os valores, o lazer, tendo como referência as transformações do mundo globalizado e suas conseqüências para os indivíduos (MARTINS H.; AUGUSTO, 2005, p. 1).

Esse novo tom nos estudos sobre juventude já se nota nas pesquisas realizadas em meados dos anos 1980, publicadas na mesma década ou na seguinte. É o caso do estudo de Janice Caiafa (1985, pp. 14, 32) sobre os *punks* cariocas, “jovens entre 15 e 22 anos que se deslocam em bando”, oriundos do “subúrbio”. Suas práticas se associavam ao estilo de vida e musical *punk*, portanto, iam juntos a *shows* e festas, vagando pelo espaço da cidade (CAIAFA, 1985, p. 68).

Nesse contexto, vale destacar a prática dos *punks* de trocar informações e materiais relativos ao movimento no chamado *point*, já que ela guarda importantes semelhanças com outros casos estudados que apresentarei na sequência. De fato, o termo nativo era usado em referência tanto à localização espacial da prática de os *punks* realizarem encontros, que se dava num lugar público, quanto aos próprios encontros, que em geral aconteciam semanalmente durante a noite: “o point é a um tempo o local de encontro e a reunião em si: diz-se que o point é na Cinelândia e se pergunta como foi o point de sexta-feira” (CAIAFA, 1985, p. 15).

Por sua vez, o trabalho de Helena Abramo (1994, pp. xi-xiv) analisou, com base em pesquisa do final dos anos 1980, “dois grupos juvenis articulados em torno de um estilo espetacular [...] que surgiram e atuaram na cidade de São Paulo durante a primeira metade dos anos 80”. A prática desses grupos, os *punks*, jovens das classes trabalhadoras, e os *darks*, associados à classe média colegial ou universitária, consistiria em “expor-se como espetáculo no espaço público” (ABRAMO, 1994, pp. 84-86), isto é, “realizar um *aparecimento* na cena pública, no coração da cidade” – e aqui já se anuncia o centro urbano como um aspecto fundamental para a espacialização dessas práticas – e assim

“apresentar suas questões através do espetáculo em praça pública” (ABRAMO, 1994, p. xv). As casas noturnas que os *darks* frequentavam para se encontrar, dançar e fazer seus *shows* estavam situadas em “porões ou fundos de outros estabelecimentos, nos setores mais velhos do centro da cidade”, região em que também estavam outros comércios e estabelecimentos que os *darks* frequentavam. Tal preferência refletiria “a valorização do centro da cidade como espaço de circulação privilegiado” (ABRAMO, 1994, pp. 129, 145-146). Diferentemente dos *darks*, os *punks* não apenas circulariam pelo centro mas, assim como os *punks* cariocas de Caiafa (1985), estabeleceriam pontos de encontro em lugares públicos centrais como “na Praça da Sé ou no Largo São Bento”, onde poderiam ser vistos reunidos “nas noites de sexta e sábado e nos finais de semana”, quando “em bandos” também circulariam pela cidade “atrás de diversão” (ABRAMO, 1994, pp. 106-107)⁶.

No mesmo final dos anos 1980, ao investigar diferentes atores sociais encontrados pelos espaços da cidade de São Paulo de então, Heitor Frúgoli Jr. (1995) dedicou parte de sua atenção a grupos juvenis variados que frequentavam o “centro tradicional” naquela época. Estes seriam “provenientes das camadas populares, com grupos muitas vezes formados na periferia [...] predominantemente masculinos”. Eles articulariam seu pertencimento grupal por meio de estilos, como das “roupas, gestos, cortes de cabelos”, tendo a música como “importante universo de referência”, tanto para sociabilidade quanto como “articuladora de valores simbólicos dentro da indústria cultural”, apresentando, ainda, alguns desses grupos, uma “forte sedução pela violência” (FRÚGOLI JR., 1995, pp. 67-68).

Segundo Frúgoli Jr. (1995, p. 67), as práticas desses grupos ali passariam tanto pelo consumo de produtos e do imaginário da indústria cultural, quanto pelo estabelecimento de “redes de relações nos espaços centrais da cidade”. E aí chama atenção, para os propósitos que aqui persigo, não só a evocação que o autor faz da prática desses jovens de realizar “trajetos grupais pela cidade”, mas o fato de que delimitariam, nas áreas centrais, “territórios”. Estes estariam, geralmente, “ligados a algum

⁶ Para uma interpretação das representações dos *punks* paulistanos a respeito do espaço urbano, em especial o centro de São Paulo, investigadas a partir de entrevistas, documentários e músicas da época, cf. Débora Gomes dos Santos (2015). Esta autora ressalta duas motivações para a “incursão” dos *punks* ao centro: a primeira é o trabalho, já que “grande parte dos *punks* de São Paulo exerce ocupações de baixo nível de escolaridade e remuneração no setor terciário”, destacando-se a de *office-boy*, entre outras; e a segunda é “o encontro, o lazer e a diversão”, fruídos “nos intervalos do almoço ou depois do expediente”, mencionando-se as lojas de discos e a Estação São Bento (GOMES DOS SANTOS, 2015, pp. 55-56).

equipamento específico – galeria, barbeiro, loja de disco, espaço para dança, etc.”, destacando-se a “região próxima à Rua Barão de Itapetininga” e as “galerias da 24 de Maio”, locais onde se encontrariam “notadamente aos sábados” os “*blacks*”, os grupos ligados ao *heavy metal* e mesmo os *skinheads*, que circulavam pelo centro. O autor faz menção também ao grupo relacionado ao *hip-hop*, que naquele momento também se reuniria “todos os sábados” num lugar público central, a estação São Bento do metrô (FRÚGOLI JR., 1995, pp. 63-67).

Cabe salientar que Frúgoli Jr. apresenta ainda outros personagens importantes, aqui, por figurarem também em outros estudos das ciências sociais: os *office-boys*. Para Frúgoli Jr. (1995, pp. 68-69), estes fugiriam a algumas das características dos outros grupos que analisou, mas dominariam, “talvez como nenhum outro grupo, a linguagem das ruas”. Isso estaria relacionado a uma característica importante da ocupação, que pode ajudar a entender sua relação com as práticas juvenis em lugares públicos: a realização, nas ruas da cidade, de “trajetos mais individualizados durante o trabalho, *com eventuais encontros*” (FRÚGOLI JR., 1995, p. 69; grifos meus). Além dessa propensão a encontros, o autor destaca a capacidade dos *office-boys* de permear diferentes espaços (físicos e sociais) pela urbe, o que estaria relacionado ao fato de essa ser, à época, a “ocupação mais dinâmica e significativa entre os jovens de camadas populares”.

No início dos anos 1990, também em São Paulo, Marília Sposito (1993, p. 167) investigou os jovens envolvidos com o *rap* “enquanto prática de produção cultural, não apenas modalidade de consumo”, realizada por “diversos grupos” integrados “ao movimento hip-hop”. Com idades entre 15 e 24 anos, os protagonistas da prática fariam parte dos “setores jovens empobrecidos mas não miseráveis da sociedade”, dos quais a maioria já haveria iniciado “sua vida profissional *como office-boys*” e apresentaria “uma relação bastante descontínua com a escola” (SPOSITO, 1993, p. 169; grifos meus).

Segundo a autora, espaços que os atraíam no centro eram “uma galeria de lojas” e “uma praça próxima à estação do metrô no centro histórico, o Largo S. Bento” (SPOSITO, 1993, p. 173). Tal análise que parece convergir com a espacialidade observada por Frúgoli Jr. (1995) a respeito do grupo que também associou ao *hip-hop*. Sposito não justifica essa “atração” mas sugere que, no caso da galeria, além do “pedaço do rock, heavy metal ou punk”, em seu subsolo existiria uma parte voltada ao “consumo e socialização de produtos da cultura negra”, incluídos aí aqueles relacionados ao *rap*. Ainda sobre a espacialidade dessas práticas, a autora revela que esses jovens

protagonizariam “possibilidades diversas de mobilidade espacial em direção ao centro, facilitada pela malha de transportes coletivos urbanos” (SPOSITO, 1993, p. 173). Já a temporalidade dessas práticas estaria associada ao “tempo livre, entre a escola e o trabalho” fruído “em uma área nas ruas”. Ainda que não mencione pontos de encontro ou reunião, quando se refere ao Largo São Bento, Sposito revela que seria “sobretudo nos finais de semana” que aconteceria o que ela chama de “encontro espontâneo” (SPOSITO, 1993, pp. 169-173).

Os grupos juvenis que se envolviam com a cultura *hip-hop* durante os anos 1980 e 1990 no centro paulistano, especialmente na prática do *rap* e do *break*, dança de rua associada à cultura *hip-hop*, foram alvo ainda de outros estudos. A partir dos dados de sua pesquisa doutoral, realizada na segunda metade dos anos 1990, José Carlos Gomes da Silva (2011, p. 71) qualifica o que esses jovens faziam como “prática cultural” e “prática musical”. Integrando a faixa etária entre os 15 e 24 anos, os protagonistas dessas práticas seriam, em tradução livre de minha autoria, “dos bairros periféricos”, e tanto os que assistiam quanto os que se apresentavam nas rodas de *break* seriam “jovens *mensageiros e funcionários de escritórios*, balconistas e estudantes” (GOMES DA SILVA, 2011, pp. 87, 73; grifos meus).

Como o autor analisa esses grupos numa perspectiva histórica, suas práticas são por ele associadas a diferentes lugares públicos do centro. Até meados dos anos 1980, a prática do *break* seria vista com frequência “em ruas como Dom José Gaspar e Barão de Itapetininga” e “na esquina da Rua 24 de Maio com Dom José de Barros e na frente do Teatro Municipal”, lugares do bairro República onde os jovens se encontrariam “ao redor do meio dia, no horário de almoço” (GOMES DA SILVA, 2011, pp. 73-74). No entanto, por conflitos com lojistas, que chamavam a polícia, esses grupos teriam passado, gradualmente, a usar o espaço da estação São Bento após realizarem “negociações com a prefeitura”. No final da década de 1980, outra mudança: “um segmento mais identificado com o rap optou pelo espaço da Praça Roosevelt”, também localizada na região central, entre as ruas da Consolação e Augusta, “enquanto outro, mais fiel à dança, no caso dos breakers, permaneceu na Estação São Bento” (GOMES DA SILVA, 2011, pp. 77-81).

A julgar por essas interpretações, tais práticas juvenis teriam ensejado apropriações outras do espaço urbano, em comparação aos usos cotidianos do centro feitos por esses protagonistas. É o que se teria verificado também quanto ao grupo juvenil dos pixadores de São Paulo no início dos anos 2000, quando esses passaram a ser

estudados. O já citado Pereira define a prática que realizavam como uma apropriação do espaço urbano e o estabelecimento de “redes de trocas pela cidade”, cujos protagonistas seriam, em geral, homens jovens oriundos de bairros da periferia de São Paulo (PEREIRA, 2005, p. 10; 2007, p. 241). A espacialidade da prática desses pixadores, de um lado, refere-se aos trajetos realizados em busca do “maior número possível de lugares e o mais distante de seu local original de moradia”, entre os quais o centro da cidade seria especialmente valorizado (PEREIRA, 2013, p. 85). De outro lado, recebe algum destaque na análise do autor a espacialidade própria de seus “pontos de encontro”, ou “points”: segundo Pereira, “o Point Central, no caso, o da rua Vergueiro” (PEREIRA, 2005, p. 48), que avança para o bairro centro-sul do Paraíso a partir do distrito Sé, seria a principal referência para os pixadores da Grande São Paulo durante o período de sua pesquisa.

Como veremos, os estudos desse antropólogo serão importantes no âmbito desta dissertação em especial para a construção de uma história dos pontos de encontro dos pixadores em São Paulo; portanto, eles serão explorados com mais vagar no terceiro capítulo. Por ora, cabe apenas destacar que nesse *point* os pixadores se encontrariam “todas as terças-feiras à noite”; ademais, o autor observa que a polícia teria passado “a expulsá-los” (PEREIRA, 2005, p. 50) da Praça Rodrigues de Abreu, onde se reuniam – praça essa que, situada à Rua Vergueiro, altura do bairro do Paraíso, dá acesso à estação Paraíso do metrô. Isso teria ocorrido “devido, entre outras coisas, ao consumo de maconha no local”, obrigando-os a deslocarem seus encontros para a calçada do Centro Cultural São Paulo, instituição pública que conta com vários espaços culturais, situada a 500 metros dali, na mesma rua.

Já Márcio Macedo (2007), em capítulo dedicado ao “circuito black” de São Paulo, estuda espaços de lazer e sociabilidade de jovens afro-paulistanos, dentre eles rodas de samba que, em meados dos anos 2000, aconteceriam “no centro velho da cidade” (MACEDO, 2007, p. 190). Preocupado em historicizar a apropriação do centro pelos negros paulistanos, o autor ressalta a importância do espaço da estação São Bento do metrô para o surgimento do movimento *hip-hop* na década de 1980, assim como a Praça Roosevelt, na década seguinte, onde se encontravam grupos de *rap*; enfim, por seus salões de cabeleireiros *black* e lojas onde se podia adquirir discos e artigos relacionados ao movimento *hip-hop*, outro espaço importante seria o “subsolo do Shopping Center Grandes Galerias”. A referência aqui é ao Centro Comercial Grandes Galerias, inaugurado em 1963 e que, nas décadas seguintes, passou a abrigar, entre outros, uma

variedade de estabelecimentos especializados em produtos de certas vertentes da indústria cultural, o que lhe rendeu o epíteto de “Galeria do Rock”, hoje incluída entre os pontos turísticos da cidade. Situada no núcleo novo do centro, a galeria conta hoje com uma entrada na Avenida São João e outra na Rua 24 de Maio, configurando uma passagem entre ambas.

Dentre as várias práticas desse grupo enfocadas pelo autor, aquela que se espacializa na região central da cidade é o chamado “Samba da Dom José”, conhecido também, segundo Macedo, como “Samba de Bandido”. O evento aconteceria num estabelecimento na Rua Dom José de Barros frequentado por “centenas de negros e alguns poucos brancos” vindos de vários lugares da Grande São Paulo, em geral oriundos das “camadas populares” e das “regiões periféricas”. Ali as pessoas preferiam “ocupar o calçadão de um lado a outro” (MACEDO, 2007, pp. 196-197), o que resultava numa rua repleta de pessoas, dificultando a passagem dos transeuntes, com a presença de ambulantes e “um cheiro forte de maconha”, apesar da passagem de viaturas da polícia. Considerando que a roda de samba funcionava como um ponto de concentração que precedia a dispersão do público em direção aos bailes *blacks*, ela geralmente tinha início “por volta das 20h30” e se estendia “até a meia-noite”. Apesar de Macedo não especificar em quais dias da semana a roda acontecia, ressalta que “o centro é um ponto de encontro e essa agitação acontece de maneira mais intensa a partir de quinta-feira” (MACEDO, 2007, p. 196).

Em meados dos anos 2000, portanto cerca de duas décadas após os primeiros estudos que os enfocavam, os *punks* voltaram a ser objeto de análise. Reunindo materiais de diferentes publicações e realizando entrevistas com *punks* e *ex-punks*, Aldemir Teixeira (2007, p. 65) investigou o desenvolvimento do movimento *punk* do ABC paulista, datando o seu início no fim dos anos 1970, quando seus protagonistas teriam “entre 13 e 25 anos”. Na época, o contraponto a esse movimento, explica o autor, seria o movimento *punk* que se desenvolvia no centro de São Paulo. Sobre esse, destaco a informação do autor de que a maioria de seus protagonistas seriam “*office boys*, escriturários ou bancários” (TEIXEIRA, 2007, p. 71; grifos meus) que costumavam, no final dos anos 1970 e início dos 1980, se reunir “na hora do almoço ou final de semana na Estação São Bento do metrô ou nas Grandes Galerias [...] onde situava-se a [loja] Punk Rock Discos”. Em virtude da intensificação dos conflitos entre grupos *punks* rivais, que aconteciam na Rua São Bento, localizada no núcleo urbano mais antigo, durante *shows*

promovidos pela prefeitura de São Paulo, a polícia teria intervindo. Isso teria levado a loja a se tornar, já no início dos anos 1980, “o ponto de encontro definitivo dos punks do centro”, onde acontecia a circulação de informações e produções do movimento (TEIXEIRA, 2007, p. 72).

No mesmo início de século XXI, também ao entrevistar ex-integrantes de grupos juvenis *punks*, mas agora de outra capital brasileira, Fortaleza, Francisco Damasceno relata práticas muito semelhantes àquelas dos *punks* de São Paulo no fim dos anos 1970 e início dos 1980. Sem especificar a data histórica, o autor relata (DAMASCENO, 2007, p. 235) que essas pessoas, quando mais jovens, também teriam se encontrado em locais públicos do centro de Fortaleza: a Praça do Ferreira e depois a Praça José de Alencar. Ali teriam estabelecido o que chamaram de “points”, onde “se decidia a programação do final de semana, marcavam-se os encontros, escolhiam-se os melhores programas” e se “trocava ideias”. Segundo o autor, o “point” não constituía o fim de uma trajetória, mas “seu ponto inicial, o local de encontro, o ponto de referência em torno do qual todos aqueles que queriam podiam se encontrar”. Isso aconteceria às quartas e sextas-feiras durante a noite, conforme revela um entrevistado (DAMASCENO, 2007, p. 236).

No final dos anos 2000 é o protagonismo dos skatistas que se torna objeto de análise. Mais especificamente, Giancarlo Machado (2011, p. 3) enfoca a “prática da modalidade *street skate*” em São Paulo, no que se refere aos “usos e apropriações dos espaços urbanos” assim como às “redes” tecidas entre os praticantes. Um perfil dos protagonistas da prática não é traçado, porém há alusões importantes a sua juventude e ao fato de morarem distante do centro da cidade (MACHADO, 2011, p. 118).

O fato de residirem em regiões periféricas não impede, no entanto, que os skatistas “streeteiros” fossem associados diretamente a localidades centrais. Segundo conta o autor, desde os anos 1980 eles “se reuniam em lugares” centrais “como a Estação São Bento do metrô, a Praça Roosevelt e o Viaduto Santa Ifigênia”. Mais tarde, no início dos anos 1990, teriam passado a se concentrar no também central Vale do Anhangabaú “todos os dias e horários possíveis”, não só para a prática do “*street skate*” mas também, e aqui se revela outra semelhança com os achados dos demais estudos, por aquele “ser um espaço significativo de sociabilidade, onde os skatistas se reconhecem como tais”, encontrando-se com “streeteiros de diferentes localidades” (MACHADO, 2011, pp. 119-124).

No início dos anos 2010 outros estudos sobre pixadores são publicados, mas agora relativos a localidades outras afora São Paulo. Eles dão a ver, no entanto, práticas comuns àquelas observadas por Pereira (2005) entre os pixadores de São Paulo. Tanto Rodrigo Amaro de Carvalho (2013, pp. 14-37) quanto Flávia Soares (2013, pp. 2-4) descrevem os pixadores belorizontinos como jovens oriundos da periferia. A prática da pixação é associada por esses autores à constituição de identidades e à apropriação e ocupação transgressiva do espaço urbano (SOARES, 2013, p. 16). Mas há também espaço para considerações sobre as práticas que desenvolviam em seu ponto de encontro, o “point”, como “a troca de *folhinhas*” e o ato de marcar “de saírem para pixar em outras *áreas*” (CARVALHO, 2013, p. 38). Ambos os autores revelam que tal “point” aconteceria num lugar público situado sob o Viaduto Santa Tereza, centro da capital mineira, onde também acontecia o chamado “Duelo de MCs”, uma competição entre *rappers* que rimam de improviso. Essa conjunção acabava por reunir “integrantes e admiradores do Movimento Hip Hop, skatistas e pixadores”, resultando num “grande aglomerado” nas “noites de sexta-feira” (CARVALHO, 2013, pp. 45, 53; SOARES, 2013, p. 2).

Nessa mesma época a pixação é objeto de outras pesquisas que a enfocaram enquanto “produção cultural juvenil” (COELHO, 2012, p. 26; MITTMANN, 2012, p. 7). Tanto no Rio de Janeiro quanto em São Paulo e Campinas seus protagonistas, outra vez, seriam jovens e moradores das periferias. Mais interessados no momento em que esses pixadores realizam suas inscrições pelas ruas dessas cidades, durante a noite e a madrugada, ambos os estudos associam as práticas desses grupos ao “espaço público cidadão” e à “rua” (MITTMANN, 2012, pp. 37, 44; COELHO, 2012, pp. 36, 33), trazendo não mais que alusões vagas a momentos de reunião entre esses pixadores (COELHO, 2012, p. 108; MITTMANN, 2012, p. 97).

Na mesma época Teresa Caldeira (2012), a partir de dados colhidos desde meados dos anos 2000, buscou interpretar dois tipos de intervenção realizadas por homens jovens nos espaços públicos de São Paulo: mais especificamente a “produção de inscrições e o deslocamento pelo espaço urbano”. Com isso, a antropóloga quis se referir a “grafites e pixações”, além de “novas práticas de circulação pela cidade, como o motociclismo, o skate e o parkour”. Os protagonistas dessas práticas seriam “homens jovens [...] vindos das periferias” (CALDEIRA, 2012, p. 31), porém sua espacialidade não é detalhada. Como a circulação dessas pessoas não fica restrita aos bairros periféricos, importam aqui, principalmente, as considerações a respeito do centro enquanto “ponto crucial de

encontros e valorizado pela maior visibilidade dos pixos”, no caso dos pixadores; ademais, o centro seria “uma região privilegiada por skatistas, rappers e praticantes de *break*, que ali costumam se encontrar, muitas vezes nas proximidades das estações de metrô”, o que se daria em momentos associados ao lazer (CALDEIRA, 2012, p. 59).

Mais recentemente os skatistas de São Paulo voltaram a ser tematizados por Giancarlo Machado, desta vez a partir de outra referência espacial do centro paulistano. A partir de trabalho de campo realizado em 2013, este autor (Machado, 2014, p. 84) analisa a prática do *skate* com foco nas “apropriações da Praça Roosevelt” e nos “conflitos decorrentes” disso. Quanto à espacialidade da prática desses “skatistas”, qualificados como “jovens”, o autor revela que, se até o início da década ela estaria associada principalmente ao Vale do Anhangabaú, após a reurbanização da Praça Roosevelt, em 2012, tais “praticantes” teriam passado a frequentá-la “em diferentes dias e horários” (MACHADO, 2014, pp. 96, 83).

Ainda mais recentemente Márcio Macedo (2016) analisou com vagar a trajetória do movimento *hip-hop* paulistano desde seu surgimento, no início dos anos 1980, buscando sistematizá-la. A partir de uma documental voltada a qualificar as diferentes fases do movimento, o autor fornece indicações mais detalhadas sobre as práticas e espacialidades de seus protagonistas mencionadas em trabalhos anteriores. Ao menos no que seria a primeira fase do movimento, espacialmente mais relacionada ao centro paulistano, os protagonistas, praticantes do *break* cujas “apresentações” se dariam “em vias públicas”, seriam “jovens negros [...] em sua maioria pobres”, dos quais aqueles que não estivessem “desempregados” estariam – e aqui chama atenção o exemplo trazido por Macedo – “em *ocupações precárias como office-boys* (mensageiros de escritórios)” (MACEDO, 2016, p. 28; grifos meus).

Macedo (2016, pp. 27-28) fornece mais detalhes sobre a espacialidade dessas práticas ao relatar que, na primeira metade da década de 1980, as apresentações de *hip-hop* chegaram a acontecer “na frente do Teatro Municipal” mas logo tomaram “como local fixo a esquina das ruas Dom José de Barros e 24 de Maio”, lugar que se destacaria como “um ponto de encontro já bastante conhecido de jovens negros frequentadores de bailes desde aquela época [início dos anos 1980]”. O autor ressalta ainda que, de maneira esporádica, as apresentações ocorreriam nas proximidades, como na Rua Marconi e a Praça da República, no bairro República, e na Praça da Sé, do bairro Sé. Por volta de 1985 essas performances teriam sido deslocadas para o espaço da estação São Bento, onde

“passaram a dividir o espaço com jovens *punks* já frequentadores do local”. Isso teria acontecido por conta de “conflitos constantes” entre os “*b-boys*” – a como também eram chamados os dançarinos de *break* –, “comerciantes e polícia”, em virtude de as *performances* nas ruas atraírem muitas pessoas, inclusive “batedores de carteira, trombadinhas”, o que dificultaria o trabalho dos comerciantes. Nesse período, a São Bento teria se tornado “um local onde *b-boys*, MCs, DJs e grafiteiros de todas as partes da cidade se dirigiam no sentido de se socializar, praticar sua arte e trocar algo bastante escasso à época: informação” (MACEDO, 2016, pp. 28-29). Mais tarde, em 1988, parte desses sujeitos, os *rappers* (MCs e DJs) teriam, em prol de autonomia em relação aos *b-boys* e grafiteiros, deixado de frequentar a estação, e “passaram a se reunir na Praça Roosevelt”, reafirmando o que apontara Gomes da Silva (2011, pp. 77-81). Teria sido por volta de 1991 que essa praça perdeu centralidade na produção do *rap* na cidade, quando seus protagonistas passariam a se reunir em localidades mais periféricas (MACEDO, 2016, pp. 30-33).

Por meio desse breve panorama da produção científica brasileira sobre práticas juvenis em lugares públicos de centros urbanos do país a partir dos anos 1960, com destaque para São Paulo, é possível notar que, após o hiato que segue à primeira fase dos estudos sobre práticas juvenis, e cujo foco esteve em parte nas camadas médias escolarizadas, em parte nas classes populares e na questão da integração social, vêm à luz, na década de 1980, estudos sobre grupos juvenis que compartilhavam entre si certos usos da rua dos centros urbanos, além de convergirem quanto a algumas características de seu perfil social. De fato, quase todos os trabalhos posteriores ao hiato referem-se a práticas e grupos observados nas décadas de 1980, 1990 e 2000, a maioria tendo como referência espacial capitais, onde prevalecem os estudos ambientados na cidade de São Paulo.

Se parte desses estudos (CAIAFA, 1985; SPOSITO, 1993; ABRAMO, 1994; MACEDO, 2007; TEIXEIRA, 2007; GOMES DA SILVA, 2011; COELHO, 2012; MITTMANN, 2012; PEREIRA, 2013; MACEDO, 2016) está particularmente interessada na relação de grupos juvenis com o “campo da cultura como elemento identificador e produtor de sua subjetividade” (CASSAB, 2010, p. 49), isso não impede, como procurei demonstrar, que eles revelem características importantes do perfil social desses protagonistas, e da espacialização de suas práticas em lugares públicos de centros

urbanos. Tal espacialização, no entanto, é indicada com mais precisão por aqueles estudos cujo foco de análise repousa principalmente nos usos desses lugares públicos que tais práticas implicam (FRÚGOLI, 1995; PEREIRA, 2005; 2007; MACHADO, 2011; 2014; CALDEIRA, 2012; CARVALHO, 2013; SOARES, 2013).

Apesar dessas diferenças de enfoque, considerando-se todo o conjunto de estudos aqui revisitado brevemente, é possível perceber convergências reveladoras nas caracterizações que seus respectivos autores fazem dos protagonistas das práticas juvenis e dos usos que seus protagonistas fazem de lugares públicos centrais.

Por vezes considerados grupos juvenis, embora nem sempre com base em critérios etários, a caracterização desses tipos humanos como “jovens” é um aspecto comum a todos os trabalhos. Outra característica à qual os estudos aludem com frequência refere-se à origem social dos protagonistas das respectivas práticas, geralmente descrita a partir de termos como: “camadas populares”, “classes trabalhadoras”, ou ainda a partir de referências à origem socioespacial dos indivíduos por meio do termo “periferias” ou “subúrbio” (CAIAFA, 1985, pp. 14, 32; ABRAMO, 1994, pp. xi-xiv; FRÚGOLI JR., 1995, pp. 67; PEREIRA, 2005, p. 10; MACEDO, 2007, pp. 196-197; CALDEIRA, 2012, p. 31; COELHO, 2012, p. 26; MITTMANN, 2012, p. 7; CARVALHO; 2013, pp. 14-37; SOARES, 2013, pp. 2-4). Ressalta-se também, de maneira repetida, o envolvimento dos protagonistas dessas práticas em profissões pouco qualificadas, o que, no caso dos estudos ambientados na cidade de São Paulo, se cristaliza de modo revelador na figura do *office-boy*, transversal a vários desses trabalhos (SPOSITO, 1993, p. 169; FRÚGOLI JR., 1995, pp. 68-69; TEIXEIRA, 2007, p. 71; GOMES DA SILVA, 2011, p. 73; CALDEIRA, 2012, p. 60; MACEDO, 2016, p. 28). O perfil social dos protagonistas dessas práticas que se revela desses estudos, portanto, seria sobretudo jovem, proveniente das classes trabalhadoras e das periferias, e inserido em ocupações pouco qualificadas.

Quando colocadas lado a lado, as análises das práticas desses grupos juvenis, embora variadas, denotam convergências na descrição que oferecem de sua dimensão espacial e de sua dimensão temporal. Ainda que suas temporalidades sejam poucas vezes detalhadas, não assumindo papel central nas análises, revela-se uma tendência: a maior parte dessas práticas situava-se temporalmente, de acordo com seus estudiosos (CAIAFA, 1985, p. 15; ABRAMO, 1994, p. 106; PEREIRA, 2005, p. 48; MACEDO, 2007, p. 196; DAMASCENO, 2007, p. 236; TEIXEIRA, 2007, p. 71; GOMES DA SILVA, 2011, pp. 73-74; CARVALHO, 2013, pp. 45, 53; SOARES, 2013, p. 2), em momentos fora do

horário comercial, mencionando-se o horário de almoço, noites de dias úteis ou finais de semana. Já em relação à espacialidade das práticas, enquanto parte dos estudos aponta para o fato de algumas práticas observadas suporem uma circulação pelo espaço público do centro (ABRAMO, 1994, pp. 145-146; FRÚGOLI JR., 1995, pp. 63-67; CALDEIRA, 2012, p. 31), a maior parte ressalta, em diferentes casos, o estabelecimento de pontos de encontro ou reuniões em lugares públicos centrais, mais especificamente praças e ruas (CAIAFA, 1985, p. 15; ABRAMO, 1994, pp. 106-107; PEREIRA, 2005, p. 48; TEIXEIRA, 2007, p. 72; MACEDO, 2007, p. 190; 2016, pp. 27-28; DAMASCENO, 2007, p. 236; MACHADO, 2011, pp. 119-124; CALDEIRA, 2012, p. 59; CARVALHO, 2013, p. 38).

Para os fins desta dissertação, é este último uso de lugares públicos centrais apontado pela maioria desses estudiosos que interessa: o estabelecimento de pontos de encontro para sociabilidade pública. No caso do conjunto de estudos que se referem em particular às práticas e protagonistas observados na cidade de São Paulo, tais lugares incluem, além de praças e ruas, as proximidades de estações de metrô e de galerias comerciais. Alguns logradouros recebem destaque especial por sua menção em vários desses estudos: ruas como 24 de Maio e Dom José de Barros; as galerias localizadas entre a Rua 24 de Maio e a Avenida São João; o Largo São Bento e a estação homônima do metrô são algumas das localidades mais mencionadas (ABRAMO, 1994, pp. 106-107; FRÚGOLI JR., 1995, pp. 63-67; SPOSITO, 1993, pp. 169-173; MACEDO, 2007, p. 190; 2016, pp. 28-29; TEIXEIRA, 2007, p. 71; MACHADO, 2011, p. 119; GOMES DA SILVA, 2011, p. 77), utilizadas por mais de um grupo ao longo das últimas décadas, seguidas pelas praças da República e da Sé.

À luz desse panorama, e quase quatro décadas depois dos primeiros estudos sobre práticas juvenis no Brasil, é possível indagar-se sobre o destino que elas vieram a tomar nos últimos anos. Ao menos em relação aos usos de lugares públicos centrais, no caso da cidade de São Paulo o conjunto da bibliografia sugere que os pontos de encontro dos diferentes grupos juvenis se transformaram ao longo do tempo, passando por deslocamentos no espaço urbano motivados pela repressão policial ou reformas urbanas, aglutinações ou divisões internas aos grupos que se expressaram espacialmente, extinções ou mesmo o surgimento de novos pontos de encontro.

Diante disso proponho investigar a atualidade desses usos da rua feitos por protagonistas de práticas juvenis em São Paulo, em termos dos padrões de suas interações

sociais, levando em conta que o seu padrão de comportamento corporal, em todos esses casos, é a permanência física mais ou menos prolongada nos lugares públicos como contraponto ao trânsito. Para tanto, cabe analisar um caso específico dentre os que foram objeto dos estudos referenciados: o dos pixadores no centro paulistano entre 2017 e 2019.

Com efeito, se já não se ouve falar com tanta frequência de várias das práticas juvenis estudadas entre as décadas 1980 e 2010, ao menos uma delas, a da pixação, tem demonstrado vitalidade nos últimos anos, a julgar pelas declarações do ex-prefeito de São Paulo e suas iniciativas voltadas a reprimir a ação de pixadores (GRAGNANI & RUSSO, 2017, s/ n. p.; GRAGNANI, 2017, s/ n.p.). Como vimos no início deste capítulo, as pixações começaram a tomar os muros da cidade em meados dos anos 1980 (PEREIRA, 2005, p. 8; FRANCO, 2009, p. 23; MITTMANN, 2012, p. 26), mas foi na década de 1990 que os pixadores, já não enquanto uma presença “fantasmagórica” representada por suas inscrições (SPINELLI, 2007, p. 117), mas de modo corpóreo, apareceram nos lugares públicos do centro paulistano. Este, naquele momento, também abrigava outras práticas juvenis, como apontaram os estudos aqui elencados.

Explicitada a sua história do ponto de vista das ciências sociais, o quanto ela não é específica, particular justamente às referências do mundo acadêmico? No intuito de chegar a uma resposta, vamos a um ponto de vista alternativo sobre essa mesma história: aquele revelado por atores sociais outros atentos às ruas do centro de São Paulo nas últimas três décadas: jornalistas e alguns colunistas da chamada grande imprensa escrita.

CAPÍTULO 2

As práticas juvenis nas ruas do centro paulistano segundo a grande imprensa

Pelo que sugere a bibliografia especializada, contemplada no capítulo anterior, ao menos desde a década de 1980 a cidade de São Paulo assistiu ao aparecimento, nas ruas da região central, de grupos sociais dotados de práticas juvenis que estiveram, ao menos em parte, associadas a esse espaço. Como vimos, esses estudiosos trataram principalmente dos *punks*, dos dançarinos de *break*, dos *rappers*, dos skatistas e dos chamados pixadores. Já que os interesses que orientaram essas pesquisas em parte estiveram voltados à questão identitária, à produção cultural e às práticas desses grupos, os usos que têm feito da rua do centro paulistano, no sentido explicitado na Introdução desta dissertação, não ocuparam papel central na maior parte das análises. Referências aos lugares e momentos em que se davam essas práticas, assim como descrições de comportamentos corporais ou interações verbais, na maior parte desses trabalhos, aparecem apenas de modo residual.

Para compreender sociologicamente como as representações dos estudiosos sobre esses grupos que protagonizam práticas juvenis se relacionam com os lugares públicos do centro da cidade, dos anos 1980 até a década de 2010, optei por cotejar essas referências, produzidas pelos especialistas, com aquelas veiculadas por outros atores sociais que tematizam as vias e logradouros centrais da cidade e suas personagens desde então. Refiro-me aqui principalmente a repórteres, jornalistas e colunistas que publicaram textos a respeito em jornais e publicações suplementares produzidas pelos grupos *Folha de S. Paulo* e *O Estado de S. Paulo* a partir da década de 1980.

A busca nos acervos digitais de ambos os jornais, a partir das pistas disponíveis na literatura acadêmica anteriormente referenciada, combinou os termos que explicito a seguir, à luz do mapa abaixo:

Já o termo “Vale do Anhangabaú” (indicação 3, Mapa 1), que também cruzei com “skatista” a partir da associação existente na bibliografia especializada (MACHADO, 2011, pp. 119-124), refere-se à formação geográfica por onde corria historicamente o ribeirão Anhangabaú, hoje canalizado. O vale, que delimita a divisa entre os dois núcleos constitutivos do centro paulistano, foi reurbanizado na década de 1980, quando ali se restringiu a circulação de veículos⁹.

Outro termo referente a um logradouro que combinei com “skatista” foi “Praça Roosevelt” (indicação 4, Mapa 1), pela sugestão presente em Machado (2014, pp. 96, 83), em referência à praça situada entre as ruas da Consolação e Augusta, no chamado núcleo novo do centro, resultante de um projeto de urbanização do final dos anos 1960 que, no entanto, passou por obras de reurbanização no início dos anos 2010.

Por sua vez, seguindo a associação presente em Pereira (2007, p. 230), os termos “Largo da Memória” e “Ladeira da Memória” (indicação 5, Mapa 1), que combinei com “pichador” – termo da norma culta da língua geralmente usado para designar, dentre outros, o sujeito engajado na prática da pixação –, dizem respeito ao local onde se localiza, desde o início do século XIX, um obelisco que constitui o monumento mais antigo da cidade (PREFEITURA, 2010, s/ n. p.). Situado numa encosta do Vale do Anhangabaú, no lado ocidental do chamado núcleo novo do centro paulistano, o largo é ladeado por ladeiras e suas escadarias servem de passagem entre as duas partes que constituem o centro, a leste da estação Anhangabaú do metrô, que opera desde 1983 (COMPANHIA, 2019, s/ n. p.).

Por fim, busquei matérias jornalísticas relativas a duas ruas referenciadas na bibliografia especializada – a Rua Dom José de Barros (indicação 6, Mapa 1) e a Rua 24 de Maio (indicação 7, Mapa 1) – e situadas no núcleo novo do centro, no perímetro dos calçadões (vias pedestrianizadas) instituídos na década de 1970 (ASSOCIAÇÃO, 2005, s/ n. p. [p. 3]) e de várias galerias de comércio varejista. Segundo urbanistas, no início dos anos 2000 tais vias apresentavam altos fluxos de pedestres, e os calçadões, de modo geral, eram associados a uma alta concentração de comércio informal (NAKANO; CAMPOS; ROLNIK, 2004, pp. 136-137, 149; JOSÉ, 2010, p. 86)¹⁰.

⁹ No momento de escrita desta dissertação, o local, mais uma vez, encontra-se em processo de reurbanização, com conclusão prevista para junho de 2020 (FELIX, 2019, s/ n. p.).

¹⁰ Mesmo com a reversão completa da pedestrianização no caso da Rua 24 de Maio, o panorama atual dessas vias, pelo que pude observar em campo entre fins de 2017 e o início de 2019, não se distancia tanto daquele evocado pelos estudiosos na década passada. Sobre as alterações nas vias durante os anos 2000, cf. Prefeitura (2007, s/ n. p.).

Enfim, as referências a ambos os logradouros foram combinadas separadamente com os termos com “*break*”, “*hip-hop*” e “*rap*”, atendendo à sugestão presente em Macedo (2016, pp. 27-28). A categoria “24 de Maio” foi ainda articulada com “*punk*” a partir de Teixeira (2007, p. 71). Por fim, “Dom José de Barros”, assim como “Galeria Olido” (indicação 8, Mapa 1), em referência ao centro cultural localizado na mesma Dom José de Barros, também foram combinadas com “pichadores” a partir de minha experiência em campo nessas localidades entre outubro de 2017 e fevereiro de 2019.

O levantamento através dos buscadores *online* tanto do *Acervo Folha* quanto do *Acervo Estadão* compreendendo exemplares dos dois jornais de maior circulação na cidade de São Paulo no intervalo entre 1 de janeiro de 1980 até 1 de janeiro de 2019, trouxe à luz um *corpus* documental composto por 58 itens, cujas referências bibliográficas completas aparecem nas Fontes Primárias desta dissertação. Como se vê ali, o *corpus* divide-se em diferentes tipos de material: 39 reportagens; 8 notícias; 3 notas, textos breves contendo informações básicas; 2 artigos de opinião; 2 perfis, isto é, reportagens ou conteúdos que enfocam opiniões e características de uma pessoa; 2 guias, que listam lugares ou atrações pela cidade; e 2 editoriais. Trata-se de materiais publicados tanto em diferentes cadernos dos veículos de imprensa principais desses grupos – os periódicos diários *Folha de S. Paulo* e *O Estado de S. Paulo* – quanto em vários dos suplementos que esses mesmos veículos fizeram circular ao longo das últimas quase quatro décadas. Entre estes, associados à *Folha de S. Paulo*, estão: o suplemento *Viva*, com reportagens de temas variados; o suplemento *Folha Acontece*, que abrange a programação cultural da cidade; a *Revista da Folha*, posteriormente *Revista Sãopaulo*, voltada a variedades e atrações da cidade; a *Folhateen*, destinada ao público adolescente; e o *Guia da Folha*, contendo roteiros e dicas de cultura e atrações da cidade. Já os suplementos de *O Estado de S. Paulo* aqui contemplados são: o caderno *Seu Bairro*, que a cada edição tematizava uma região da cidade; o *Zap!*, destinado ao público jovem; e o *Divirta-se*, guia de cultura e atrações da cidade. Todas essas publicações juntas constituem, portanto, um conjunto bastante heterogêneo quanto ao estatuto literário dos textos, ao tipo de publicação e à autoria.

A seguir, passo à exposição dos trechos mais importantes desse material jornalístico para os propósitos desta dissertação, privilegiando, como critério de

exposição, a data de veiculação impressa de representações verbais acerca das práticas juvenis mencionadas pela bibliografia especializada, além de seus protagonistas, em associação aos logradouros elencados anteriormente. Quando existentes, referencio representações a respeito das espacialidades e temporalidades das respectivas práticas, assim como aquelas indicam algo sobre regularidades em suas interações não verbais e verbais nesses locais – ainda que esse tipo de dado seja particularmente escasso na documentação.

Os títulos das subseções a seguir não servirão a uma divisão estanque do material documental levantado, mas à identificação de algumas das inflexões de enfoque que a cobertura jornalística dos veículos de imprensa em questão apresenta no decorrer dessas quase quatro décadas. Ao final do capítulo, sintetizo as recorrências observadas sugerindo alguns padrões de representações contidos nos jornais acerca das práticas juvenis enfocadas e seus protagonistas.

Anos 1980: Um centro de punks, dançarinos de break e office-boys

No sábado, 28 de janeiro de 1984, metade da página 16 do caderno único de *O Estado de S. Paulo* foi dedicada ao tema dos *punks*. A jornalista Leonor Amarante (1984, p. 16) assina uma reportagem em que relata que, em São Paulo, “a cada fechamento de um ponto de encontro” os *punks* “logo descobrem outros”. Segundo ela, eles “perderam espaço numa galeria da rua 24 de Maio, onde se agrupavam em torno da Punk Rock, loja de discos”, naquele momento já instalada “na Augusta”. A fotografia que acompanha a matéria, com a legenda “Punks, roqueiras feministas”, mostra três garotas diante do letreiro da estação São Bento.

Já em março desse mesmo ano, a primeira página da *Folha de S. Paulo* trouxe a foto de dois rapazes dançando na rua, cercados de espectadores. Sob o título “Embalados no ‘funk’” (Não assinado [a partir de agora, N/a], 1984, p. 1), ainda na primeira página do jornal, o jornalista não identificado relata que um talco que os dançarinos utilizavam deixaria “o piso do calçadão do centro da cidade liso como uma verdadeira pista de dança”, sobre a qual “os rapazes evoluem, com suas roupas coloridas e óculos extravagantes, sob os aplausos da plateia”. Esta seria “diariamente” formada por “centenas de pessoas”, “pedestres” para quem a cena seria “um momento de diversão na agitação da cidade”. O título direciona o leitor para uma reportagem não assinada,

publicada na página 17 do caderno “Geral”: “Há um mês” a prática estaria ocorrendo na “esquina das ruas Dom José de Barros e 24 de Maio”, mas também podia ser transferida “para a rua Marconi”, dando-se “nos horários das 12 às 14 horas” ou “entre as 16 e 18 horas” (N/a, 1984, p. 17). O “show” com frequência causaria “aplausos, risos” na plateia, mas haveriam ainda “os mal humorados que enviam sacos plásticos com água do alto dos prédios para acabar com a festa”. Além de uma citação de Nelson Triunfo, personagem de destaque na história do *break* e do *hip-hop* no país¹¹, a reportagem também reproduz a fala de um dos “rapazes” do grupo descrito como “ex-office-boy”. Por fim, a matéria caracteriza as mulheres como “mais tímidas”, relatando que “ainda não estão dançando, embora prometam um show para breve”.

Já em junho daquele ano, em reportagem sobre o centro da cidade, a jornalista Celina Monteiro de Barros (1984, s/ n. p.), ao comentar a respeito do “show de break” assistido por “um grande grupo”, e das aulas da dança que seriam “dadas ali mesmo, na calçada”, descreve também o cenário em que tais sessões se dariam no “centro novo”: “em meio aos camelôs, uma infindável quantidade de produtos à venda e aos trombadinhas”. Menciona, então, “o grupo do Vadão, que dança na esquina das ruas 24 de Maio e Dom José de Barros” atraindo a atenção de transeuntes: “alguns office boys que passam por ali aproveitam para treinar alguns passos mas, segundo Vadão, a grande parte dos que ficam ali e já dançam bem ‘é pessoal que não trabalha’”.

Dois anos depois, por sua vez, outra reportagem de Leonor Amarante (1986, p. 12) tematiza os “punks paulistas”, que naquele momento estariam “dispersados” e “sem local certo para os encontros musicais e bate-papos”. Como contraponto, a jornalista evoca então a memória de que “há alguns anos, para encontrá-los bastava ir à galeria da 24 de Maio, no final da tarde e aos sábados”, ou mesmo “caminhar pela estação São Bento e papear com eles nas escadarias do metrô”. O que não teria se alterado, porém, seria “o olhar implacável da polícia que não os deixava em paz, nem no Centro e nem mesmo quando se transferiram para a rua Augusta, na ex-Punk-Rock”.

Ainda no mesmo ano de 1986 a coluna de Luiz Fernando Emediato (1986, p. 2), publicada no “Caderno 2” de *O Estado de S. Paulo*, rememora de passagem um “show de rock” que teria acontecido em 1982 “na estação São Bento do metrô”, ocasião em que o autor teria visto uma pessoa “distribuindo socos e pontapés para todos os lados”, a quem

¹¹ Cf. a respeito o vídeo-documentário “O marco-zero do hip hop”, de Pedro Gomes (GOMES, 2014).

identifica vagamente como “um careca do subúrbio, a gang punk mais temível da periferia”.

No ano seguinte, a reportagem de Ruth Barros (1987, p. 11) para o caderno “Cidades”, do mesmo jornal, enfoca o que qualifica como “uma nova tribo urbana” na cidade, chamada de “função”, e que seria “composta por adolescentes da periferia” que fariam “ponto nas galerias e arredores da rua 24 de Maio (centro), no horário de almoço”. Seus integrantes “andam em grupos” e são descritos pela jornalista como “office-boys, vendedores”. Sem associar diretamente a prática ao lugar mencionado, a autora relata que “alguns usam drogas, principalmente maconha, que revendem ‘batizada’ (misturada com estrume e chuchu) para os ‘patos e burgueses”.

Mais um ano se passa, e a reportagem do jornalista Jotabê Medeiros (1988, p. 1) para o “Caderno 2” enfoca os cantores de *rap*, a quem chama de “tagarelas”. Embora sem dar maiores detalhes, o autor relata que a “horda” desses sujeitos “faz seus pontos”, dentre outros lugares, “nas imediações da Estação São Bento do Metrô”.

No mesmo ano, para o caderno “Cidades”, o repórter Claudio Tognolli (1988, p. 1) aborda o que chama de “gangues de São Paulo”. Um entrevistado, identificado como *punk*, cantor e apresentador de rádio, argumenta que “os punks estão isolados, precisam de um ponto de encontro, pois são office-boys que vão contra todas as regras”. Tognolli, ao mencionar os “hip-hops”, os quais associa ao “rap”, relata que “encontram-se aos sábados na estação São Bento do metrô, no centro, onde dançam ao som dos rádios portáteis”. A legenda da imagem que acompanha a matéria ainda faz menção aos “skinheads ou carecas, trabalhadores na periferia de São Paulo” que estariam se reunindo “no fim-de-semana em uma das galerias comerciais do centro”.

Ainda no final do mesmo ano de 1988, uma notícia no “Caderno 2” de *O Estado de S. Paulo* sobre um *show* da banda Titãs, e assinada apenas por meio da sigla “R.S.”, traz a opinião de “um grupo de punks reunidos no largo de São Bento” (R.S., 1988, p. 3).

Já uma reportagem de 1989 para o suplemento “Viva”, da *Folha de S. Paulo*, creditada apenas à “reportagem local”, enfoca a figura dos *office-boys* por ocasião do “Dia do Mensageiro” (N/a, 1989, p. 3). Segundo o texto, “a esquina das ruas 24 de Maio e Dom José de Barros” teria se tornado “um ‘point’ dos office-boys que trabalham no centro de São Paulo” onde diariamente, “entre 12h e 13h, eles se encontram para conversar e olhar as ‘girls””. Caracterizados como tendo, em sua maior parte, “pouca idade” apesar da “considerável experiência de trabalho”, os encontros dos *office-boys* se

dariam “em clima de festa”. O juízo de valor da pessoa que escreve fica evidente na caracterização daqueles que se reuniram ali como um “lúmpen-criativo”, ao qual o autor anônimo atribui o surgimento de “movimentos como o punk, ativo na categoria até o início da década”, mas que, a seu ver, naquele momento já seria “mais recatado” sendo “muitas vezes trocado pelas gangues de hip-hop”.

Já no caderno “Ilustrada” do mesmo mês, a reportagem do jornalista André Forastieri (1989, p. 5) sobre as “duas galerias do calçadão da rua 24 de Maio” destaca a presença de “‘tribos’ adolescentes de todos os tipos, de blacks a skinheads” nesse local durante as manhãs de sábado. A referência de fundo é o já mencionado Centro Comercial Grandes Galerias, a “Galeria do Rock”. Ora, na reportagem o local é diretamente associado à “invasão do centro pelo rock”, sendo que Forastieri o evoca como “ponto de encontro de punks, que se reuniam na loja Punk Rock” já em 1982.

No mesmo ano, a jornalista Brenda Fucuta (1989, p. 1) assina, para a primeira página do “Caderno 2”, duas reportagens sobre as “bandas de hip-hop da estação São Bento do metrô”, uma delas intitulada “As gangues que incendeiam a periferia”. O local é associado ao “encontro nas tardes de sábado” das “bandas de hip hop da cidade” que, junto das “lojas de discos nas Grandes Galerias, na rua 24 de Maio”, seria um dos “canais de informação” dos sujeitos envolvidos na prática. Segundo a legenda da foto que acompanha o texto, o “encontro de breakers” se daria “entre mendigos e ‘vagabundos’”, ainda que, conforme a reportagem, os *breakers*, em sua maioria, “têm o segundo grau e mantêm emprego fixo”. O entrevistado MC Jack, naquele momento um dos protagonistas do movimento dos *breakers* – pelo que indica um vídeo-documentário produzido bem mais tarde¹² – e que então contava com apenas 20 anos, declara à reportagem que “alguns vêm a São Bento como ponto de breakers, outros como ponto de vagabundos”. Reproduzindo tal afirmação, Fucuta relata, ademais, que, frequentando o lugar “desde 1983”, esses protagonistas “o transformaram na fábrica das primeiras produções do rap nacional”. DJ Hum, outro nome importante para a história do *hip-hop* nacional (BOTELHO, s.d. [2010]), então com 21 anos, recorda, na mesma reportagem, que “[q]uando faltava pilha no gravador para tocar as músicas americanas, batíamos em latas, pra tentar reproduzir o ritmo eletrônico”.

¹² Cf. a respeito o vídeo-documentário “Nos tempos da São Bento”, de Guilherme Botelho (BOTELHO, s.d. [2010]).

Por fim, no mesmo “Caderno 2” do ano seguinte, o jornalista Jimi Joe (1990, p. 3) publicou notícia intitulada “Da periferia para o subterrâneo”, sobre um festival de *rap* que, segundo o seu organizador, contaria com “grupos” que seriam “originários de várias regiões de São Paulo e se reúnem aos sábados na Praça Roosevelt, no Centro”.

De 1984, ano em que é publicada a primeira reportagem que encontrei a respeito de um desses grupos juvenis até a virada dos anos 1990, as representações veiculadas por esses jornalistas revelam um centro paulistano singular. Localidades como as ruas Dom José de Barros e 24 de Maio, a estação e o Largo São Bento, as imediações do que viria a ser conhecido como Galeria do Rock e, por último, a Praça Roosevelt abrigariam, sobretudo nos horários de almoço, finais de tarde e aos sábados, além de outros grupos juvenis eventualmente mencionados, as práticas de principalmente três grupos: os dançarinos de *break*, os *rappers*, e os *punks*. Aqui notam-se confluências com representações veiculadas pela academia a partir de investigações realizadas nos mesmos anos 1980, que também notificaram a presença, nas ruas do centro, de *punks* e jovens associados ao *hip-hop* (ABRAMO, 1994; FRÚGOLI JR., 1995).

As representações construídas pelos jornalistas apontam para práticas diversificadas desses grupos, sendo-lhes comum, no entanto, o estabelecimento de pontos de encontro periódico, quase sempre em lugares públicos. Nas matérias que tematizam os *punks* há indicações inclusive de uma mudança recente de seu ponto.

Além de várias dessas reportagens mencionarem características desses protagonistas ressaltadas pelos estudiosos, como sua juventude e origem periférica, elas ainda afirmam sua associação a ocupações pouco qualificadas socialmente, com notável destaque àquela de *office-boy*. Nesse sentido, chama atenção uma reportagem que faz o movimento inverso, ao tematizar os *office-boys* de São Paulo (N/a, 1989, p. 3) relatando que suas reuniões se dariam em horários de almoço também no cruzamento das ruas Dom José de Barros e 24 de Maio, além de relacioná-los diretamente ao movimento *punk* e ao *hip-hop*. Essa associação da figura dos *office-boys* enquanto protagonistas também dessas outras práticas, apreensível nas representações veiculadas pelos jornais, é novidade em relação aos achados daqueles estudos, que não obstante já haviam analisado a presença, nas ruas centrais, dos jovens envolvidos nessa ocupação (FRÚGOLI JR., 1995 pp. 68-69).

Anos 1990: O centro dos skatistas e as memórias sobre punks e rappers

A uma reportagem para o caderno “Geral” de *O Estado de S. Paulo*, sobre um assassinato ocorrido durante um *show punk* em uma casa noturna do bairro Pinheiros, em 30 de abril de 1991, o jornalista Mário Magalhães (1991, p. 11) anexa uma cronologia de “incidentes” de tipo análogo durante apresentações desses grupos no Brasil em anos anteriores. Em relação ao primeiro de tais acontecimentos, datado de “3 de junho de 1979”, o autor declara que os “punks brasileiros” teriam começado a “frequentar os noticiários após um show no Largo São Bento”, quando “[u]m grupo de 14 punks foi atacado por uma gangue rival”.

Dias depois, o mesmo Mário Magalhães (1991, p. 26) assinou uma reportagem, também para o caderno “Geral”, acerca do que classificou como “deterioração” da Praça Roosevelt. Um entrevistado que seria frequentador desse logradouro é descrito como “sempre atento às manobras dos skatistas”, os quais, em seus termos, seriam “jovens que crescem no Centro” e que, ao praticarem o *skate* ali, “quebram as escadas e destroem o local”. Já outro entrevistado, um skatista de 17 anos, aparece no texto defendendo a “construção de pistas públicas para o esporte” e explicando que não teria dinheiro para pagar pelo uso das pistas existentes, particulares.

Para o “Caderno 2”, por sua vez, o jornalista Marcel Plasse (1991, p. 10), em reportagem sobre os “[d]ez anos de barulho punk no Brasil”, evoca no mesmo ano suas memórias sobre os primórdios do movimento em São Paulo, no início dos anos 1980, e seus protagonistas: “A maioria das pessoas que usava moicano na época agora tem cabelos compridos”. Relembra, ainda, o “Largo São Bento” e a “Grandes Galerias” como “zonas de guerra e de pacifistas, cobertas por distribuidores de fanzines metidos em jaquetas de couro barato rasgadas, gangues rivais vestindo objetos pontiagudos e mortais, punketes belas demais para playboys”.

No ano seguinte, em reportagem da primeira página do caderno “São Paulo SP”, da *Folha de S. Paulo*, o jornalista Fernando Rossetti (1992, p. 4) descreveu os vários “mundos” dos sete andares da chamada Grandes Galerias ou Galeria do Rock, lembrada como “local de encontro de advogados e escriturários na década de 70”, e que teria passado a “ponto de briga de gangs punks, no início dos 80”. A reportagem também associa o local à figura dos “metaleiros” e a salões de cabeleireiros especializados em penteados “afro”.

Em 1993, em notícia sobre uma “oficina de rap” no município de Diadema, publicada no caderno “Folha abcd-sp”, da *Folha de S. Paulo*, Angélica Banhara (1993, p. 4) evoca as origens históricas desse estilo musical. Sua origem estaria “nos anos 70, nos guetos do Bronx e Harlem, em Nova York”, mas no Brasil o *rap* teria conseguido adeptos apenas “na década seguinte”, quando “começou a ser divulgado na rua 24 de Maio, na região central de São Paulo”.

Israel do Vale (1994, p. 6), por sua vez, assina, para o suplemento *Zap!* de *O Estado de S. Paulo*, reportagem intitulada “Periferia canta, dança e protesta nos salões de rap”. Tratando do sucesso do *rap* nas rádios paulistanas de então, o jornalista remonta a origem do estilo à década anterior: “há dez anos, com os primeiros breakers rodopiando de cabeça na rua São Bento, no centro de São Paulo”.

No mesmo suplemento, em reportagem sobre a prática do *skate* nas ruas do centro paulistano intitulada “Manobras radicais entre mendigos e camelôs”, a jornalista Daniela Broitman (1994, p. 6) elenca os seguintes lugares que seriam usados pelos skatistas: “Viaduto Santa Ifigênia, Largo São Bento, Vale do Anhangabaú e Praça Roosevelt”. Segundo ela, durante a semana os “camelôs tomam conta das ruas do Centro”, enquanto “sábado, por volta das 16 horas”, o centro “se transforma no point” dos skatistas, muitos dos quais “trabalham e estudam de segunda a sexta”. Num pequeno texto explicativo, anexo à reportagem, o Viaduto Santa Ifigênia é descrito como “um dos locais favoritos” dos mesmos skatistas, do qual eles teriam sido expulsos por policiais na semana anterior: “A gente recebeu ordem da Regional da Prefeitura para não andar mais no viaduto e no Largo São Bento”, conta um dos praticantes.

Ainda em 1994, o suplemento *Folhateen* publica reportagem sobre a prática do “skate noturno” em São Paulo creditada apenas à “reportagem local” (N/a, 1994, p. 4). Nas legendas das imagens que acompanham o texto, o autor anônimo alega que os “skatistas não têm dia certo para curtir as noites”, e a Praça Roosevelt é indicada como um dos “principais ‘picos’ noturnos dos skatistas”, junto com o Viaduto Santa Ifigênia e “as ruas do Centro de São Paulo”.

No ano seguinte, em reportagem para o caderno “Cidades” de *O Estado de S. Paulo*, o jornalista Ronaldo Albanese (1995, p. 4) enfoca “redutos” da prática do *skate*. Outra vez a Praça Roosevelt recebe atenção, apontada como um dos “points eleitos pela tribo” para as manobras, mas que, na visão de um skatista entrevistado, “já não está tão bom quanto foi há tempos atrás”. A justificativa transparece na voz de outro skatista, que

declara à reportagem que, “além de sujo”, no local haveria “uma moçada meio marginal que vive atrapalhando a vida de quem só quer curtir”.

Referindo-se à Grandes Galerias como “Galeria do Rock” desde o título, a reportagem publicada no suplemento “Zap!” e creditada ao jornalista Ricardo Alexandre (1995, p. 5) evoca memórias referentes à década anterior, relatando que teria sido “a partir de 84, com o crescimento do movimento punk, que a galeria virou meca roqueira em São Paulo”. Essa época de meados dos anos 1980 é então retratada como momento de “alta” do “movimento punk nativo”, quando teriam sido “muito comuns as notícias de brigas entre carecas, punks e headbangers”. A partir de então, a galeria teria se tornado “um ponto de encontro dos roqueiros que gostam de se ‘montar’ e daqueles que querem ficar bem informados sobre os principais lançamentos”.

Já em reportagem de 1995 sobre a continuidade da prática do *break* na cidade para o suplemento *Seu Bairro* do jornal *O Estado de S. Paulo*, o jornalista Alceu Castilho (1995, p. 12) entrevistou praticantes e ex-praticantes dessa modalidade de dança. A partir das falas desses, Castilho afirma que “a febre do movimento” teria explodido “no início dos anos 80”, e que “o palco daquela época” teria se mantido até aquela data, localizando-se “no vão próximo do Largo de São Bento”. O momento dos encontros também teria se mantido: “todos os sábados, a partir das 13 horas”, quando “[d]ezenas de jovens e, principalmente, adolescentes, ficam de cabeça para baixo” fazendo “piruetas” e “atraindo a atenção das poucas pessoas que passam por ali àquela hora”. O *rapper* e ex-dançarino entrevistado refere-se ao local como “único ponto de encontro” e um “lugar para exibição” dos passos do *break*. Explicando à reportagem a dinâmica da prática, esse mesmo praticante argumenta que “o objetivo de cada gangue é adquirir respeito” através dos duelos “nos quais uma gangue desafia a outra, sob o júri dos demais breakers”. Na mesma página do suplemento (CASTILHO, 1995, p. 12), em texto que reporta o surgimento do “primeiro grupo feminino de break” da cidade, são mencionadas suas “exibições no Metrô São Bento”.

Ainda em 1995, na seção “Memória” do mesmo suplemento, Cássio Ventura (1995, p. 2) assina uma reportagem intitulada “Breakers tomaram Sé em festival”. Ali, o jornalista relembra o evento que, reunindo “mil pessoas na praça para ver shows da dança”, teria ocorrido em 1º de julho de 1984. A origem dos “dez grupos inscritos no festival” seria a mesma: “a 24 de Maio, perto da Mesbla e outros grandes magazines” onde “eles assistiam vídeos de seus ídolos, trocavam informações, dançavam e sabiam

das novidades sobre o movimento, que no início dos anos 80 se espalhava por São Paulo com incrível rapidez”.

Já em outra reportagem para *Seu Bairro*, dessa vez sobre a prática do skate no centro em 1996, Castilho (1996, p. 12) entrevista três de seus protagonistas que “treinam seus passos de skate e patins no Anhangabaú e em frente ao Teatro Municipal”. Ambos identificados como trabalhadores do McDonald’s próximo, dois deles relatam no texto morar em bairros da Zona Leste, de onde saíam nas “noites de sexta-feira e sábado e aos domingos” para “encontrar os amigos nas ruas do centro”. Ao final de sua reportagem, Castilho conclui que a Praça Roosevelt constitui o “palco preferido dos skatistas para experimentação”, local em que “[a] turma começa a se reunir para as exibições no fim das tardes de sexta-feira”.

No mesmo ano, Emerson Gasperin (1996, p. 6) assina uma reportagem no suplemento *Zap!* por ocasião do lançamento de um novo disco da dupla Thaíde & DJ Hum, nomes consagrados na história do *hip-hop* no Brasil (BOTELHO, s.d. [2010]). Ali o jornalista rememora o ano de 1985, quando o DJ “levava o toca-discos para a Estação São Bento e a moçada ficava dançando break”. A estação teria sido o local em que ambos “descobriram o hip hop, o break, o grafite e, por consequência, o rap”.

Um ano depois, em 1997, a jornalista Gabriela Carelli (1997, p. 4), em reportagem para o caderno “Cidades” sobre a interdição da Praça Roosevelt “desde 93”, descreve o logradouro como sendo usado “por pedestres, mendigos e consumidores de droga”, e aponta ainda que, naquele momento, “[a]lguns skatistas frequentam o local”.

Por sua vez, em coluna para a *Revista da Folha* de dois anos mais tarde, Joni Anderson (1999, p. 47) acusa o racismo supostamente existente na propaganda de uma campanha vigente à época, contra o desarmamento. E em seu texto o jornalista acaba por relacionar certas personagens a lugares específicos do centro paulistano. Segundo o seu argumento, um rapaz negro, cuja imagem ilustraria o estereótipo do “marginal” no *outdoor* em questão, “facilmente pode ser confundido com os milhares de office-boys que frequentam a Galeria 24 de Maio, no centro”, ou mesmo “com os B-Boys do hip-hop que se encontram na praça da Sé”, diz referindo-se aos dançarinos de *break*.

Durante a década de 1990, diferentemente da anterior, as práticas dos *rappers* e dos *punks* em lugares públicos do centro paulistano já quase não são tematizadas em reportagens baseadas em apurações *in loco*. Elas são evocadas a partir de memórias e alusões, seja dos próprios jornalistas, seja daqueles que protagonizavam aquelas práticas,

que remetem aos anos 1980 e às mesmas localidades que figuravam nas reportagens daquela década. A exceção fica por conta da reportagem de Castilho (1995, p. 12), que entrevistou dançarinos de *break* na Estação São Bento. Ali também aparece uma das poucas referências a integrantes do gênero feminino nesses grupos, que na década anterior também haviam sido apenas residuais.

Porém, outro grupo, que não havia sido noticiado na década anterior, passa então a ser tematizado pelos jornalistas: os skatistas. Se sua prática principal em lugares públicos do centro estaria associada à prática do skate, os jornalistas também veiculam representações sobre “encontros” (CASTILHO, 1996, p. 12) e o que chamam de “points” (BROITMAN, 1994, p. 6; ALBANESE, 1995, p. 4), além de sua expulsão de um desses locais, o Viaduto Santa Ifigênia.

Os pixadores e a “recuperação” do Largo da Memória em fevereiro de 2000

Seguindo a cronologia das representações veiculadas pela imprensa acerca das práticas juvenis em lugares públicos do centro paulistano, após a virada da década um outro grupo, que até então não havia sido reportado, passará a chamar a atenção, ao menos dos jornalistas de *O Estado de S. Paulo*.

Ao longo do mês de fevereiro do ano 2000, uma série de matérias seria publicada no caderno “Cidades” a respeito de um mesmo tema: a presença de “pichadores” na Ladeira da Memória e a “limpeza” de suas “pichações” nos monumentos do local. As reportagens do jornalista Uilson Paiva trazem representações do “ponto de encontro” desses sujeitos e, nas semanas seguintes, dos desdobramentos da intervenção policial.

O primeiro texto, intitulado “Vandalismo com assinatura”, é publicado na edição de domingo, 6 de fevereiro de 2000. Composta de um conjunto de textos que preenchem as páginas 4 e 5 do caderno “Cidades”, a reportagem aborda o estado de conservação do patrimônio da cidade, a suposta falta de fiscalização da Prefeitura, entre outros temas correlatos. Uma das fotografias, em que se vê um grupo de pessoas nas escadarias do Largo da Memória, traz a legenda: “Largo da Memória, ponto de encontro de jovens pichadores: painel de azulejos de 1922 está constantemente coberto de rabiscos”.

No primeiro texto, Paiva (2000a, p. 4) faz um relato a partir do referido “encontro”, ao qual o jornalista teria comparecido às “14 horas de sexta-feira, na Ladeira da Memória”. A descrição que fornece é a de “[d]ezenas de pichadores” que “trocam

papéis com ‘assinaturas’ - rabiscos com o nome de suas gangues - para que os outros possam reconhecê-las pela cidade”. O autor narra, então, o comportamento causado nos “pichadores” pela chegada de “uma dupla de policiais militares”: “Há alvoroço. Alguns adolescentes correm”. Contudo, após um “sermão”, segundo o jornalista, direcionado aos “adolescentes”, a dupla teria se afastado, e a “troca de assinaturas” prosseguiu, “assim como os acertos para futuras pichações e o discurso adolescente de protesto”. Relata ainda que “pouco depois, dois jovens são presos, pichando um muro” localizado “ali perto”. Um “pichador” entrevistado, de 17 anos, ao comentar sobre um dos prédios que almejava “pichar”, relata que já havia entrado no recinto “de office-boy, para saber como é”.

Na página ao lado, sob o título “‘Maioria vira ladrão ou traficante’, diz pichador” (PAIVA, 2000a, p. 5), o texto mescla o discurso dos próprios pichadores entrevistados com aquele do jornalista sobre as motivações dos primeiros e seus modos de agir. De fato, alega que os “encontros semanais” dos “pichadores” ocorreriam “sempre no mesmo dia e lugar: às sextas-feiras, no Largo da Memória, no Anhangabaú, centro”. Nesses encontros, um hábito apontado por Paiva é a “troca” de suas “‘assinaturas’ (rabiscos que picham nos muros) em folhas de papel”. Os frequentadores são descritos como “garotos de 10 a 22 anos, invariavelmente pobres”. À reportagem os “garotos” relatam que “[a] gente vem pra trocar umas folhas e marcar um rolê”, e que “toda semana tem geração nova para continuar o nosso trabalho”. Paiva ainda faz referência a outra interação entre esses pichadores: ao ato de “comemorar aparições” – que, segundo o jornalista, “só eles” teriam visto – de suas marcas na televisão. Nas palavras de um deles, segundo o jornalista: “‘A Globo mostrou um picho que eu fiz, naquela imagem da enchente na zona sul’, contava um pichador para impressionar outro, na sexta-feira”.

Na sexta-feira seguinte, em matéria sobre a “limpeza” do monumento, o jornalista (PAIVA, 2000b, p. 6) relatava o resultado da denúncia: “Atualmente, por determinação do prefeito, três homens da Guarda Civil Metropolitana (GCM) fazem plantão durante 24 horas na Ladeira da Memória”. No dia seguinte, sábado, também no caderno “Cidades”, Paiva (2000c, p. 7) publicou outro relato, dessa vez a respeito do que teria ocorrido no local na véspera, “[d]epois de o Estado ter revelado o ponto de reunião semanal de quase 300 pichadores”:

Dez policiais militares em dois veículos. Três guardas-civis metropolitanos em motocicletas. Exatamente três pichadores - em lugar da multidão de adolescentes que escolheu o lugar como ponto de

encontro -, dois deles detidos por desacato a autoridade (PAIVA, 2000c, p. 7).

E o autor completa, manifestando juízo de valor: “Foi uma das sextas-feiras mais atípicas - e seguras - dos últimos tempos na Ladeira da Memória, no Anhangabaú, centro”. Dentre os “pichadores” que teriam comparecido ao local, um de 19 anos teria afirmado à reportagem que não seria mais possível se “reunir porque a polícia colou”, revelando que naquele local “os manos se reúnem e picham o nome pra ter mais ibope”. Outro entrevistado teria revelado a intenção de manter os encontros: “[A]visa aí no jornal que a reunião vai continuar” na “semana que vem”.

Um dia depois, um editorial da seção “Notas e informações”, do caderno principal da edição de domingo de *O Estado de S. Paulo* é dedicado à questão. Intitulado “A cidade pichada” (ESTADO, 2000, p. 3), o texto atribui à reportagem do próprio jornal o mérito de ter pressionado o então prefeito Celso Pitta (1997-2001) a tomar providências. Ao mencioná-las, o editorialista do jornal destaca a “recuperação do Largo da Memória” e seu painel de azulejos. O editorial então reitera traços dos encontros já afirmados nas reportagens: “É ali, no centro da cidade, que as gangues se reúnem, para ‘cantar vitórias’ e planejar novas ações”.

Mais de uma semana depois, a jornalista Valéria Rossi (2000, p. 7) noticiou as “ameaças” que “grupos de mais de 50 pichadores” estariam fazendo aos funcionários envolvidos na “limpeza do Largo da Memória”. O local, o momento de encontro e os mesmos atores reaparecem, só que agora na fala do arquiteto do Departamento de Patrimônio Histórico do município reproduzida na reportagem: “Os pichadores reúnem-se aqui todas as sextas-feiras, quando articulam novos ataques”.

Já no sábado seguinte, 26 de fevereiro, a jornalista Marisa Folgato (2000, p. 4), em reportagem para o caderno “Cidades”, relatou que “[p]elo menos 30 pichadores voltaram a reunir-se, na tarde de ontem, nas imediações da Ladeira da Memória”. Porém, como agora a área das escadarias e do obelisco estava “em processo de limpeza” sob vigia de “dois guardas-civis metropolitanos”, os pichadores teriam se estabelecido “em grupinhos encostados no muro da Rua Xavier de Toledo, com ampla visão do antigo palco de pichações”. A importância da reunião, segundo a apuração de Folgato, estaria em “[c]ontar vantagem de pichações feitas e comentar os ‘atrevimentos’ alheios”. À reportagem, “alguns” dos “pichadores” teriam afirmado que “o ponto deve mudar”, e a

motivação parecia clara: “A polícia tá embaçando muito na ladeira”. Mesmo assim informaram que “sexta-feira ainda vai continuar o dia tradicional de encontro dos pichadores”.

O adjetivo “tradicional” ganha sentido quando se tem em conta que a matéria menciona que um dos “pichadores” entrevistados, *office-boy* então com 18 anos, estaria “visivelmente chateado por perder o ponto que frequenta desde os 12 anos”. Outro, retratado no texto como um “vendedor de alho de 17 anos”, aparece ali explicando que o que fariam “[é] uma revolta, porque ninguém deixa a gente fazer nada”, e acrescenta: “nem essa reunião; é nossa revolução”.

Se até o início do ano 2000 não haviam sido publicadas nesses jornais quaisquer matérias a respeito dos pichadores, em questão de um mês lhes são dedicadas várias delas e até um editorial. Ainda que o grupo fosse diretamente associado às inscrições que supostamente realizavam pela cidade e nos monumentos históricos da Ladeira da Memória, as matérias trazem considerações principalmente sobre suas práticas no “ponto de encontro” que ali haviam estabelecido.

A abordagem espetacularizada a respeito dessas práticas ressalta uma suposta relação de tensão desses protagonistas com funcionários da prefeitura (ROSSI, 2000, p. 7) e atrevimento diante da polícia (FOLGATO, 2000, p. 4; PAIVA, 2000c, p. 7). De fato, ora tais protagonistas são designados “gângues” (ESTADO, 2000, p. 3), ora sua presença é associada diretamente à insegurança no local (PAIVA, 2000c, p. 7).

Algumas representações sobre seu perfil social coadunam com aquelas veiculadas nessas publicações sobre outros grupos juvenis. Caracterizados como “adolescentes” (PAIVA, 2000c, p. 7) ou “garotos” (PAIVA, 2000a, p. 5), as idades mencionadas giram em torno dos 18 anos. Embora não haja qualquer menção a uma origem socioespacial periférica, Paiva (2000a, p. 5) descreve esses protagonistas como “invariavelmente pobres”, e em duas das matérias reaparece a associação com a ocupação de *office-boy*.

Resta destacar, por fim, que a sequência de reportagens dá a ver o processo de impedimento, com a mediação da polícia, de que esse grupo juvenil seguisse realizando seus encontros na Ladeira da Memória nas tardes de sextas-feiras. Tais representações, quando colocadas ao lado daquelas construídas por estudiosos (PEREIRA, 2005, p. 50; TEIXEIRA, 2007, p. 72; GOMES DA SILVA, 2011, pp. 77-81; MACEDO, 2016, pp. 28-29) a respeito de mudanças espaciais de pontos de encontro de pichadores, *punks* e *b-*

boys ao longo dos anos 1980 e 1990, sugerem um padrão, ao menos quanto à intervenção policial em expulsar esses protagonistas e impedir seus encontros.

Anos 2000: Mesmos grupos e práticas, outras localidades

Mesmo com a visibilidade episódica dada aos pixadores da Ladeira da Memória no início dos anos 2000, ao longo da década os jornalistas não deixariam de tematizar os outros grupos juvenis aqui em pauta, ainda que vários deles em retrospecto. É o caso da reportagem da jornalista Janaina Rocha (2000, p. 5), publicada no “Caderno 2” de *O Estado de S.Paulo*, por ocasião da inauguração da “Casa do Hip hop”, em um centro cultural no município de Diadema. No início da matéria, publicada no ano 2000, a jornalista recupera brevemente a história do movimento *hip-hop* em São Paulo, e ali faz menção ao fato de que “nos anos 70 e 80, o ponto de encontro da cultura de rua hip-hop era a Rua São Bento e a 24 de Maio”.

No ano seguinte, a reportagem de Adriana Moreira (2001, p. 1) publicada na primeira página do suplemento *Seu Bairro*, em edição voltada à Zona Leste de São Paulo, ao tematizar o “processo de restauração” da Ladeira da Memória ainda descrevia o local como um “tradicional ponto de encontro de pichadores”.

Em 2002, para o suplemento *Folha Acontece*, o jornalista Pedro Sanches (2002, p. 1) assina reportagem sobre um evento de *hip-hop* cujas atividades aconteceriam em vários lugares da cidade. Só que a “apoteose” se daria no “largo São Bento”, apontado como “Marco zero e ponto histórico do nascimento da cultura hip hop em São Paulo” e lugar “das primeiras manifestações de músicos como Thaíde e dançarinos de rua como Nelson Triunfo”. Sanches lembra ainda que, após ter se mantido como “foco central” dessa cultura “por mais de uma década, a partir de 83”, o lugar teria sido “abandonado definitivamente após sua interdição aos artistas de hip hop, pelo metrô, em 98”.

Na reportagem da jornalista Rosa Bastos (2002, p. 1) sobre a prática do *skate* em São Paulo, publicada no caderno “Cidades”, são entrevistados alguns skatistas “sem pistas perto de casa” que, por isso, praticavam “nas rampas improvisadas do Vale do Anhangabaú”. Um outro treinaria “todos os dias no Anhangabaú ou na Praça Roosevelt, outro ponto de encontro” em que, segundo suas próprias palavras, “depois do trabalho, o pessoal vem pra cá tirar idéia e acertar a balada”. Bastos ainda aponta “a Galeria do Rock,

na Avenida São João” como um “outro point”, o que se justificaria pelo fato de o local reunir “de tudo”, em matéria de peças e equipamentos necessários à prática.

Em um perfil do escritor e *rapper* André du Rap, publicado na seção “Meu sábado” do *Guia da Folha* (N/a, 2003, p. 4), aparece a referência de que “passar e fazer compras nas Grandes Galerias, na rua 24 de Maio” era, à época, um de seus “programas favoritos”. Em suas palavras, o local seria “o ponto de encontro do pessoal do hip-hop”.

No ano de 2007, a reportagem “Alfinetadas – Isto é punk hoje:”, do jornalista Gustavo Fioratti (2007, pp. 8-15), é anunciada na capa da *Revista da Folha*. Junto à fotografia que introduz o conteúdo do texto, onde se veem diversas pessoas em pé próximas ao asfalto da rua, uma legenda anuncia: “Punks, emos, rockers e outras turmas reunidas na calçada em frente à Galeria do Rock, na av. São João” (FIORATTI, 2007, p. 8). Na página seguinte, assuntos variados do universo *punk* são abordados de forma breve. Um deles são os “pontos de encontro” que, segundo Fioratti (2007, p. 9), mudariam “com frequência, pois punks são entusiastas do espaço urbano, de botecos e bares abertos para a rua, especialmente no centro e na rua Augusta”. Naquela, os bares estariam localizados na “Galeria do Rock, na rua 24 de Maio”, e seria “fácil encontrá-los ali às sextas e aos sábados”.

Em notícia a respeito do início dos chamados X Games, espécie de olimpíada dos esportes radicais, assinada por Daniel Brito e Glenda Carqueijo (2008, p. 3) para o caderno “Esportes” do jornal *O Estado de S. Paulo*, os autores relatam que a competição de “skate” e de “bike” disporia de “obstáculos construídos à imagem e semelhança daqueles vistos na Praça da Sé, Vale do Anhangabaú e Praça Roosevelt”, sendo esta última caracterizada como “berço de renomados skatistas da cidade e que viveu seu auge como point no início da década passada”.

No ano de 2008, os jornalistas Laura Capriglione e Adriano Choque (2008, p. 4) assinam uma reportagem no caderno “Cotidiano”, da *Folha de S. Paulo*, sobre a “guerra” que teria sido declarada pelos “pichadores” contra os “grafiteiros” da cidade em virtude do “caráter comercial” que a manifestação dos últimos teria assumido. O texto relata que a Prefeitura de São Paulo teria calculado “em 5.000 o número de pichadores da cidade, a maioria dos quais vive na periferia”, e que eles, segundo os jornalistas, poderiam ser vistos nas “imediações da galeria Olido, no centro [...] trocando ‘autógrafos’ escritos no estilo próprio em papel A4, que são arquivados em pastas”.

Adriana Küchler (2010, p. 16), na *Revista SãoPaulo da Folha de S. Paulo*, assina matéria sobre o *skate* na cidade na qual um skatista lista quatro de seus “picos” preferidos; isto é, lugares propícios à prática. Dentre eles, a Praça Roosevelt aparece como “um lugar bem clássico”, onde “se anda bastante de skate” desde os “anos 80”. O Vale do Anhangabaú também é adjetivado como “clássico”, tanto que, segundo o entrevistado, “[s]katistas de fora, de passagem por SP, sempre vão conhecer o vale”.

Já em 2010, um perfil do pixador paulistano Djan Ivson, “[u]m dos representantes da pichação na 29ª Bienal de São Paulo” é publicado no caderno “Cotidiano”, da *Folha de S. Paulo*, assinado por Letícia Castro (2010, p. 4). Ali, a “Galeria Olido, na avenida São João, centro de São Paulo” é referida pela jornalista como local em que “os pichadores se reúnem para o rolê semanal da região”, o que aconteceria, segundo ela, “nas noites de quinta-feira”.

Durante a década de 2000 vemos todos os grupos aqui em pauta serem tematizados por esses jornalistas, assim como a associação de alguns deles a outras daquelas localidades, às quais não haviam sido associados em décadas anteriores, o que sugere a transferência de seus pontos de encontro. Se no início da década o Largo São Bento é lembrado como ponto de encontro histórico dos dançarinos de *break* e do grupo associado ao *hip-hop* (ROCHA, 2000, p. 5), dois anos depois se relata o impedimento desses grupos usarem o local (SANCHES, 2002, p. 1), sendo esses na sequência associados apenas às Grandes Galerias e à Rua 24 de Maio (N/a, 2003, p. 4). Os pixadores, cujo “ponto de encontro” em 2001 ainda seria relacionado à Ladeira da Memória (MOREIRA, 2001, p. 1), no final da década são associados às imediações da Galeria Olido, onde suas práticas são situadas temporalmente já não nas tardes de sextas-feiras, mas nas noites de quintas-feiras.

Chama atenção, ainda, o contraste com um aspecto frequente nas matérias sobre os pixadores publicadas no ano 2000 e aquelas acerca de outros grupos por referência aos anos 1990. Os materiais que vimos agora trazem não mais que escassas referências ao perfil social dos protagonistas dessas práticas, não havendo ali quaisquer alusões a sua faixa etária.

Anos 2010: O foco nos skatistas

Os jornalistas Márcio Pinho e Felipe Frazão (2011, p. 9) noticiavam em 2011, no caderno “Cidades/Metrópole”, de *O Estado de S. Paulo*, algumas manifestações que teriam lugar na Avenida Paulista durante o final de semana. Uma delas seria realizada, segundo eles, por “milhares de skatistas, entre amadores e profissionais” que ocupariam “as pistas da Paulista por uma causa: a prática do esporte na Praça Roosevelt”, local que estava, então, “em reconstrução”. O mapa que acompanha a notícia mostra o trajeto da “volta de skate até a região central”, descendo a Rua da Consolação, passando pelas proximidades da praça e se encerrando no Vale do Anhangabaú.

Já a matéria da jornalista Renata Miranda (2012, pp. 20-21) para a *Revista São Paulo*, publicada em 7 de outubro de 2012, tematiza aquilo que seria retratado em várias outras matérias, entre reportagens e notícias, no final daquele ano e no seguinte. Sob o título “Espaço público: De quem é a praça?”, o subtítulo referencia a contenda que então se desenrolava a respeito do uso do local: “Skatistas ocupam a Roosevelt após sua reinauguração; associação de moradores quer restringir prática do esporte”. Miranda (2012, p. 20) relata que, logo “nos primeiros dias de uso” após a reforma, a praça teria virado “ponto de encontro de skatistas que residem dentro e fora da cidade”. Alguns praticantes, que, segundo a reportagem, estariam se sentindo “ameaçados” em virtude da “proximidade de um posto da corporação” da Guarda Civil Metropolitana, defendem seu ponto de vista evocando a tradição da prática no local: “A gente sempre andou de skate aqui, mesmo quando a praça estava abandonada. E agora que ela está em excelentes condições a gente não pode usar?” (MIRANDA, 2012, p. 21). A fala de outro entrevistado argumenta no mesmo sentido, ao afirmar que “[d]esde os anos 80 a gente anda de skate na Roosevelt. Nossa presença ali até ajudava a melhorar o ambiente”.

Dias depois, nas páginas do caderno “Cidades/Metrópole”, uma nota assinada pela jornalista Juliana Tamdjian (2012, p. 6) noticia uma reunião entre *skatistas*, moradores e representantes da chamada Ação Local Roosevelt¹³. A autora da nota jornalística relata ainda que a “entrega” da praça havia sido “comemorada também pelos skatistas” e que,

¹³ A Ação Local Roosevelt seria um “núcleo de participação local” comunitária que congregaria “moradores, proprietários e organizações” da região, impulsionado pelo Programa Ações Locais da Associação Viva o Centro, conforme informações disponibilizadas no site da própria Associação Viva o Centro (s.d.). Os objetivos do programa seriam “exercer intensa vigilância sobre as condições urbanas de sua área específica, registrando os problemas, denunciando-os aos órgãos públicos competentes e deles cobrando soluções” (ASSOCIAÇÃO, s.d.). Para uma análise a respeito da atuação da associação em seu primeiro decênio, assim como suas orientações, participantes e organização, cf. Frúgoli Jr.(2000, pp. 69-112).

“como o Vale do Anhangabaú”, o local seria “um marco na cultura do skate no centro da capital”.

“O sequestro da praça” é o título de um editorial de *O Estado de S. Paulo*, publicado em janeiro de 2013 na seção “Notas & Informações” de seu caderno principal (ESTADO, 2013, p. 3). O texto argumenta que o “espaço público” estaria sendo “‘privatizado’ por grupos com interesses comuns, as chamadas ‘tribos’”, o que aconteceria “em detrimento dos demais cidadãos”. A crítica é centralmente dirigida aos “skatistas que infestam a Praça Roosevelt” e ali constituiriam “grave ameaça à integridade física dos outros frequentadores”. Rememorando a ocasião da entrega da praça ao público após as reformas de reurbanização, “reaberta em 29 de setembro” do ano anterior, o texto relata que “em questão de horas, já estava tomada pelos skatistas”.

Na *Folha de S. Paulo*, poucos dias depois, a reportagem do jornalista Leandro Machado (2013, p. 3) para o caderno “Cotidiano” enunciou no título que a “Prefeitura promete blitz da PM contra skate na Roosevelt”. Na ocasião, Machado conta que agentes da Guarda Civil Metropolitana estariam indo “até a praça todas as noites, após as 22h”, quando “pedem para os skatistas saírem da área”. No entanto, “segundo moradores, muitos acabam voltando”, o que aconteceria “todo santo dia”, nas palavras de uma moradora do entorno entrevistada.

Ainda em janeiro de 2013, a *Revista Sãopaulo* publicou, na seção voltada aos esportes, uma reportagem sobre a prática do *skate* na cidade e as questões que levantava à época, escrita pelas jornalistas Kátia Lessa e Renata Miranda (2013, pp. 34-36). Em uma linha do tempo intitulada “SP sobre rodinhas” (LESSA; MIRANDA, 2013, p. 35) as autoras consideram que, nos anos 1980, a Praça Roosevelt teria se tornado “ponto de encontro para praticantes”; nos 1990 “pontos como o vale do Anhangabaú” teriam se tornado “os favoritos dos skatistas”; e, na década de 2010, com a reabertura da Praça Roosevelt, a “[p]resença de skatistas irrita moradores e acende debate sobre uso do espaço público”.

No início de abril daquele ano, a reportagem da jornalista Juliana Deodoro (2013, p. 6) para o caderno “Cidades/Metrópole” tratava das ações da Prefeitura para adaptar novos locais à prática de *skate* na cidade. No texto, Deodoro avalia que, naquele momento, “além da Praça Roosevelt”, outros lugares do centro em que seria “possível encontrar skatistas” era “no Vale do Anhangabaú, na frente do Mosteiro de São Bento e na Praça da Sé”.

Anunciado no *Guia da Folha* como matéria de capa, o guia “Sobre rodas”, assinado pelos jornalistas Marina Consiglio e Wesley Kimplel (2014, pp. 8-13) listou em 2014 dicas e endereços importantes na cidade para os interessados em andar de bicicleta, patins e *skate*. Na parte dedicada à prática deste último esporte, um tópico concerne à Praça Roosevelt: os autores argumentam que o local “virou point de skatistas desde que foi reinaugurada, em 2012”. Mesmo apresentando “placas indicando a proibição de skates, bicicletas e patins”, aspectos de sua estrutura física como o “chão liso” ou os “bancos e escadas” teriam atraído de praticantes iniciantes a experientes.

Por ocasião do lançamento de um livro sobre o *rap* nacional, no ano seguinte, a jornalista Angela Boldrini (2015, p. 3) relembrou, no caderno “Ilustrada”, da *Folha de S. Paulo*, “momentos de destaque na história do gênero”. Dentre eles, a autora aponta o ano de 1985 como o momento em que a estação São Bento do metrô “vira ponto de encontro de b-boys e rappers”, e que teria se mantido durante “sete anos” como “polo do hip-hop paulistano frequentado por nomes como Thaíde e Racionais MC’s”.

Um mês depois, para a mesma “Ilustrada”, as jornalistas Maria Clara Moreira e Angela Boldrini (2015, p. 3) assinam reportagem sobre um *show* que os artistas Thaíde e DJ Hum, apontados na matéria como “precursores do rap”, fariam juntos. Segundo o texto, ambos teriam se conhecido “em 1986”, quando “São Paulo fervia com o surgimento da cultura hip-hop, cujo berço foi a estação São Bento do metrô”. Na lembrança de Thaíde, o local não poderia ser relacionado apenas à história do *rap*: “Ali é hip-hop. (...) Você podia até ver batalha de MC, mas o que você mais via ali era b-boy, grafiteiro, DJ”.

Em 2018 é o guia *Divirta-se*, publicação suplementar a *O Estado de S. Paulo*, que anuncia como matéria de capa um guia sobre modalidades e pistas de *skate* pela cidade. Elaborado pelo jornalista André Carmona (2018, pp. 8-13), o texto assume a Praça Roosevelt como um “spot”, isto é, um ponto onde se pratica o skate na cidade, ao lado de pistas privadas e públicas. Afinal, “[n]o coração da cidade”, seus “bancos, corrimãos e declives” atrairiam “praticantes de skate vindos de vários bairros” além de funcionar “como ponto de encontro da tribo” (CARMONA, 2018, p. 13).

Nos últimos anos, as reportagens publicadas dão a ver um panorama diferente daquele visto nas décadas anteriores. Agora o grupo cujas práticas são associadas a lugares públicos centrais é apenas o dos skatistas, havendo não mais que associações retrospectivas às práticas dos *rappers* e outros do universo *hip-hop* às imediações da Estação São Bento. Seguindo a tendência verificada nas matérias da década anterior, já

não há quaisquer referências à faixa etária desses protagonistas, e tampouco a outras características de seu perfil social.

O que se destaca, de fato, é o debate, que teria se estabelecido entre os skatistas e os moradores do entorno e outros frequentadores da Praça Roosevelt, retratado de forma espetacularizada especialmente na época da reinauguração do espaço (MIRANDA, 2012, pp. 20-21) e no ano seguinte, quando a questão foi tematizada em um editorial (ESTADO, 2013, p. 3). Segundo esses jornalistas, a reurbanização desse logradouro, concluída no início da década, atraiu novamente os praticantes de *skate*, que ali teriam passado a praticar o esporte e se encontrar com frequência. Apesar das reclamações dos moradores e da intervenção da polícia com o objetivo de reger os momentos em que essas práticas poderiam se dar, as matérias publicadas em anos mais recentes permitem concluir que o local se manteve como importante “ponto de encontro” e de prática dos skatistas.

Quatro décadas de pontos de encontro nas ruas do centro

Nos quase quarenta anos contemplados pelos textos jornalísticos aqui elencados, revelam-se representações diversas sobre *punks*, *rappers*, dançarinos de *break*, skatistas, pixadores e suas respectivas práticas em lugares públicos do centro paulistano. Apesar de a cobertura jornalística dar a ver certas inflexões que mais ou menos coincidem com a virada das décadas, uma representação importante sobre todos esses grupos que perpassa todas elas é a de que uma de suas práticas nesses lugares públicos consiste no estabelecimento de pontos de encontro.

De acordo com os jornalistas, tais pontos de encontro não seriam estanques. A narrativa contida nas matérias da imprensa escrita revela transferências desses pontos de um local a outro, dentre aqueles arrolados no início deste capítulo. Lugares como a estação São Bento do metrô e o Largo São Bento, a Praça Roosevelt, as ruas 24 de Maio e Dom José de Barros e imediações da Galeria do Rock revelam-se como aglutinadores de diferentes protagonistas de práticas juvenis, ao longo dessas décadas.

Afora as mudanças de foco dos jornalistas, ora retratando a pluralidade desses grupos no centro, ora tematizando apenas um deles, dos anos 1980 e 1990 para as décadas seguintes essas matérias praticamente deixam de representar características do perfil social desses tipos humanos, além de seu engajamento nas referidas práticas. Até ali havia uma tendência a caracterizá-los sobretudo como homens jovens, provenientes das

periferias e inseridos em ocupações socialmente pouco qualificadas, destacando-se a de *office-boy* – o que converge com as representações dos estudiosos elencados no capítulo anterior acerca dos protagonistas das práticas juvenis no centro paulistano.

Segundo as representações dos jornalistas, os encontros e práticas em questão se dariam com alguma regularidade, sobretudo durante momentos de não-trabalho de seus protagonistas, especialmente nos últimos dias úteis da semana e aos sábados. Nessas reuniões, os sujeitos em questão se agrupariam e adotariam comportamentos que remetem à prática juvenil à qual eles são associados, ou mesmo estabeleceriam situações de interação verbal uns com os outros.

As práticas retratadas, associadas a esses lugares e momentos determinados e a uma determinada regularidade no tempo, em alguns casos são caracterizadas pelos jornalistas por meio de referências a aspectos da própria prática juvenil que caracteriza o grupo em questão – como o ato de “andar de *skate*”, dos skatistas, ou o “*show*” de dança dos *b-boys*. Na maioria dos textos elencados, no entanto, as práticas em questão, associadas ao espaço da rua, são apresentados de maneira vaga como “encontros”, “reuniões” ou “ponto de encontro”.

Entre as representações acerca do idioma corporal desses protagonistas, as que sobressaem – e é coerente com o enfoque dado pela maioria das matérias – remetem a regras de interação não verbal implícitas em *performances* diretamente associadas às práticas juvenis em questão. Destacam-se aí aquelas que justamente têm em determinadas *performances* corporais sua caracterização, como o *break* e o *skate*. As apreciações a respeito do idioma corporal dos praticantes do *break*, os *b-boys*, remetem a “dança” ou a algum de seus “passos” (N/a, 1984, p. 1; BARROS, 1984, n./p.; TOGNOLLI, 1988, p. 1; CASTILHO, 1995, p. 12; VENTURA, 1995, p. 2; GASPERIN, 1996, p. 6), o que inclusive atrairia a atenção de alguma “plateia” (N/a, 1984, p. 1; CASTILHO, 1995, p. 12). No mesmo sentido, o idioma corporal dos skatistas é associado, em termos de padrão de interação não verbal, a manobras ou simplesmente ao “andar” de *skate* (MAGALHÃES, 1991, p. 26; CASTILHO, 1996, p. 12; BASTOS, 2002, p. 1; KÜCHLER, 2010, p. 16; MIRANDA, 2012, pp. 20-21).

Já no caso dos *punks*, as representações tecidas pelos jornalistas sobre seu idioma corporal revelam uma regra de interação não verbal específica, ainda que não detalhada, que é a briga (EMEDIATO, 1986, p. 2; MAGALHÃES, 1991, p. 11; PLASSE, 1991, p. 10; ROSSETTI, 1992, p. 4).

Enfim, nas representações a respeito dos pixadores sobressaem considerações sobre o intercâmbio de “papéis” onde inscreveriam suas marcas (PAIVA, 2000a, p. 4; CAPRIGLIONE; CHOQUE, 2008, p. 4) e sobre interações verbais nas quais tematizariam pixações já realizadas, ou o planejamento daquelas que almejavam realizar (PAIVA, 2000a, pp. 4-5; ESTADO, 2000, p. 3; FOLGATO, 2000, p. 4).

Já em representações a respeito de *punks*, *office-boys* e skatistas há a referência ao estabelecimento de interações verbais como conversas (AMARANTE, 1986, p. 12; N/a, 1989, p. 3; BASTOS, 2002, p. 1); entre *punks* e também entre dançarinos de *break* haveria a prática, não detalhada, do intercâmbio de informações (FUCUTA, 1989, p. 1; VENTURA, 1995, p. 2).

Por fim, tanto os pixadores (PAIVA, 2000c, p. 7) quanto os skatistas (MACHADO, 2013, p. 3) estariam implicados em relações de disputa com outros atores sociais quanto aos usos dos lugares públicos e nessas ocasiões, em alguma medida, seriam alvo da vigilância e ação policial. No entanto, a representação dos jornalistas acerca dos protagonistas de algumas dessas práticas como alvos de vigilância e da ação policial é mais antiga, nesses jornais, havendo representações nesse sentido tanto no caso dos *punks* (AMARANTE, 1986, p. 12) como no dos skatistas (BROITMAN, 1994, p. 6).

PARTE II

O ponto de encontro de pixadores no centro de São Paulo (2017-2019)

Esta segunda parte está baseada na exposição e análise do material empírico obtido através de três técnicas de pesquisa que se combinam com o objetivo de constituir aqui um estudo etnográfico: além de análise documental do material jornalístico, subsidiado por interlocução com fontes secundárias, observação participante no *point* dos pixadores localizado na Rua Dom José de Barros, no bairro República do centro de São Paulo entre outubro de 2017 e fevereiro de 2019¹⁴, e entrevistas semiestruturadas com cinco pixadores que frequentavam esse mesmo *point* no período. Antes de adentrar os três capítulos correspondentes ao uso combinado de cada uma dessas técnicas de pesquisa empírica qualitativa, é importante tecer alguns esclarecimentos metodológicos.

Minha atuação em campo, por meio de conversas informais e participação em algumas atividades envolvidas na sociabilidade dos pixadores ali e nas imediações, se deu às quintas-feiras úteis (não de feriados), em geral a partir das 19 horas da noite até por volta das 22 horas, momento em que se davam encontros de pixadores no *point*. Posto que não tinha qualquer envolvimento pessoal com a prática da pixação durante o período da pesquisa e atualmente, e tampouco mantinha, no início da investigação, relações pessoais com os envolvidos na prática em São Paulo, entendo que o que em alguma medida facilitou minha aproximação e interação com esses sujeitos em campo foi um interesse prévio pela estética, os assuntos e práticas dos pixadores. Tal interesse cultivei quando adolescente, através da amizade que tinha com alguns pixadores da cidade de Campinas, no interior de São Paulo, na época em que cursei o Ensino Fundamental na Escola Estadual Dom João Nery.

Considerando que na construção de dados coletados a partir da observação participante, influi de maneira decisiva a forma como o pesquisador se apresenta a seus interlocutores em campo (FREHSE, 2013, *passim*), sobretudo o que veremos a seguir está atravessado de considerações sobre os atributos de meu próprio idioma corporal durante o trabalho de campo, a forma como os manejei quando possível ou necessário, e também que aspectos se destacaram nas interações verbais entre esses interlocutores e a minha pessoa.

¹⁴ Mais especificamente em 19/10, 26/10, 02/11, 09/11, 16/11, 23/11, 30/11, 07/12, 14/12/2017. No ano seguinte fui a campo em 11/01, 18/01, 25/01, 01/02 e 15/02/2018, a que se seguiu um hiato dedicado à escrita do texto da qualificação. Ainda em relação ao *point* da Dom José de Barros, retornei a campo em 21/06, 28/06, 05/07, 02/08, 09/08, 16/08, 23/08, 30/08, 06/09, 13/09, 20/09, 27/09, 04/10, 11/10, 18/10, 25/10, 01/11, 08/11, 22/11, 29/11, 06/12, 13/12, 20/12/2018. Por fim, fui a campo em 10/01, 17/01, 24/01, 31/01, 07/02/2019. Para fins da realização de duas entrevistas, acabei indo a campo também no Largo da Batata, situado no ocidental bairro de Pinheiros, em 03/10, 10/10, 17/10/2018 e 16/01, 23/01/2019, 30/01/2019, dado que ali e então também se encontrava um *point*.

Sempre que possível, nos casos em que há esse registro em minhas anotações no caderno de campo, os sujeitos com quem interagi em campo serão aqui identificados pela alcunha que inscrevem em suas pixações; do contrário, eles serão designados de forma genérica, como “pixador”. De fato, optei por preservar o anonimato dos protagonistas da prática juvenil aqui em foco perante o leitor desta dissertação. Algumas dessas alcunhas, aquelas inscritas nas pixações não por um pixador apenas, mas por um grupo deles, serão aqui acompanhadas, entre parênteses, da sigla que designa o pixador específico com quem interagi. As alcunhas, inscritas por seus próprios autores nas pixações, podem ser conferidas nas “folhinhas” reproduzidas nos dois Anexos que arrematam esta dissertação.

Foi durante o trabalho de campo baseado em observação participante que conheci cada um dos cinco pixadores que, posteriormente, me concederam entrevistas. Sei bem que o número dos entrevistados para os fins deste estudo é relativamente pequeno, resultando em uma amostragem restrita. E isso por conta de limites internos à própria pesquisa¹⁵. Isso acabou deixando um tempo exíguo para a execução das próprias entrevistas. De todo modo, a seleção dos entrevistados obedeceu a uma tipificação prévia que desenvolvi com base na observação da assiduidade física desses frequentadores aos encontros no *point* da Dom José de Barros nos meses que precederam a realização das entrevistas. Três dos pixadores que pude entrevistar haviam sido pré-classificados, a partir de dados do meu diário de campo, como “assíduos”; isto é, como frequentadores que, ao menos em setembro, outubro e novembro de 2018, compareceram ao *point* praticamente toda quinta-feira à noite, no mínimo três vezes ao mês (Diário de Campo, 13/09/2018, p. 1; 20/09/2018, p. 2; 27/09/2018, p. 1; 18/10/2018, pp. 1-2; 25/10/2018, p. 1; 08/11/2018, pp. 1-3; 22/11/2018, pp. 1-2; 29/11/2018, p. 2), enquanto outros dois foram considerados frequentadores “esporádicos”, que apareceram ocasionalmente, até duas vezes por mês (Diário de Campo, 13/09/2018, p. 1; 25/10/2018, p. 2).

Entre os que classifiquei como assíduos, Vidas (Ca) preferiu ser entrevistado em sua casa, na região da Luz, em 17 de janeiro de 2019 às 17 horas e Mol’s em uma lanchonete, no Vale do Anhangabaú em 16 de janeiro de 2019 às 15 horas. Trips, a quem tipifiquei como frequentador esporádico, quis ser entrevistado em um restaurante, localizado na República, em 7 de fevereiro de 2019 às 13 horas. Ainda que minha intenção

¹⁵ Por parte de alguns interlocutores constantes do trabalho de campo, houve recusa ou reticência em conceder entrevistas; já na relação com outros, tive dificuldade de pactuar e programar a realização das mesmas.

fosse entrevistar todos os cinco pixadores em lugares alheios ao *point*, em virtude dos entraves e distrações de várias ordens que ali se colocavam, dois deles, pela impossibilidade de pactuar outro momento e local para a entrevista, tiveram que ser ouvidos nas proximidades de um outro *point*, no caso, justamente aquele conhecido por esses sujeitos como *point* de Pinheiros, no Largo da Batata, centro popular do ocidental bairro paulistano de Pinheiros. De fato, tanto Escadão (Ngs) quanto Vamp foram entrevistados na noite de 30 de janeiro de 2019.

Por suposto, as condições espaciais e temporais peculiares envolvidas nas entrevistas sugerem que cada uma dessas situações de interação foi bem diferente das conversas informais e “participativas” no âmbito do *point* da Dom José de Barros. Afinal, a relação social implícita em cada situação de entrevista foi aquela entre entrevistado e entrevistador, as interações verbais e não verbais pautadas por um roteiro de perguntas pré-estabelecido por mim, pesquisador, e registradas por meio de um gravador.

É com base nesse material empírico que no terceiro capítulo construo uma história do *Point* do Centro dos pixadores, buscando precisar no tempo e no espaço os diferentes pontos de encontro que tomaram forma na região central nas três últimas décadas da pixação paulistana. Ademais, com base nos diários de campo, descrevo imediações da Rua Dom José de Barros, lugar em que os encontros se davam no período de meu trabalho de campo, e os equipamentos urbanos ali existentes então.

No quarto capítulo o foco é a descrição do comportamento corporal dos frequentadores do local e a análise dos padrões de interação social ali encontrados, o que permite delinear alguns usos da rua vigentes no *point* no momento dos encontros.

Tomando como material principal de análise as entrevistas semiestruturadas com os cinco frequentadores do *point*, o quinto e último capítulo desta dissertação destina-se à análise de características do perfil social desses pixadores e de representações que medeiam seus imaginários. Estas dizem respeito a três “lugares” mais abrangentes – a localização central do *point* no mapa da cidade, a dimensão pública do espaço onde o *point* se situa e a noção de rua – e a dois mais específicos – a Rua Dom José de Barros e o próprio *point* –, além de representações a respeito de uma outra manifestação social que ali se dava com frequência quando estive em campo.

CAPÍTULO 3

Uma história do *Point* do Centro

Para constituir uma história dos *points* dos pixadores no centro de São Paulo, isto é, precisar no tempo e no espaço seus diferentes pontos de encontro ao longo da história da pichação na cidade, é imprescindível remeter ao histórico *point* da Ladeira da Memória, destacado por Pereira como “o antigo *Point do Centro*” (2005, p. 49) e localizado a 600 metros do *point* por mim investigado. No entanto, antes de esses encontros acontecerem em locais centrais, em meados da década de 1990, eles já aconteciam em outras regiões da cidade. É o que permitem inferir algumas representações veiculadas por jornalistas e verbalizadas por pixadores em conversas informais no *point*, ou em entrevistas.

Antecedentes históricos: os points do Borba Gato e da Lapa

Em 1989, o jornalista Cláudio Tognolli (1989, p. 1) assinou uma matéria publicada no caderno “Cidades”, da *Folha de S. Paulo*, na qual anuncia “novos pichadores da cidade”, que estariam adotando “letras que lembram motivos góticos e gregos”, cuja idade não ultrapassaria “os 20 anos de idade”, segundo afirma um pixador entrevistado. Seu “local de encontro”, conta outro pixador, seria então “a lanchonete McDonald’s da Av. Santo Amaro, zona sul, próximo à estátua do bandeirante Borba Gato¹⁶”. Segundo a reportagem, ali costumavam “se reunir para ‘espalhar’ pichações pela cidade cerca de 100 pichadores de São Paulo”, fazendo do local “seu ponto de partida”. A matéria ainda inclui um glossário com termos que teriam surgido “nas reuniões feitas todas as sextas-feiras e sábados”, no local mencionado.

No início dos anos 1990 algumas matérias jornalísticas já faziam menção a outro ponto de encontro dos pixadores, localizado em uma região alternativa de São Paulo. A primeira delas, uma reportagem assinada por Josué Canda (1990, p. 3), também para o caderno “Cidades” da *Folha de S. Paulo*, afirma que eles teriam “entre 15 e 20 anos de idade”. Um pixador entrevistado, então com 16 anos, que “trabalha[va] como office-boy”, revela a localização do ponto de encontro ao contar um pouco de sua rotina: “Acordo às

¹⁶ O monumento situa-se no distrito de Santo Amaro, em meio à avenida homônima, na Zona Sul de São Paulo, a cerca de 14 km a pé de distância da região central, segundo dados do Google Maps (Disponível em < <https://www.google.com.br/maps/>>; acesso em 12 nov. 2019).

7h e vou tramar na Paulista. Saio às 18h. Às 20h30 vou encontrar os caras no point da Lapa¹⁷ e saímos para pichar”.

No final do ano seguinte outras matérias ainda atestavam o funcionamento do ponto de encontro localizado na Lapa. Na *Folha de S. Paulo* foi publicada uma entrevista, realizada pelo jornalista George Alonso (1991, p. 3), com um dos jovens que havia participado da polêmica pichação do monumento do Cristo Redentor, no Rio de Janeiro. Na ocasião, o pichador teria feito um convite ao repórter: “Vai amanhã (hoje) no McDonald’s da Lapa. Lá é o point”. Segundo a matéria, seria quando as “gangues” iriam “festejar com Binho e Neto”, os pichadores identificados como autores da façanha.

Ainda em 1991, em reportagem sem autoria aparente (N/a, 1991, p. 5), *O Estado de S. Paulo* relatava a ação de pichadores nos muros do Memorial da América Latina, centro cultural do ocidental bairro da Barra Funda, a 3 km a pé do do trecho da Rua Dom José de Barros onde se encontraria, anos mais tarde, o *point* que estudei. Mesmo que a inscrição tenha sido apagada no dia seguinte, a reportagem relata que “ontem à tarde”, um sábado, “os integrantes da gangue pretendiam comemorar o fato de ser os primeiros a pichar o Memorial [da América Latina] no [sic] Mc’Donalds, da Lapa”. Uma semana mais tarde, o jornalista Israel do Vale (1991, p. 4), em reportagem para *Folhateen*, suplemento da *Folha de S. Paulo*, fazia menção, ao que tudo indica, à mesma ação, ocorrida no “sábado retrasado”. A matéria, intitulada “Municipal escapa por pouco de pichadores”, em referência ao Teatro Municipal – localizado a 350 metros a pé do *point* da Dom José de Barros – trazia até um infográfico sobre a suposta estratégia usada pela “coalisão” de “quatro gangues” para pichar o teatro. Segundo consta, os pichadores teriam se encontrado “às 23h30 de sexta num dos QGs dos pichadores paulistanos, o McDonald’s da Lapa” depois do qual teriam seguido “para um primeiro ‘aperitivo’, o Memorial da América Latina” antes se dirigirem ao teatro, onde a ação foi frustrada.

Essas matérias jornalísticas sugerem a existência de pelo menos dois pontos de encontro que precederam o estabelecimento de um *point* na região central da cidade. Em 1989 um deles teria se localizado na Zona Sul, aparentemente associado ao espaço da lanchonete McDonald’s da Avenida Santo Amaro, nas proximidades de um monumento erigido em memória do bandeirante Borba Gato em 1963.

¹⁷ Trata-se de um bairro situado na Zona Oeste, a cerca de 9 km de distância do centro.

De fato, durante conversa informal comigo no *point* da Dom José de Barros, o pixador Torre (Diário de Campo, 22/11/2018, pp. 2-3) também fez menção a um antigo *point* em Santo Amaro usando referências análogas. Contando que estaria em atividade no meio da pixação desde meados dos anos 1980, mencionou que, antes de o *point* acontecer no centro, ele “era na Zona Sul”, primeiro nas proximidades “do McDonald’s”, e “depois no Borba Gato”. Por sua vez, em entrevista a mim o pixador Vamp (Entrevista, 30/01/2019, p. 16) contou ter começado a frequentar o *point* quando ele acontecia no centro, na Ladeira da Memória, ainda na década de 1990, porém reconheceu que “tem muito mano muito mais antigo” que “já foram em *points*, né, lendários”, mencionando, dentre eles, o “do Borba Gato”.

Quanto ao outro ponto de encontro mencionado nos jornais em 1990 e 1991, localizado na Zona Oeste, bairro da Lapa, nas proximidades de outra unidade das lanchonetes McDonald’s – que, pelo que sugerem as fontes, constituíam pontos de referência no espaço urbano para os jovens pixadores da época –, parece ser ele o *point* a que Pereira (2005, p. 46) faz referência em sua dissertação. O antropólogo relata que durante sua pesquisa de campo, no início dos anos 2000, pôde “visitar diversos destes *points* nos bairros, dentre eles, o Point da Lapa” que naquele momento “aconteciam na calçada do Banco Bradesco”. Pereira assegura que esse ponto de encontro teria sido “um dos primeiros *points* da cidade”, cujas atividades teriam se encerrado em 2001.

A ida para o centro: o point da Ladeira da Memória

Ainda que o *point* da Ladeira da Memória seja mencionado por estudiosos como o primeiro ponto de encontro de pixadores do centro da cidade (PEREIRA, 2005, pp. 48-50; 2007, pp. 30-31; 2012, p. 62; 2013, p. 87; FRANCO, 2009, p. 49), até agora não obtive evidências precisas sobre a data e a motivação do estabelecimento do *point* nessa localização. As notícias que fazem referência à existência de um “*point* do Anhangabaú”, como também foi chamado o ponto de encontro por pixadores em conversas informais comigo (Diário de Campo, 01/02/2018, p. 1; 06/09/18, p. 2), datam do ano 2000, época em que a Prefeitura de São Paulo investiu na expulsão dos pixadores da Ladeira da Memória, por meio do uso de contingente policial, e na requalificação dos monumentos do largo. A reportagem da jornalista Marisa Folgado (2000, p. 4) para o caderno “Cidades” de *O Estado de S. Paulo*, contudo, sugere que um ponto de encontro de pixadores já

funcionaria ali pelo menos desde 1994, quando inclui, em sua matéria, a fala de um *office-boy* pixador, que afirma ter, no momento da entrevista à reportagem, 18 anos e frequentar “o ponto” desde os 12. A relativa pouca idade do entrevistado e a ocupação de *office-boy*, como no caso do pixador entrevistado na reportagem, são características que, como se verá, são recorrentes em outros dados sobre o *Point* da Ladeira da Memória¹⁸.

Em conversa informal comigo no *point* (Diário de Campo, 13/12/18, p. 2), um pixador anônimo, que disse já ter exercido, dentre outras funções, a de *office-boy*, contou ter começado a frequentá-lo aos 14 anos, também em 1994. A fala de Torre, na conversa informal anteriormente mencionada, e ocorrida justamente na Ladeira da Memória (Diário de Campo, 22/11/2018, p. 3), reafirma, mais uma vez, o ano. Perguntado se o *point* já acontecia ali desde os anos 1980, quando ele havia começado a pixar, respondeu-me negativamente, argumentando que o *point* “veio pra cá em 1994”, após a época em que teria se localizado, entre outros lugares, na Zona Sul.

Em uma reportagem assinada por Iuri Salles (2017, s/ n. p.), para a revista *Vaidapé*¹⁹, o pixador Cripta Djan apresenta “pixações históricas” do centro de São Paulo, comentando rapidamente que o “famoso *point* do Anhangabaú” teria começado “nos anos 90, com os *office-boys* que paravam pra almoçar”. Em conversa informal comigo numa quinta-feira em que o *point* da Dom José de Barros aconteceu excepcionalmente na Ladeira da Memória (Diário de Campo, 22/11/18, p. 2), o relato do pixador Farsa, que teria começado a frequentá-lo no fim da década de 1990, ainda aos 12 anos de idade, vai na mesma direção. Ele afirma que, naquela época, a maioria dos pixadores eram *office-boys* que se encontravam no “*point* do Anhangabaú” às sextas-feiras durante o horário de almoço e à tarde, sem permanecerem até a noite – que é quando os pixadores se encontravam no *point* da Dom José de Barros, por mim estudado.

Diferentemente dos anteriores, o *point* da Ladeira da Memória é citado com alguma frequência em estudos sobre a pixação paulistana (PEREIRA, 2005, pp. 48-50; 2007, pp. 30-31; 2012, p. 62; 2013, p. 87; FRANCO, 2009, p. 49), ainda que eu não tenha

¹⁸ O que chamo de relativa pouca idade dos pixadores da Ladeira da Memória fica patente em um vídeo anônimo disponível na plataforma *YouTube* (N/a, s/d), do qual tomei conhecimento por casualidade em julho de 2019, durante o processo de escrita desta dissertação. Desprovido de qualquer referência a sua fonte original, se vê nele, em uma tarde ensolarada, dezenas de garotos aparentando em torno de 15 anos de idade que, posicionados nas escadarias da Ladeira da Memória, mostram com empolgação para a câmera folhas de papel com suas inscrições de pixações.

¹⁹ Ainda que a reportagem e seu veículo de publicação não integrem o *corpus* de fontes primárias aqui analisadas, eu os incluo aqui por veicularem representações reveladoras para a constituição de uma história do *point*.

encontrado qualquer etnografia dos encontros dos pixadores ali. Mesmo assim, ele continua vivo também na memória de alguns pixadores com quem pude conversar no *point* da Dom José de Barros (Diário de Campo, 25/10/2018, p. 3; 29/11/2018, p. 1; 13/12/2018, p. 2). Em suas lembranças, dois pixadores evocaram a rivalidade principal que cindia a pixação paulistana à época, ora associando o *point* da Ladeira da Memória ao local privilegiado de encontro de pixadores associados a um dos lados da contenda (Diário de Campo, 18/10/2018, p. 3), ora referindo-se à relutância de alguns grupos em passar a se encontrar em outra localidade, nos anos seguintes à transferência física desse *point* para outro local (Diário de Campo, 22/11/2018, p. 2). Refiro-me ao conflito que estruturou as dinâmicas da pixação paulistana de fins dos anos 1990 ao início dos 2000, entre duas reconhecidas “grifes” até hoje existentes: “Os Registrados”, conhecida como “Os Rgs”, e “Os Mais Imundos”, conhecida como “Os+IM”²⁰.

Pelo que indicam matérias jornalísticas da época, e que expus no capítulo anterior, o motivo da mudança de localização do *point* da Ladeira da Memória no início do ano 2000 teria sido a repressão policial (PAIVA, 2000b, p. 6; 2000c, p. 7; FOLGATO, 2000, p. 4). Tal argumento é reforçado na fala de Farsa (Diário de Campo, 22/11/18, p. 2), para quem “os cara [pixadores] parava aqui na hora do almoço, ficava aqui à tarde; depois começou a colar cavalaria... aí começou na Vergueiro”. O relato de Yella foi na mesma direção quando contou, em conversa informal comigo no bar em que trabalhava, no bairro Vila São Francisco, Zona Leste da cidade (Diário de Campo, 01/02/2018, p. 2), que na época em que frequentava o “point do Anhangabaú os homem embaçava, vinha até cavalaria”, atribuindo à repressão sua transferência para a Rua Vergueiro, bairro Paraíso, a cerca de três km a pé do *point* da Dom José de Barros.

O point da Vergueiro

Nos acervos digitais consultados, do *Estadão* e da *Folha*, não encontrei matérias que fizessem menção a encontros nas proximidades da Rua Vergueiro. Na fala informal de Farsa (Diário de Campo, 22/11/18, p. 2), a escolha do local, assim como a mudança do horário dos encontros no *point* para a noite, aparece relacionada de maneira vaga ao

²⁰ Para um panorama acerca das origens e alguns desdobramentos do conflito, cf. Pereira (2005, pp. 79-87). Digno de nota para que se tenha uma ideia das proporções atingidas pelo conflito, é o fato de a contenda iniciada na capital ter dinamizado rivalidades entre grupos de pixadores do interior paulista, em Campinas, como testemunhei em meados dos anos 2000, quando estudava na Escola Estadual Dom João Nery.

fato de que “lá tinha os bar, o Centro Cultural e tal...”. A etnografia desses encontros realizada por Pereira (2005, 2007) esclarece os locais exatos onde aconteciam tais encontros, e oferece uma narrativa sobre as idas e vindas por conta da repressão policial e a presença de outro grupo de jovens.

No início dessa fase o *point* não teria se situado exatamente nas proximidades do espaço cultural, mas na Praça Rodrigues de Abreu. A mudança do ponto de encontro para a calçada do Centro Cultural São Paulo, popularmente conhecido como Centro Cultural Vergueiro, à Rua Vergueiro nº 1000, teria se dado por conta da repressão policial, “devido”, segundo Pereira, “entre outras coisas, ao consumo de maconha no local” (PEREIRA, 2007, p. 232). Ali os pixadores se encontrariam com outros jovens “que ocupavam aquele espaço e se caracterizavam por gostar de ouvir e tocar rock, MPB e forró”. A prática do “forró universitário” no local, assim como a presença de “várias paty”, também é mencionada por Escadão (Ngs) (Entrevista, 30/01/2019, p. 14) quando relembra a época em que frequentava o chamado *point* da Vergueiro. Os encontros no *point*, a essa época, aconteciam às terças-feiras, isso porque era o dia em que o Centro Cultural promovia um evento musical que acabava por atrair esses outros jovens, que se reuniam na calçada e nos bares do outro lado da rua. Essa concentração teria continuado a acontecer mesmo quando o evento deixou de ser realizado: os pixadores se juntariam ao perceber que o local e a presença do outro grupo, nos termos de Pereira (2007, pp. 231-233), “de certa forma, os protegiam da repressão policial”. Na visão do autor, a convivência entre ambos os grupos era pacífica: ainda que não interagissem tanto, esses jovens compartilhavam hábitos como “o uso da maconha” e “a apropriação do espaço da rua como um espaço de encontro e transgressão”.

Contudo, “em grande parte por causa de algumas brigas” (PEREIRA, 2007, p. 233) entre os pixadores, a repressão policial teria chegado também à calçada do Centro Cultural, atingindo a todos que ali se reuniam nas noites de terça-feira e fazendo com que a Praça Rodrigues de Abreu voltasse a ser utilizada para os encontros, tanto entre pixadores quanto entre os jovens do outro grupo. Por fim, outra briga, dessa vez com disparos de tiros, teria, novamente, atraído a ação da polícia. O resultado teria sido um aumento do policiamento na praça, levando os pixadores outra vez a se reunirem na calçada do Centro Cultural e os jovens do outro grupo, a cessarem seus encontros.

Pixadores que contaram ter frequentado o *point* da Rua Vergueiro, em conversas informais comigo (Diário de Campo, 06/09/2018, p. 3; 27/09/2018, p. 2; 01/11/2018, p.

2) no *point* atual, da Dom José de Barros, também fizeram menção à repressão policial naquela época. Nas palavras de Escadão (Ngs) (Entrevista, 30/01/2019, p. 14), a posterior transferência do *point* para um novo local teria se dado “por causa que a Vergueiro, na época, tava moiada; a polícia jogava bomba demais (...) É, demais! Era tiro de borracha... Nossa! Era o terror, nêgo!”. Trips, outro pixador, também apontou a mesma motivação para a saída dos pixadores do local, o que teria acontecido por volta de 2005. Em suas palavras (Entrevista, 07/02/2019, p. 6), desde 2003, quando começou a frequentar os encontros na Rua Vergueiro,

[a] polícia tava reprimindo o point. Eles vinham, (...) fechava os dois lados [da rua], enquadrava todo mundo... mandava todo mundo embora e num deixava, mesmo, o pessoal se juntar lá. Até que começou chegar um ponto que começou ficar cada vez mais inviável. (...) Aí o pessoal começou pensar numa saída pra desistir de lá, mesmo, que não dava mais pra ir lá. A gente ia de terça, chegava, passava 15 minutos fechavam tudo.

A volta ao núcleo central: o point da Galeria Olido ou da Dom José de Barros

O que teria atraído os pixadores a estabelecerem seu ponto de encontro outra vez no núcleo central da cidade, dessa vez nas imediações da Galeria Olido, é mais ou menos unânime, para os pixadores que com quem conversei e/ou entrevistei em campo. Escadão (Ngs) (Entrevista, 30/01/2019, p. 14) associou a escolha do lugar, ainda que vagamente, à ocorrência de “um evento, na época, aí os cara fechou lá”. Farsa (Diário de Campo, 22/11/18, p. 2), por sua vez, um pouco antes foi um mais específico: “tinha batalha de rap ali, à noite”, em referência ao tipo de competição baseada no duelo de versos improvisados de *rap*. Já o relato de Trips (Entrevista, 07/02/2019, pp. 6-7) é o mais detalhado a respeito, pois esse pixador diz ter podido acompanhar todo o processo da mudança:

num sei muito da onde que surgiu essa ideia, mas foi uma coisa que meio que viralizou na época, assim – mesmo sem ter internet. Começaram falar de boca em boca: o point não é mais na Vergueiro de terça; o point agora é na Galeria Olido de quinta. Nessa época eu frequentava a Vergueiro de terça, e de quinta eu vinha pra Galeria Olido, porque rolava um evento de rap dentro da Galeria Olido, que chamava Central Acústica (...). Isso rolava toda quinta. (...) tinha mais algumas pessoas que eu também encontrava nos dois lugares.

Frequentador do evento de *rap* nas proximidades do local em que o *point* se estabeleceu, Trips (Entrevista, 07/02/2019, p. 12) explicou que foi ao longo de “um mês que a ideia foi se espalhando”. A mudança teria acontecido de forma gradual:

na primeira quinta veio um pouco de gente mas tava vazio. Na segunda quinta tinha mais. No final do mês já tava lotado; no mês seguinte já tinha totalmente se transferido, mesmo. Todo mundo já entendeu que era lá e começou ir pra lá, e aí mudou o foco.

A mudança, mesmo que tenha se dado após o término da pesquisa de Pereira, no início de 2005, também foi constatada por esse pesquisador. A afirmação do antropólogo vai na mesma direção dos depoimentos dos pixadores, atribuindo ao “grande aumento da repressão policial” a motivação para deixarem de se reunir na Rua Vergueiro e passarem ao local “próximo a um outro espaço cultural oficial” onde aconteciam “apresentações de hip-hop” (PEREIRA, 2007, p. 244). Mas se o papel do Estado nas mudanças de localização do *point* parece decisivo, ao operar-se pela mediação de tal instituição a expulsão dessas pessoas, ele também se faz sentir, indiretamente, na atração dessas mesmas pessoas pela promoção de centralidades através de instituições e eventos culturais. Isso se deixa intuir já por meio do estabelecimento do *point* nas proximidades do Centro Cultural da Vergueiro no início daquela década, e agora novamente, tendo-se em conta seu estabelecimento nos arredores da sede de uma segunda instituição cultural. O evento de *rap* chamado “Central Acústica”, que acontecia semanalmente na Galeria Olido, não se manteve: “passou seis meses a prefeitura cortou o rap do espaço”, conta Trips, mas “o *point* continua até hoje” (Entrevista, 07/02/2019, p. 7).

Nessa nova localização, na qual tem se mantido até o momento da realização da pesquisa que originou esta dissertação, o *point* chegou a ser mencionado em duas matérias jornalísticas, nos anos seguintes à sua “chegada” ali. Matéria de 2008 indica a presença de pixadores nas “imediações da galeria Olido, no centro” onde eles poderiam ser vistos “trocando ‘autógrafos’ escritos no estilo próprio em papel A4, que são arquivados em pastas” (CAPRIGLIONE; CHOQUE, 2008, p. 4). A outra indica, em 2010, o mesmo ponto de referência, especificando que “nas noites de quinta-feira (...) os pixadores se reúnem para o rolê semanal da região” (CASTRO, 2010, p. 4).

Outra espacialidade: o point de Pinheiros

Bem mais recente é o *point* que se estabelece em outra localidade de São Paulo. Refiro-me ao *point* de Pinheiros, que, durante o período de minha pesquisa, acontecia nas noites de quarta-feira no Largo da Batata, a quase 8 km de distância do *point* da Dom José de Barros. Vamp (Entrevista, 30/01/2019, p. 15) data sua “inauguração” do ano de 2017, da qual teria tomado conhecimento por acaso, pois a divulgação do evento teria sido feita, segundo ele, por redes sociais virtuais das quais não participava. Segundo um jovem frequentador desse *point*, com quem conversei informalmente em 3 de outubro de 2018, no entanto, aqueles encontros dos pixadores teriam começado a acontecer ali “por causa” de uma batalha de *rap*, denominada “Largo da Batalha”. Na noite mencionada a batalha já se encontrava na 80ª edição, acontecendo semanalmente (Diário de Campo, 03/10/2018, p. 1). De fato, o primeiro vídeo publicado no canal dos organizadores do evento na plataforma *YouTube* (LARGO, 2017), convidando MCs para participarem dos duelos, data de 20 de fevereiro de 2017, o que parece convergir com as afirmações de Vamp e do frequentador do *Point* de Pinheiros com quem conversei naquele 3 de outubro.

Totalmente ausente da literatura publicada sobre a pixação paulistana até o momento em que escrevo esta dissertação, pude tomar conhecimento da existência desse *point* ao longo de 2018, enquanto frequentava os encontros que acontecem centro. Tive como presenciar o *point* de Pinheiros em algumas noites de outubro de 2018 e em outras de janeiro de 2019²¹. Nessas ocasiões, observei algumas diferenças e semelhanças em relação à dinâmica que presenciei na mesma época na Rua Dom José de Barros.

Pelo que pude perceber nessas datas (Diário de Campo, 10/10/2018, p. 1; 17/10/2018, p. 1), o público da batalha de *rap* em torno da qual se aglutinavam facilmente cem pessoas, aparentava maior número e menor idade que parte dos frequentadores do *Point* de Pinheiros. Parte desses frequentadores reconheci como frequentadores também do *point* da Dom José de Barros, que se misturavam ali a um público que a meus olhos aparentava ser comparativamente mais jovem do que aquele que predominava na “batalha”. Em local bem iluminado, próximo à estação de metrô Faria Lima, pontos de ônibus e vários bares bastante frequentados àquela hora da noite, não testemunhei (Diário de Campo, 03/10/2018; 10/10/2018; 17/10/2018; 16/01/2019; 23/01/2019; 30/01/2019) nenhuma investida policial, frequentes no *Point* do Centro.

²¹ Mais especificamente em 03/10/2018, 10/10/2018, 17/10/2018, 16/01/2019, 23/01/2019 e 30/01/2019.

Repressão e nostalgia: breve retorno à Ladeira da Memória²²

O *point* de Pinheiros, cujas reuniões aconteciam nas noites de quarta-feira desde 2017, como mencionei, não significou uma mudança do *point* localizado no centro paulistano, com o qual esse coexistia à época de minha pesquisa. Durante trabalho de campo no *point* da Dom José de Barros, na primeira noite de novembro de 2018, uma quinta-feira comum, testemunhei algo inusitado: os poucos pixadores que compareceram ao local estranharam o fraco movimento que havia ali por volta das 20 horas, quando geralmente a rua já estaria tomada por pixadores trocando suas “folhinhas” e combinando seus “rolês”. Na semana anterior um boato sobre uma suposta mudança de localidade do *point* já havia chegado até mim, mas, além do “boca a boca”, as redes sociais na internet e grupos de mensagens de *WhatsApp* também haviam sido mobilizados para que a ideia se espalhasse com rapidez, conforme comentariam mais tarde alguns interlocutores.

Um dos principais fatores mencionados como motivação para isso remete ao padrão observado nas outras mudanças de localidade do *point* dos pixadores ao longo de sua história: a repressão policial. Nas palavras de Escadão (Ngs) (Entrevista, 30/01/2019, p. 15), a mudança se deu “porque tinha muita polícia por causa da feira do rolo, lá”, na Rua Dom José de Barros, referindo-se à feira periódica de comércio informal dos mais variados produtos. A associação da repressão policial à presença da chamada Feira do Rolo, mercado clandestino de mercadorias de segunda mão que atrairia suas investidas, também foi mencionada por outros frequentadores, afirmando que elas interrompiam ou prejudicavam os encontros no *point*, pois seus frequentadores também acabavam sendo “enquadrados” pelos policiais²³. Por outro lado, a carga histórica peculiar que reveste a Ladeira da Memória para os pixadores, sendo “lembrada com certa nostalgia como o antigo *point* do Centro” (PEREIRA, 2007, p. 231), teria sido outra motivação importante para a decisão de promover a volta do *point* ao local, ainda que não houvesse consenso aparente nas opiniões que apresentaram sobre essa decisão²⁴.

²² A reconstituição desse episódio foi feita com base nos diários de campo de novembro e dezembro de 2018, e as motivações que indico foram manifestadas por pixadores em entrevistas e conversas informais.

²³ A repressão policial, associada à presença da Feira do Rolo, é o motivo apontado tanto por Escadão (Ngs) e Trips (Entrevista, 30/01/2019, p. 15; 07/02/2019, p. 15), quanto por outros frequentadores nas conversas informais durante o *point* à época da mudança (Diário de Campo, 01/11/2018, p. 2; 08/11/2018, p. 3; 29/11/2018, p. 3).

²⁴ Mol's, diz ter achado “bom [...] é um pico que já era desde as antiga, tá ligado. Vários mano colou já, é um pico histórico” (Entrevista, 16/01/2019, p. 14). Vamp também aprovou: “achei bacana, achei da hora, porque foi meio que uma homenagem de novo voltar lá” (Entrevista, 30/01/2019, p. 15). Já Escadão (Ngs)

De todo modo, o *point* não se manteve na Ladeira da Memória mais que um mês. Após quatro quintas-feiras, na noite de 6 de dezembro de 2018, o local estava vazio enquanto a Rua Dom José de Barros voltava a ser tomada por pixadores. Na semana anterior os frequentadores do *point* haviam sido dispersados da Ladeira por conta de uma ação ostensiva da Polícia Militar que pude presenciar, e na qual, após revistar um grupo de jovens, os policiais subiram as escadarias em direção ao chamado Obelisco do Piques de armas em punho, fazendo com que os poucos frequentadores que ali estavam subissem em direção à entrada da estação de metrô. “Tava colando muita polícia ali no Vale [...]; aí num vira”, resumiu Vidas (Ca)²⁵ (Entrevista, 17/01/2019, p. 21) apontando, mais uma vez, a repressão policial como a motivação para a transferência dos encontros do *point* e o retorno à localidade anterior²⁶.

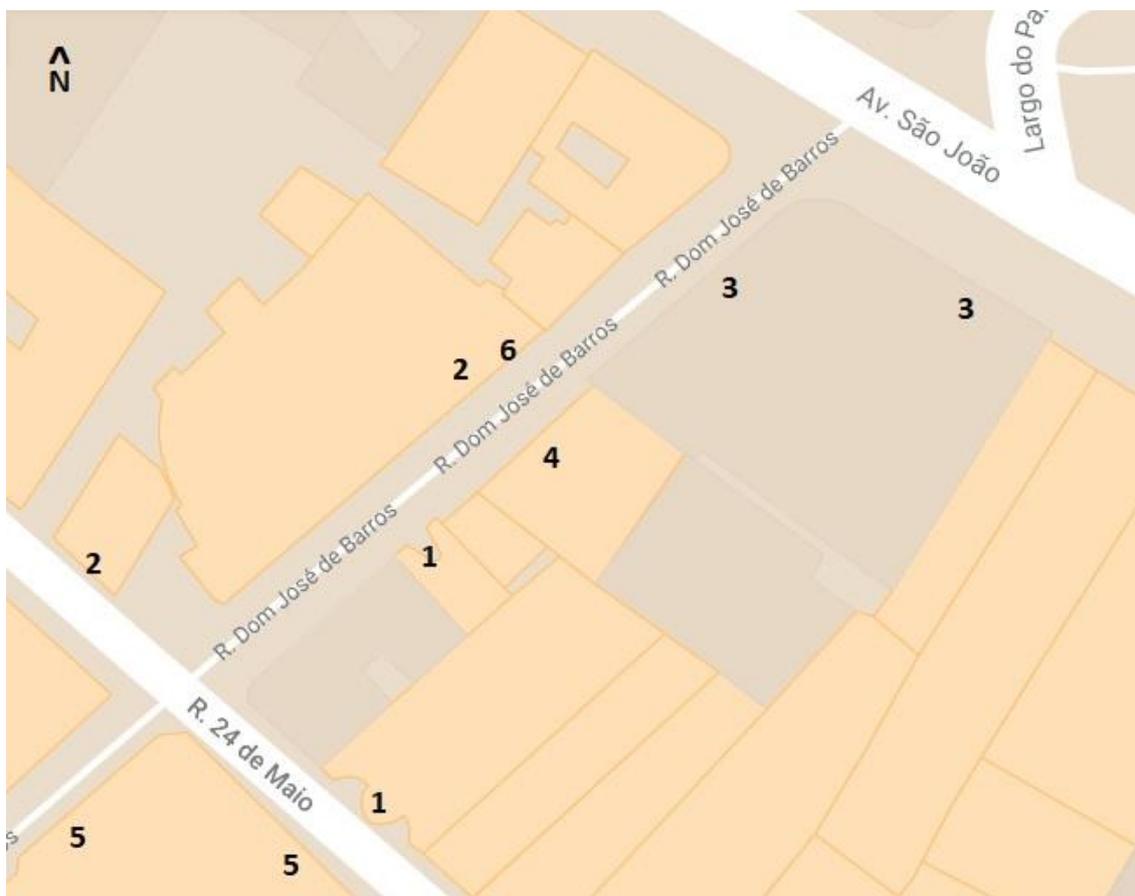
O point da Dom José de Barros

Com exceção desse brevíssimo período, portanto, desde meados de 2005 até o momento de escrita desta dissertação, o *point* dos pixadores que tem lugar na região central tem se mantido na Rua Dom José de Barros, proximidades da Galeria Olido. É o que permitem deduzir tanto a afirmação de Trips transcrita anteriormente, quanto a completa ausência de referências alternativas, nas conversas informais em campo e nos relatos dos entrevistados, a localizações outras de um ponto de encontro dos pixadores no centro paulistano, nesse ínterim de quase quinze anos. Antes de traçar um quadro das personagens e das diferentes concentrações de indivíduos que tiveram lugar ali nas noites de quintas-feiras do período em que estive em campo – especificamente entre 19 de outubro de 2017 e 7 de fevereiro de 2019, quando acontecem reuniões no *point* –, passo a uma breve descrição do trecho da rua em questão, com destaque para alguns equipamentos urbanos de seus arredores:

argumenta que achou a decisão “errada”, e reclama que a mudança seria “só pra fala que na época era véio, pa, no Anhangabaú? Não, mano!” (Entrevista, 30/01/2019, p. 16). Trips diz que achou a mudança “um pouco de... saudosismo, nostalgia. Eu [...] nem coleí, e eu já tive uma impressão de que não iria dar certo” (Entrevista, 07/02/2019, p. 15).

²⁵ Os pixadores que, a partir de uma relação de parceria com outros, inscrevem uma mesma alcunha serão aqui designados, entre parênteses, com a sigla que usam para “assinar” suas pixações.

²⁶ A motivação foi apontada tanto nas falas de Vidas (Ca), Mol’s, Vamp e Trips, em suas respectivas entrevistas (17/01/2019, p. 21; 16/01/2019, p. 14; 30/01/2019, p. 16; 07/02/2019, p. 15), quanto na de outros frequentadores do *point* durante conversas informais na noite em que os encontros voltaram a ocorrer na Rua Dom José de Barros (Diário de Campo, 06/12/2018, p. 2).



Mapa 2 – Trecho da Rua Dom José de Barros onde se situa o *point* dos pixadores²⁷

Fonte: Google Maps²⁸; Inserções: Danilo Mendes Piaia

Situada no bairro da República, na área conhecida popularmente como “calçadão” por integrar a zona pedestrianizada do centro paulistano, a uma quadra da estação República do metrô, a Rua Dom José de Barros tem a circulação de automóveis restringida, mas intenso movimento de pedestres durante os dias úteis. Em meio a vários estabelecimentos comerciais, nas proximidades do local onde ocorre o *point*, estão entradas para galerias comerciais como a Galeria Presidente, mais conhecida como “Galeria do Reggae” (indicação 1, Mapa 2) - que abriga lojas de discos e artigos associados à música *reggae* e à cultura afro, além de salões de cabeleireiro especializados em penteados afro – e a Galeria Boulevard (indicação 2, Mapa 2) – concentrando lanchonetes e estabelecimentos variados. Abertas pelo menos até o início da noite, ambas

²⁷ As galerias que têm dois acessos contam com uma sinalização para cada um deles.

²⁸ Disponível em < <https://www.google.com.br/maps/>>; acesso em 12 nov. 2019.

contam, além do acesso pela Rua Dom José de Barros, com outra entrada pela Rua 24 de Maio, transversal. Na esquina com a avenida São João está a já mencionada Galeria Olido (indicação 3, Mapa 2), ocupada atualmente pela Secretaria Municipal de Cultura onde, no piso térreo, parte voltada à Dom José de Barros e parte à Avenida São João, encontra-se a chamada Vitrine da Dança, espaço destinado a aulas de dança e apresentações musicais (PREFEITURA, 2014, s/ n. p.) que por vezes acontecem no início da noite. O prédio do Cine Dom José (indicação 4, Mapa 2), estabelecimento há anos voltado ao cinema pornográfico, também se destaca justamente no trecho da rua em que acontece o *point*, fechando suas portas às 19 horas e 30 minutos (TOLEDO, 2014, s/ n. p.). Na esquina com a Rua 24 de Maio é a imponente fachada envidraçada da unidade homônima do Serviço Social do Comércio, o chamado Sesc 24 de Maio (indicação 5, Mapa 2), inaugurado em agosto de 2017 (MARTÍ, 2017, pp. 6-7), que chama a atenção, aberto até as 21 horas. No trecho entre as ruas 24 de Maio e 7 de Abril, da manhã até o fim da tarde, o centro do calçamento é ocupado pelas barracas de camelôs que comercializam principalmente roupas e acessórios.

Durante as noites de quinta-feira, momento em que acontece o *point*, a paisagem se altera sensivelmente. Apesar da existência de estabelecimentos como uma barbearia, um *sexshop* e um mini-mercado no trecho entre a Rua 24 de Maio e a Avenida São João, abertos pelo menos até as 21 horas, aqueles que predominam na Rua Dom José de Barros durante a noite são os bares, de diferentes tipos. Próximo à rua 7 de Abril há bares que, ao cair da noite, ocupam a maior parte do calçamento com suas mesas. No trecho entre as ruas Barão de Itapetininga e a 24 de Maio há o bar Triângulo (que durante o dia funcionava como restaurante), em frente ao qual, na rua, costumam acontecer aulas e práticas de dança – o que será detalhado mais adiante. Já no trecho onde ocorre o *point* há pelo menos dois bares com balcão e mesas internas, cujo funcionamento se estende pelo menos até as 21 horas – um deles o chamado Bar do Gaúcho (indicação 6, Mapa 2), ao lado de uma das entradas da Galeria Boulevard, com a fachada voltada à Rua Dom José de Barros.

Ao longo do período de realização da pesquisa que originou esta dissertação, é importante mencionar pelo menos dois eventos alteraram substancialmente a paisagem da Rua Dom José de Barros. O desabamento do edifício Wilton Paes de Almeida, localizado no Largo do Paissandu, no dia 1 de maio de 2018 (CARVALHO, 2018, p. 23), sem dúvida é o mais impactante. Além das pessoas que não resistiram à tragédia, dezenas

de famílias que o ocupavam estiveram por semanas vivendo em barracas, instaladas ao redor da Igreja Nossa Senhora do Rosário dos Homens Pretos, situada no centro do largo. Ademais das perdas humanas e materiais, em termos simbólicos houve, por um lado, a perda de um símbolo da arquitetura modernista no país e, por outro, daquilo que constituía, pelas pixações inscritas na fachada de uma construção histórica e imponente do centro, uma espécie de “cartão postal” para os pixadores que se reúnem no *point* (SALLES, 2017, n.p.)²⁹.

O segundo acontecimento, de outra ordem, que, a meu ver, contribuiu para alterar a paisagem da rua em outubro de 2018, foi a inauguração de um novo bar no trecho onde ocorre o *point*. Pertencente a uma rede de bares e lanchonetes que conta com unidades nas cidades do Rio de Janeiro e Porto Alegre, a particularidade do bar Void reside na materialidade de suas instalações, estilizadas em tons escuros e iluminação planejada, destoando da materialidade dos demais bares da rua, e no tipo de público que atrai – reunindo, durante as noites, dezenas de pessoas diante de suas instalações na Rua Dom José de Barros – que em parte se diferencia do público frequentador do *point* quanto aos estilos de vestimentas e acessórios.

Com base nessa breve descrição da paisagem e dos equipamentos urbanos existentes nos arredores da Rua Dom José de Barros, lugar onde se situa o *Point* do Centro dos pixadores, passo agora à descrição dos frequentadores com quem interagi no local, às noites de quintas-feiras, entre 19 de outubro de 2017 e 7 de fevereiro de 2019, e à análise de seu comportamento corporal e regras de interação social.

²⁹ Sobre a importância do edifício Wilton Paes de Almeida para a pixação paulistana e sua relação com o *point*, ver Altamirano (2018, pp. 124-125).

CAPÍTULO 4

Usos da rua no *Point* do Centro I: interações não verbais e verbais

Além dos aspectos a que me referi no capítulo anterior, da materialidade do espaço e dos equipamentos urbanos situados em seu entorno, durante um ano e três meses de trabalho de campo no *point* do centro, junto a seus frequentadores, foi possível verificar usos da rua por parte dos pixadores. O principal padrão de comportamento corporal já indiquei na Introdução desta dissertação: é a permanência física mais ou menos prolongada como contraponto à circulação que caracteriza esses transeuntes ao longo do dia. Mas, como veremos adiante, nesses momentos de não-trânsito, os transeuntes pixadores protagonizam, em meio à prática juvenil que os une – a sociabilidade pública, entre pares e com terceiros no *point* –, outras regras de uso da rua relativas a suas interações não verbais e verbais.

A organização da etnografia – tanto durante minha observação participante, em campo, como na forma que a relato a seguir – é inspirada na sugestão de José Guilherme Cantor Magnani (2000, p. 37) de atentar para a dimensão do “cenário”, dos “atores” ali presentes e do “script ou regras” que orientam suas interações.

O cenário e seus atores

Quando a noite começava a cair sobre o centro de São Paulo nas quintas-feiras úteis durante o período do meu trabalho de campo, o panorama da Rua Dom José de Barros também se transformava. Os camelôs, tendo aproveitado a hora de pico do fim do horário comercial, quando o fluxo de pedestres aumentava consideravelmente no calçadão, começavam a fechar suas barracas e a recolhê-las. A vendedora de camisetas e moletons que costumava se postar próxima ao cruzamento com a Rua 24 de Maio, ao remover sua barraca sobre rodas, desvelava ali, em meio às pedras portuguesas que calçam a rua, a placa de granito que durante a jornada se escondia sob seu posto de trabalho. Apesar do desgaste, ali estava gravado em baixo relevo: “O marco zero da cultura hip hop no Brasil: Dj, Mc, B.boy, Grafite”³⁰, junto a uma lista de nomes de “participantes” dos inícios do movimento (Diário de Campo, 09/08/2018, p. 1).

³⁰ Sobre o monumento e a história do *hip-hop* na cidade, cf. Gomes (2014).

Nas proximidades da Rua 7 de Abril, os funcionários dos bares posicionavam inúmeras mesas e cadeiras em meio ao calçamento, onde já eram servidas algumas “torres” de chope. Parte das lojas do calçadão baixava suas portas, enquanto o bar e restaurante Triângulo, que ao longo do dia servira almoços, se transformavam. Em seu interior já não se viam as mesas habituais, mas um espaço amplo, e em uma lateral já eram instalados os equipamentos de som. As caixas de som voltadas para a rua começavam a atrair alguns passantes, que ali mesmo no calçamento conversavam tomando cerveja. Nas proximidades, alguns vendedores de espetinhos traziam com seu carrinho a fumaça do churrasco; também se posicionavam por ali vendedores de artesanatos e acessórios e de bebidas. Nas próximas horas, tanto o interior do bar quanto o passeio público serviriam de pista de dança a casais que, de início sob a orientação de algum professor, se embalariam a ritmos como o samba-rock e o *black*. Ao seu redor, espalhadas pela rua, vários outros transeuntes se deixavam ficar em pé enquanto conversavam, bebiam e assistiam aos passos.

No trecho entre a Rua 24 de Maio e a Avenida São João, nas proximidades dos bares e na região próxima à entrada das galerias comerciais, alguns grupos iam se reunindo em pé, vários deles munidos de alguma bebida. Na chamada Vitrine da Dança da Galeria Olido, factualmente a parede envidraçada de um salão interno à sede da Secretaria Municipal de Cultura, acontecia a apresentação de algum grupo musical ou uma aula de dança. Próximos à Avenida São João policiais conversavam postados ao lado de uma viatura da Polícia Militar, ali estacionada com o chamado giroflex – luminária giratória localizada na parte superior das viaturas - ligado, enquanto observavam o vaivém dos pedestres (Diário de Campo, 26/10/2017, p. 1; 02/08/2018, p. 1; 16/08/2018, p. 1).

A Galeria Boulevard, com, lanchonetes e bares além de um ou outro cabeleireiro, também abrigava, no cair da noite de algumas quintas-feiras, uma roda de samba. Diante da entrada lateral da Galeria do Reggae – cuja entrada principal é na Rua 24 de Maio e onde também havia uma lanchonete-bar -, pequenos grupos dialogavam em um idioma diferente do português. O mesmo também podia ser ouvido em conversas de alguma mesa do Bar do Gaúcho, à entrada da Galeria Boulevard (Diário de Campo, 15/02/2018, p. 1; 21/06/2018, p. 1). Ali também se encontravam algumas pessoas não tão jovens cujas vestes e estética corporal remetiam ao *punk*, com seus *spikes*, *piercings*, roupas rasgadas e cabelos espetados e coloridos (Diário de Campo, 06/09/2018, p. 1; 29/11/2018, p. 2).

Ao longo da via, próximo às portas dos bares ou mesmo diante de estabelecimentos já fechados, alguns homens portando sacos, mochilas ou lonas observavam o movimento enquanto fumavam um cigarro. Tão logo os policiais se retiravam, conduzindo a viatura pela Avenida São João, essas pessoas passavam a se posicionar na área central da via, nas proximidades da Galeria Olido, e em questão de segundos a Feira do Rolo toma forma. Composta por homens, a maior parte aparentando mais de 30 anos, o agrupamento se organizava à sua maneira, o que resultava em uma conduta corporal coletiva cuja concentração física densa, de várias dezenas de pessoas no espaço de poucas dezenas de metros, dificultava um pouco a passagem dos transeuntes (Diário de Campo, 15/02/2018, p. 1; 13/09/2018, p. 1). Por volta das 19h30 (Diário de Campo 19/10/2017, p. 1; 29/11/2018, p. 1), enquanto parte dos indivíduos se mantinham em pé, segurando mercadorias como celulares, maços de cigarros, eletrodomésticos ou roupas; em meio e ao redor desses homens, outros expunham calçados, acessórios, velharias eletrônicas, carregadores, cabos e quaisquer outros objetos sobre lonas ou plásticos no chão, posicionados nas proximidades das laterais da rua. Alguns deles, em especial os que exibiam os celulares, segurando-os nas mãos, ofereciam os produtos aos transeuntes que passavam, nas noites mais movimentadas, com alguma dificuldade pelo meio da aglomeração (Diário de Campo, 26/10/2017, p. 1). Em meio ao cheiro de fumaça de cigarros industrializados ou de maconha, havia também quem realizasse apostas em torno de jogos de azar, que aconteciam sobre um caixote, no meio da turba (Diário de Campo, 09/11/2017, p. 1; 27/09/2018, p. 2).

A concentração se desfazia em segundos quando da aproximação da polícia, diluindo-se pela rua. Todas as mercadorias eram rapidamente enfiadas nos sacos, lonas ou malas e, a depender do vigor da investida policial - às vezes com a ação coordenada de várias viaturas -, a retirada se dava com passos apressados ou até certa correria (Diário de Campo, 09/11/2017, pp. 1-2; 23/08/2018, p. 1; 13/09/2018, p. 1). Outras vezes, quando a polícia apenas passava por ali, de maneira repentina essas pessoas alteravam sua conduta, de modo a disfarçar a posse das mercadorias (Diário de Campo, 16/11/2017, p. 1; 16/08/2018, p. 1). A aglomeração humana que animava a Feira do Rolo era, portanto, extremamente fugidia em função da movimentação e da ação policial; escapava na direção oposta refugiando-se, quando necessário, no interior da galeria mais próxima, ou tentando misturar-se a outras aglomerações da rua. Aqueles que, por algum motivo, se distraíam ou não conseguiam escapar a tempo, só lhes restava sofrer a abordagem e ter as

mercadorias apreendidas (Diário de Campo, 30/08/2018, p. 1) ou até chutadas pelos policiais (Diário de Campo, 23/08/2018, p. 1).

Em quase todas as quintas-feiras em que pude presenciar a localização espacial dessa feira, ela se deu no trecho da Rua Dom José de Barros mais próximo à Avenida São João e às vitrines da Galeria Olido, porém isso se alterava conforme viaturas ou policiais estivessem nas proximidades daquele perímetro (Diário de Campo, 30/11/2017, p. 2; 02/08/2018, p. 1). Nem por isso, nessas ocasiões os indivíduos que dão sentido à Feira do Rolo deixavam de permanecer nos arredores, à espera da partida dos policiais, ou eles se concentravam em outro lugar próximo, realizando suas transações nas imediações da Avenida São João e do Largo do Paissandu. Ainda que a modulação do idioma corporal que subjaz às interações não verbais dos “feirantes” diante da aproximação policial não seja exclusividade dos transeuntes engajados na Feira do Rolo, a regra de comportamento corporal anteriormente indicada para os pixadores no *point*, dado o seu caráter movediço, também aqui se reafirma: é a permanência física breve e fugidia.

Menos frequente que a Feira do Rolo, uma outra aglomeração costumava ter lugar diante da parede envidraçada do Centro de Memória do Circo, também integrante a Secretaria Municipal de Cultura na lateral da Galeria Olido voltada à Rua Dom José de Barros, durante o meu período em campo. Dezenas de jovens, homens e também mulheres, ainda que em menor número, e enquanto bebiam, fumavam ou conversavam, mantinham parte de sua atenção nos dois MCs que rimavam de improviso, duelando entre si, ritmados pelas batidas do *rap* (Diário de Campo, 19/10/2017, p. 1; 23/11/2017, p. 1; 11/01/2018, p. 1). A “Batalha do *Point*” – evento pautado por páginas nas redes sociais em que eram anunciados os eventos e publicadas as fotos correspondentes³¹ – acontecia após as 20 horas das quintas-feiras, tendo duração variável a depender da quantidade de participantes e mantendo-se no mesmo local até o fim da competição da noite. O ritmo para o improviso dos versos era dado, em algumas noites, pelo acompanhamento de uma banda chamada Kick Buckett (Diário de Campo, 26/10/2017, p. 1; 09/11/2017, p. 2; 14/12/2017, p. 2)³². Em outras noites, quem comandava o show era o *playback* de batidas

³¹ Na rede social *Instagram* <<https://www.instagram.com/batalhadopoint/>>, acesso em 11 nov. 2019; e no *Facebook* <<https://pt-br.facebook.com/BatalhaDoPoint/>>, acesso em 11 nov. 2019.

³² Aparentemente, nessas ocasiões o conjunto já estava se apresentando no local antes de a batalha se iniciar. A banda era composta por um tecladista, um saxofonista e um percussionista que utilizava alguns baldes para, junto com outras peças, compor um conjunto de peças percussivas. Os instrumentos, *plugados* em um mini-amplificador, eram eletrificados por uma bateria. Na dinâmica da batalha de MCs, a banda, quando presente, fazia a base instrumental sobre a qual os jovens improvisavam suas rimas, duelando entre si.

de *rap* ou ainda, em certas ocasiões, com a batida feita ao vivo através da percussão vocal típica do hip-hop, o *beatbox*. Aglomerada em semicírculo, ao redor dos participantes envolvidos no duelo, a plateia assistia à apresentação e, ao final, era estimulada pelo organizador a reagir com gritos e aplausos, que serviam como uma espécie de “termômetro” para a avaliação do desempenho de cada um dos MCs³³.

Antes do início da disputa, seus organizadores usavam o amplificador para reproduzir clássicos do *rap* nacional em volume suficiente para fazer dançar ou cantar aqueles que se encontravam do outro lado da rua (Diário de Campo, 14/12/2017, p. 2; 11/01/2018, p. 2). O volume do som, em algumas ocasiões, acabou por atrair a atenção de policiais, que, diferentemente das abordagens à Feira do Rolo, buscaram intervir através do diálogo com os organizadores, fazendo-os diminuir o volume ou suspender a amplificação (Diário de Campo, 19/10/2017, p. 3; 01/02/2018, p. 3).

Contudo, nesse trecho da Rua Dom José de Barros, o grupo que se fazia notar mesmo quando ausente, através de muitas marcas suas espalhadas pelas janelas, portas e por vários andares das galerias e prédios que espremem a rua, eram os pixadores. Desde o cair da noite das quintas-feiras úteis em que ali realizei trabalho de campo, alguns já começavam a se encontrar nas proximidades do Bar do Gaúcho, situado em um dos lados da entrada da Galeria Boulevard. Seguindo a mesma estética da rua, as laterais da entrada do bar se viam preenchidas de pixos e outras marcas³⁴. Era ali que, nas quintas-feiras úteis, os pixadores mais sedentos se abasteciam de cervejas de litro ou de um copo de “veneno” – *drink* à base de bebida alcoólica destilada (Diário de Campo, 13/12/2018, p. 1; 24/01/2019, p. 5). O bar do outro lado da rua, vizinho ao Cine Dom José, assim como o mini-mercado, cumpriam função semelhante, ainda que em menor escala que o Bar do Gaúcho.

Nos arredores deste, nas proximidades da entrada da Galeria Boulevard, no outro lado da rua, encostados às portas recém baixadas do Cine Dom José ou de outros estabelecimentos, os pixadores e outros frequentadores do *point*, quase todos homens, em geral aparentando entre 20 e 40 anos de idade, se reuniam (Diário de Campo, 19/10/2017, p. 1; 11/01/2018, p. 2; 06/12/2018, p. 1). Aos poucos iam chegando, sós ou

³³ Um estudo sobre esse tipo de batalha de rap, caracterizada como “*freestyle*”, foi realizado por Ricardo Teperman (2011) a partir de etnografia junto aos duelos que aconteciam semanalmente na saída da estação Santa Cruz do metrô.

³⁴ Para fins de controle metodológico de minha própria observação nos dias úteis, compareci, em duas quintas-feiras de feriado no *point* (Diário de Campo, 02/11/2017, p. 1; 25/01/2018, p. 1) e, em cada uma das datas, verifiquei a presença de apenas cerca de uma dezena de pessoas.

acompanhados, e encontrando velhos amigos ou conhecidos, a quem cumprimentavam, assim como todos aqueles que estivessem fisicamente juntos ou próximos (Diário de Campo, 16/08/2018, p. 2; 01/11/2018, p. 2; 22/11/2018, p. 3). Espalhados pela rua ou mantendo-se nas proximidades de suas laterais, nas quais se recostavam, esses transeuntes voluntariamente se juntavam em duplas ou pequenos grupos mantendo-se em pé, reunidos em roda, travando interações face a face uns com os outros, condições que permitem identificar essas duplas ou grupos como “ajuntamentos” (GOFFMAN, 2010, pp. 18, 28). Ao longo das noites mais movimentadas, essas dezenas de ajuntamentos somavam facilmente mais de uma centena de pedestres. Havia, de um lado, aqueles que ali estavam presentes quase todas as quintas, a quem eu reconhecia ou que evidenciavam me reconhecer ao me cumprimentar (Diário de Campo, 01/02/2018, p. 3; 17/10/2018, p. 2; 10/01/2019, p. 1); de lado, aqueles cuja presença era menos frequente ou mesmo esporádica. Nas noites de maior público, o conjunto de ajuntamentos ocupava toda a largura da rua, formando uma aglomeração com a qual os integrantes da Feira do Rolo por vezes se misturavam fisicamente (Diário de Campo, 07/12/2017, p. 1; 06/09/2018, p. 2; 11/10/2018, p. 1).

Nas noites em que acontecia uma ação mais incisiva da Polícia Militar, com a abordagem de pixadores, o *point* logo se esvaziava (Diário de Campo, 18/10/2018, p. 4; 24/01/2019, p. 5). Na maioria das vezes, no entanto, era por volta das 22 horas, quando o Bar do Gaúcho e outros estabelecimentos já tinham baixado suas portas, que o número de frequentadores do *point* começava a decrescer e a Rua Dom José de Barros ia se esvaziando aos poucos.

A descrição até agora apresentada sugere interações não verbais entre os sujeitos frequentadores do *point* intermediadas por padrões que possibilitam delimitar o conjunto empírico dos sujeitos que aqui chamo de *frequentadores do point*. Como já vimos, estes eram, antes de mais nada, transeuntes em momentos de não-trânsito, permanecendo, em termos físicos, mais ou menos brevemente no referido trecho da Rua Dom José de Barros durante as primeiras horas do anoitecer das quintas-feiras úteis do meu período em campo. Eles se constituíam, principalmente, de pixadores com variados níveis de engajamento na prática, ex-pixadores e terceiros, pessoas que nunca se engajaram na prática.

É o que assegura que ali e então tenha prevalecido o que venho chamando de sociabilidade pública, entre pares em meio a terceiros. Mas e as regularidades que

intermediavam as interações não verbais e verbais implícitas nessa sociabilidade – em suma, as interações sociais públicas – ali e então?

As regras

De fato, suas interações não verbais se caracterizavam pela formação regular de ajuntamentos. Estes, segundo Goffman (2010, p. 28) se desvanecem e se reconfiguram ao sabor das circunstâncias, dos encontros entre amigos e conhecidos, e da vigência de determinadas regras de interação social.

Mas há mais padrões em jogo. Basta adentrar elementos específicos daquilo que Goffman chamou de idioma corporal.

Aparência corporal e trajés

Partindo do que Goffman (2010, p. 43) chama de “aparência corporal”, uma das primeiras características que saltaram à minha vista a respeito dos frequentadores do *point* é a larga predominância numérica de corpos masculinos em relação aos femininos (Diário de Campo, 19/10/2017, p. 2; 02/11/2017, p. 1; 30/11/2017, p. 2). Esse desequilíbrio numérico de gênero era menor, mas ainda se mantinha, entre o público da Batalha do *Point* e entre os que passaram a se ajuntar nas imediações do bar Void após sua inauguração em outubro de 2018 (Diário de Campo, 02/11/2017, p. 1; 06/12/2018, p. 2; 10/01/2019, p. 1).

Fenotipicamente, a composição era mais ou menos equilibrada entre negros e brancos (Diário de Campo, 23/11/2017, p. 1; 16/08/2018, p. 1); já no quesito etário havia certa variabilidade que se dava principalmente na faixa entre os 20 e os 40 anos de idade (Diário de Campo, 19/10/2017, p. 2; 18/01/2018, p. 1; 28/06/2018, p. 1). Partes expostas desses corpos exibiam tatuagens variadas, alguns deles com várias delas ou ainda trazendo signos bem específicos, como o símbolo da “Ação Antifascista” ou a imagem de duas pistolas na região do pescoço (Diário de Campo, 18/01/2018, p. 3, 09/08/2018, p. 1, 20/09/2018, p. 2). Os cabelos dos homens eram em geral curtos, às vezes penteados com gel, ou raspados à máquina, e com frequência cobertos por um boné. Havia também, ainda que em menor quantidade, aqueles que traziam tranças *dreadlocks*, cabelos estilo *blackpower* ou, em menor número, aqueles que os cobriam com algum tipo de chapéu (Diário de Campo, 07/12/2017, p. 2).

As vestimentas variavam conforme as condições climáticas, mas, no caso dos homens, com alguma frequência pude observar o uso de roupas largas, enquanto as mulheres usavam tanto as largas quanto as justas ou curtas, além de várias vezes aparentarem o uso de maquiagem (Diário de Campo, 26/10/2017, p. 1; 11/01/2018, p. 2; 01/11/2018, p. 1). Entre os homens com alguma frequência se usavam camisetas cavadas, camisas de times de futebol, às vezes uniformes de empresa, havendo ainda alguns que durante as noites mais quentes apresentavam o dorso nu. O uso de calças jeans, calças de tecido sintético e bermudas era frequente. Nos pés, tênis e, mais raramente, chinelos. Nas noites mais frias, era frequente o uso de jaquetas estilo “bombojaco” ou blusas de moletom, assim como gorros. Nas camisetas, blusas ou bonés não raro vi estampas, bordados, ou intervenções a partir de outras técnicas, que davam a ver letreiros estilizados típicos da pixação, símbolos de grifes de pixadores, e ainda referências a regiões e bairros das periferias de São Paulo (Diário de Campo, 01/02/2018, p. 1; 23/08/2018, p. 2; 06/12/2018, p. 1). Além disso, com muita frequência várias dessas pessoas traziam mochilas que mantinham nas costas ao longo da noite.

Em vários aspectos, meu próprio idioma corporal convergia com as características mencionadas até agora, embora não em outros. Em todas as incursões a campo, assim como muitos de meus interlocutores, optei por usar tênis e bermuda ou calça jeans, a fim de comunicar afinidades na aparência corporal. Mas não analogia completa. Afinal, bem sei que não nunca seria um “deles”. No intuito, aliás, de comunicar isso também através de meu idioma corporal, as camisetas que eu trajei em campo eram “lisas”, de cor única e sem estampas, o que não costumava se repetir por ali. Em algumas ocasiões, a barba por fazer foi um signo que me diferenciou da maioria presente; de modo geral, porém, sobretudo o uso dos óculos de grau contribuiu para me distinguir (Diário de Campo, 19/10/2017, p. 1). Ainda que houvesse alguns frequentadores que usavam óculos, seu uso de minha parte chegou a ser julgado verbalmente por um interlocutor, que, na ocasião, me classificou como alguém “certinho” (Diário de Campo, 13/12/2018, p. 2). Já minhas tranças *dreadlock*, também ostentadas por alguns dos frequentadores do *point*, sugeriam outro tipo de identificação. As quatro que até hoje trago na parte de trás da cabeça valeram-me, em algumas interações, o designativo “rasta” (Diário de Campo, 11/01/2018, p. 2; 27/09/2018, p. 3).

Até aqui foi possível identificar ao menos três regularidades no âmbito da interação não verbal desses frequentadores. Refiro-me à regra da formação e

reconfiguração de ajuntamentos no *point*, e ao que seria possível estabelecer como padrão, conforme sugerem as repetições ao longo das observações, em relação à aparência e aos trajes específicos dos frequentadores. Isto é, o sujeito que poderíamos considerar o frequentador padrão do *point* tem a aparência de um homem adulto, de barba feita e cabelos curtos; seus trajes são roupas largas, estampadas ou estilizadas com letreiros típicos da pixação – isso quando não está usando a roupa com que trabalhou durante o dia – além de trajar acessórios como mochila e boné ou gorro.

Passo agora às regularidades observadas nas interações verbais dos frequentadores do *point* entre si e comigo durante situações de copresença física entre nós ali, visando delinear padrões temáticos que dinamizavam as interações sociais públicas entre terceiros naquele lugar durante o trabalho de campo. Concomitante a isso, evidencio como essas interações estão associadas a acessórios manuseados no *point* e a outros atributos do idioma corporal ali mobilizados: a postura e movimentação física dos frequentadores, seu posicionamento na rua e seus atos pessoais, que, segundo Goffman, compreendem “gestos”, “decorações faciais” e “expressão emocional ampla” (GOFFMAN, 2010, p. 43).

Histórias, memórias e planos

“E aí, parça! É nós, tamo aí, mais um *point*; por enquanto ileso...”. Assim me cumprimentou um rapaz, a quem eu nunca havia visto nem voltaria a ver, na noite de 16 de agosto de 2018 (Diário de Campo, 16/08/2018, p. 2), antes de seguir saudando outros próximos à porta do Bar do Gaúcho. Cumprimentar boa parte dos presentes no *point* ou, pelo menos, todos aqueles que participam da roda à qual se chega é um hábito entre os frequentadores do *point*, como pude notar (Diário de Campo, 14/12/2017, p. 2; 11/01/2018, p. 1; 16/08/2018, p. 1; 27/09/2018, p. 2; 01/11/2018, p. 1; 29/11/2018, p. 2).

Esse regra de interação verbal, que, para Pereira (2005, p. 88), é comportamento diretamente relacionado a uma conduta pautada pela “humildade”, geralmente se constituía, no *point* da Dom José de Barros durante o meu período de campo, em uma saudação rápida e genérica acompanhada de um toque ou aperto de mão, precedendo outras interações verbais entre os frequentadores. Essas podiam ter os mais variados motivos, mas com grande frequência mobilizavam os presentes em torno de conversas descontraídas sobre a própria pixação e assuntos correlatos.

Na noite de 16 de novembro de 2017 (Diário de Campo, p. 3) um pixador relatava a outros, reunidos em roda em uma das laterais da Rua Dom José de Barros, a dor que

havia sentido no braço enquanto escalava o beiral de um prédio para pixar, contando que “era uma altura tipo isso aqui”, referindo-se ao prédio à nossa frente, para justificar o medo que teve de cair. Em 18 de outubro de 2018 (Diário de Campo, p. 2), Vidas (Ca) e outro pixador zombavam de um mais jovem, menos engajado na prática, dizendo que naquela semana, quando saíram em grupo para pixar, o último teria ficado “em choque” quando eles propuseram inscrever suas marcas em um “pico” que exigiria o uso da técnica da escalada. Em 8 de novembro do mesmo ano um rapaz contava a outros do “rolê” que havia feito com outros pixadores, isto é, o percurso que fizeram pela cidade com o objetivo de pixar (Diário de Campo, p. 3). Na ocasião, segundo seu relato, precisaram arrombar um cadeado de dentro do prédio usando uma ferramenta e que, devido ao barulho causado, saíram para “fumar um” para só depois retornarem, quando usaram uma corda para se pendurar pelo lado de fora do prédio e aí, finalmente, realizar a pixação. O mesmo Vidas (Ca), na noite de 13 de dezembro daquele ano, junto com o pixador GDL, contava à roda como havia sido o “rolê” que fizeram juntos na “quebrada” do segundo, na Zona Leste (Diário de Campo, p. 2). Segundo ele, foram feitos vários “pixos” em “portas”, e também “no alto”, em que foram usadas várias latas de spray; divertidíssimo, em meio ao riso, contou do tombo de GDL quando tentou escalar um muro, e concluiu: “o rolê foi louco: fizemo vários pixo e nem rodamos!”.

Estas são algumas das muitas histórias de “rolês” que ouvi nas noites de quinta-feira no *point*³⁵. Tais relatos abrangiam desde situações que transcorreram sem percalços até àquelas em que houve apuros, repressão policial ou situações cômicas, o que frequentemente motivava que os ouvintes, geralmente reunidos em roda, também compartilhassem histórias semelhantes que teriam vivido. As próprias dinâmicas da pixação e as questões que a cercam constituíam alguns dos assuntos mais veiculados no *point*. E aí se somavam, à lembrança dos “rolês” passados, os convites, o estímulo e a tematização de planos para “rolês” futuros (Diário de Campo, 09/11/2017, p. 2; 02/08/2018, p. 2; 16/08/2018, p. 3; 23/08/2018, p. 1; 06/09/2018, p. 2; 18/10/2018, p. 4; 29/11/2018, p. 2; 10/01/2019, p. 3). Mol’s sugeriu a Vamp, em 18 de outubro de 2018, que fizessem um pixo juntos em um “murão limpo da CPTM”, argumentando que “lá é

³⁵ Em vários dos meus diários de campo há menções a histórias dessa natureza (16/11/2017, p. 2; 23/11/2017, p. 1; 30/11/2017, p. 3; 02/08/2018, p. 2; 09/08/2018, p. 3; 30/08/2018, p. 2; 06/09/2018, p. 4; 13/09/2018, p. 2; 20/09/2018, p. 2; 27/09/2018, p. 4; 18/10/2018, p. 1; 01/11/2018, p. 2; 08/11/2018, p. 3; 13/12/2018, p. 1; 20/12/2018, p. 2; 17/01/2019, p. 1; 24/01/2019, p. 3).

eterno, parça, garantido: só chegar e fazer [o pixo]. Mais de 5 mil pessoas por dia, ali... Depois ainda dá pra ir pela linha do trem e fazer uns outros” (Diário de Campo, p. 3).

Essas tematizações de possíveis “rolês” futuros não raro estavam associadas à mobilização de um atributo específico do idioma corporal não tematizado por Goffman, mas sim por Frehse (2017a, pp. 523-524): a manipulação de objetos pessoais e acessórios que poderiam ser usados na ação, como latas de tinta *spray* trazidas na mochila. Yella, em 18 de janeiro de 2018 me mostrou aquelas que trazia consigo, contou animado que poderiam ser usadas naquela mesma noite, “pra fazer um [pixo] quando chegar na quebrada” (Diário de Campo, p. 2). Um ano depois, em 17 de janeiro de 2019, em atitude semelhante Vidas (Ca) mostrava empolgado para seus conhecidos as várias latas de *spray* que trazia em sua mochila, comentando satisfeito: “e hoje, nós tá como?!” (Diário de Campo, p. 1). Enfim, também foi possível Vamp mostrar com orgulho o borrifador que trouxe, falando da qualidade do material e convidando seu interlocutor a fazer um “rolê” com ele naquela mesma noite de 18 de outubro de 2018, pois se recusava a “voltar com isso aqui pra casa” (Diário de Campo, pp. 2-3).

Além da tematização verbal da posse ou do desejo de posse dessas tintas (Diário de Campo, 23/08/2018, p. 1; 20/09/2018, p. 3; 27/09/2018, p. 1; 20/12/2018, p. 2), era comum também que fossem tematizadas as técnicas utilizadas na ação (Diário de Campo, 11/01/2018, p. 3; 02/08/2018, p. 1; 06/09/2018, p. 2; 13/09/2018, p. 2; 18/10/2018, p. 1; 13/12/ 2018, p. 4; 20/12/2018, p. 2). Em 20 de dezembro do mesmo ano, por exemplo, Vidas (Ca) pediu, em tom jocoso, que as outras pessoas da roda o ajudassem a pixar a parte superior do Cine Dom José formando uma “escada de três” – técnica em que um pixador sobe nos ombros dos outros para atingir superfícies mais altas –, ao que Mol’s reagiu argumentando que nessa situação seria melhor usar um extensor, peça comprida à qual se acopla o rolo de pintar (Diário de Campo, p. 2). Ademais, outras questões atinentes à prática da pixação que dinamizavam comumente as interações verbais eram as grifes (Diário de Campo, 16/11/2017, p. 2; 09/08/ 2018, p. 1; 20/09/2018, p. 2; 27/09/2018, p. 4; 04/10/2018, p. 2): suas relações recíprocas, as filiações de pixadores, suas festas etc. Isso para não mencionar reconhecimentos e comentários verbais a respeito das pixações realizadas pelos pares na cidade (Diário de Campo, 06/09/2018, p. 2; 13/09/2018, p. 1; 20/09/2018, p. 2; 18/10/2018, p. 3).

Em meio a essas interações verbais, outro objeto pessoal manuseado com bastante frequência era o celular, usado muitas vezes para mostrar o registro de alguma ação

recente comentada durante a conversa, comprovando-a através de fotos ou vídeos; ou o celular era utilizado para troca e registro de contatos, no caso do planejamento de um “rolê” (Diário de Campo, 30/11/2017, p. 2; 02/08/2018, p. 3; 01/11/2018, p. 2). Trata-se de um item, no entanto, mobilizado também em interações verbais que tematizam o próprio *point*, sendo usado como instrumento de registro dos encontros através de fotos em grupo, no âmbito do ajuntamento, ou mesmo de fotos das “folhinhas” assinadas na ocasião (Diário de Campo, 19/10/2017, p. 2; 18/01/2018, p. 1; 16/08/2018, p. 2; 06/09/2018, p. 1; 29/11/2018, p. 4; 13/12/2018, p. 2).

Verbalmente, os encontros no *point* eram tematizados a partir de comentários sobre o número de presentes, como quando Pkets comentou, em 16 de novembro de 2017, que, naquela noite, não havia muita gente no *point* (Diário de Campo, p. 3); ou quando Locuras, em 1 de novembro de 2018, admirava: “Tá bonito isso aqui; tá cheio!” (Diário de Campo, p. 3). Com alguma frequência se faziam considerações a respeito da composição do *point*: “Hoje a Leste tá fraca aqui, hein?!”, reclamou RGLS (Mlo) na noite de 28 de junho de 2018 (Diário de Campo, p. 2), enquanto um pixador aparentando embriaguez exclamou, em 2 de agosto do mesmo ano: “Nossa! Hoje só tem dinossauro aqui”, em referência ao grande número de pixadores mais velhos presentes (Diário de Campo, p. 3).

Outra regra subjacente ao modo de como os encontros no *point* eram tematizados verbalmente se evidencia em comentários sobre a presença ou não, no mesmo trecho da Rua Dom José de Barros, de terceiros que influenciariam diretamente na dinâmica dos encontros. Em 5 de julho de 2018, um pixador exclamou: “Aê! Agora ficou melhor, o *point*: só os pixador”, logo após a expulsão da Feira do Rolo pela polícia (Diário de Campo, p. 3). Vidas (Ca) em 27 de setembro reclamou: “Quando venho no *point* o negócio tá miado, cheio de polícia, parceiro!” (Diário de Campo, p. 3). Considerações e relatos sobre outros *points* – dando a ver o que pode ser interpretado como um “circuito” (MAGNANI, 2002, pp. 23-24) de *points* de pixadores na cidade – e também memórias de como eram as reuniões no passado, em outras localidades, também eram temas comuns de conversas entre os frequentadores (Diário de Campo, 27/09/2018, p. 3; 18/10/2018, p. 1; 01/11/2018, p. 2; 22/11/2018, p. 2; 13/12/2018, p. 3; 20/12/2018, p. 1; 10/01/2019, p. 1; 24/01/2019, p. 2).

Por falar na presença de terceiros, as figuras do jornalista e do documentarista parecem passar pelo *point* com alguma regularidade. Ao menos é o que se pode inferir de

algumas associações que pixadores fizeram à minha pessoa. Em duas ocasiões diferentes, quando eu interagía com o pixador Scorpions, tive de corrigi-lo quando resumiu a outros que meu objetivo ali seria fazer “uma reportagem” (Diário de Campo, 19/10/2017, p. 3; 26/10/2017, p. 2). Em outras noites tive de voltar a esclarecer meus objetivos ali, quando à primeira vista outros pixadores associaram minha presença à realização de um suposto documentário sobre pixação (Diário de Campo, 05/07/2018, p. 2; 09/08/2018, p. 1; 04/10/2018, p. 3; 25/10/2018, p. 2). Além dessas associações, na noite de 16 de novembro de 2017 cheguei a conversar com duas pessoas que relataram ser repórteres de um *blog*, e que conversavam com pixadores ao meu redor (Diário de Campo, p. 3).

Já em outros momentos a minha presença ali, à luz dos objetivos que reiteradamente expus aos meus interlocutores, foi saudada. Em 18 de janeiro de 2018, Yella se mostrou satisfeito ao saber que eu estava interessado “na rua” e, por conta disso, estava ali pessoalmente, conversando com os pixadores: “porque você poderia pegar coisa [material] da internet, mas não!” (Diário de Campo, p. 2). Em 27 de setembro do mesmo ano, um pixador me contou sobre um trabalho de faculdade no qual havia sido retratado, ou melhor, em que a autora havia feito registros em vídeos e fotos. O rapaz, então, questionou se eu agiria da mesma forma e, mesmo diante de minha negativa, considerou, em tom elogioso, que o resultado de meu trabalho seria “diferenciado” pelo fato de eu estar ali, com eles (Diário de Campo, p. 3). Enfim, o pixador Farsa, em 22 de novembro de 2018, quando contava sobre um professor universitário que teria escrito algo relacionado à pixação, contrastou, a partir de seu ponto de vista, dois tipos de envolvimento: “Eu perguntei pra ele se ele foi com os pixador, ele disse que leu alguns livros e tal. Quer dizer, o cara não veio aqui, que nem você, né mano, que tá aqui no meio dos pixador...” (Diário de Campo, p. 3).

Partilha de acessórios: folhas, sedas e psicoativos

“Aí cê extrapolou memo, hein?!”, exaltou um pixador diante da intervenção de outro em uma “folhinha” (Diário de Campo, 16/08/2018, p. 2). Um terceiro elogiou, empolgado: “Ficou chave, essa folha!”. Vidas (Ca) percebeu os que aguardavam para assinar uma cartolina colada na parede, do lado de fora do Bar do Gaúcho e, sarrista, gracejou em voz alta: “Olha aí, a fila do Bom Prato; vagabundo não pode ver uma folhinha!”.

Um dos acessórios mais comuns de serem manipulados no *point* era a “folhinha”. Em geral eram folhas de papel avulsas, cadernos, ou até cartolinas em que os pixadores inscreviam seus pixos com a mesma caligrafia que usavam nas ruas, porém em miniatura, com uma caneta (cf. anexos A e B desta dissertação). Em geral elas eram preenchidas coletivamente: um pixador por vezes inscrevia seu pixo e a passava para o próximo, geralmente aquele que estava ao seu lado, fazer o mesmo. A essa prática também estava associada a manipulação, portanto, de acessórios outros além das folhas, como canetas de tipos diversos e pincéis atômicos, pastas e quaisquer outros objetos que pudessem oferecer uma superfície lisa para o apoio das folhas. Quando não havia suporte, eram ser usadas as costas do outro pixador ou a parede (Diário de Campo, 19/10/2017, p. 2; 02/11/2017, p. 1; 05/07/2018, p. 2; 16/08/2018, p. 1).

Em 20 de dezembro de 2018, Escadão (Ngs) passou o olho pela folha recém preenchida e perguntava aos pixadores da roda, à qual havia acabado de chegar, quem “lançava” cada pixo, isto é, quem os inscrevia, e de qual “quebrada” eram, cumprimentando cada um dos autores (Diário de Campo, p. 2). Tratava-se de uma postura bastante comum, durante ou após o preenchimento dessas folhas, da qual também tomei nota em 10 de janeiro de 2019 (Diário de Campo, p. 3). Logo após preencherem uma “folhinha”, os pixadores do ajuntamento do qual eu participava passaram a falar sobre os pixos que ali haviam sido inscritos: “Esse pixo aqui, é de que quebrada?”, perguntava um ao outro apontando uma inscrição na folha. “E essa grife aqui, que grife é essa?”, um outro indagou. “É do mano ali”, respondeu o segundo, chamando o autor da inscrição em seguida: “É Vício Proibido, lá de Guarulhos”, revelou o rapaz ao primeiro. Diante das respostas, acontecia uma verificação das referências em comum associadas à localidade, em especial do universo da pixação. Os pixadores faziam menção que se tratava da mesma “quebrada” onde vivia algum outro pixador que se conhecia, ou onde já haviam feito algum “rolê” etc. Em suas interações verbais comigo, o mesmo questionamento se repetia: mesmo que minha referência territorial pessoal de moradia fosse externa à Grande São Paulo, quando eu a revelava, dava-se o procedimento de verbalização das referências: “Campinas? Conheço uns mano de lá”, e em seguida se mencionavam os pixos dos conhecidos de lá (Diário de Campo, 11/01/2018, p. 1; 05/07/2018, p. 2); ou então outra referência era evocada, sugerindo a existência de alguma relação pessoal com essa cidade (Diário de Campo, 28/06/2018, p. 1; 09/08/2018, p. 2).

Desde meados dos anos 2000 Pereira já sabia que a “folhinha” cumpria função importante para a sociabilidade tecida no âmbito do *point* entre pixadores que não se conheciam, destacando a maneira como o reconhecimento e o prestígio entre os pares dinamizavam esse “ritual” (PEREIRA, 2005, pp. 69-74). Quinze anos mais tarde, também eu presenciei situações em que o prestígio era associado à assinatura das folhinhas, quando pixadores que gozavam de reconhecimento eram solicitados a assiná-las (Diário de Campo, 30/08/2018, p. 3). Porém, com frequência pixadores verbalizaram o anseio de assinarem também a folhinha que circulava em alguma outra roda, ou mesmo o desejo de que houvesse uma folha para assinarem: “Tem como nós fazer uma folhinha aí?”, perguntaram dois rapazes ao abordar os pixadores com quem eu conversava enquanto esses assinavam um caderno, em 7 de dezembro de 2017 (Diário de Campo, p. 2); outro, em 13 de setembro de 2018, aproximou-se lateralmente de mim e outros pixadores pedindo para “chegar na folhinha” que passava de mão em mão (Diário de Campo, p. 1). A indagação, que ouvi muitas vezes sendo dirigida aos pixadores ao meu redor no *point*, também foi dirigida a mim muitas outras vezes, em geral enquanto eu segurava meu caderno de campo: “Ô, salvou, hein?!”, agradeceu aliviado um pixador em 2 de agosto de 2018 quando, atendendo a seu pedido, lhe cedi uma folha em branco (Diário de Campo, p. 3). Outro enfim, na noite de 27 de setembro de 2018, abordou-me pedindo uma folha “pra distrair” (Diário de Campo, p. 2).

Esse tipo de pedido, de uma folhinha para assinar ou de uma caneta emprestada, me eram dirigidos especialmente nos poucos momentos em que eu decidia sacar meu caderno da mochila para realizar alguma anotação. Em algumas idas a campo, no início de 2018, resolvi adotar essa postura, de realizar anotações em meio ao *point*, também como um experimento etnográfico, e percebi que o gestual chamava a atenção de algumas pessoas. “Você tá escrevendo? O quê? Posso ver?”, perguntou-me uma jovem curiosa, em 11 de janeiro de 2018, falhando em entender minha caligrafia quando lhe mostrei o conteúdo do caderno (Diário de Campo, p. 2). Na mesma noite, o olhar desconfiado de um homem distante alguns metros de onde eu estava, me fitava por alguns segundos enquanto eu tomava notas. Na quinta-feira seguinte, 18 de janeiro, foi a vez de um rapaz, como que movido pela curiosidade e aparente embriaguez, tirar o caderno de minhas mãos e começar a inscrever ali sua marca (Diário de Campo, p. 2). Momentos depois, contando com a minha autorização, meu caderno seria passado de mão em mão entre

aqueles que o acompanhavam, e logo também por outras rodas, até que eu o recuperasse, já com vários pixos em suas páginas (cf. composição 2 do Anexo B).

A partir desse momento, foi se tornando evidente, para mim, o potencial da folhinha em proporcionar interações sociais entre terceiros no *point*. Isso me levou a adotá-la como ferramenta metodológica que me possibilitasse, em campo, ampliar o raio de interação verbal com outros frequentadores, solicitando-lhes que as preenchessem ou fornecendo-as a eles quando manifestavam esse desejo. Parte das folhinhas resultantes dessas interações verbais apresento nos dois anexos desta dissertação, retendo, assim, marcas de parte daqueles que interagiram comigo no *point*.

Esse aspecto mnemônico da folhinha, já observado por Pereira (2007, p. 237; 2012, p. 61), também foi valorizado pelos pixadores durante o meu trabalho de campo: “O mano vai olhar essa folhinha e lembrar quem tava aqui no dia; [é] pra registrar”, explicava Mol’s a Gordão – jovem que à época não se dizia pixador, mas que faria “tags”, um outro tipo de intervenção visual urbana –, em 10 de janeiro de 2019 (Diário de Campo, p. 2). Algumas semanas depois, Vidas (Ca) e Mol’s insistiram comigo que as folhinhas não só constituiriam registros daqueles que passaram pelo *point* em determinada noite, mas que também poderiam ser altamente valorizadas pelos pixadores (Diário de Campo, 31/01/2019, p. 3).

De fato, se na época da pesquisa de campo de Pereira as inscrições na folha tinham como destino apenas a pasta de seu dono, integrando sua coleção particular de folhinhas” (PEREIRA, 2005, pp. 31-32), hoje os dispositivos celulares e as redes sociais permitem que elas sejam apreciadas por muitas outras pessoas para além do pixador que a leva consigo ou daqueles que presenciam seu preenchimento no *point*. Em campo, não foi raro que algum dos pixadores que inscreviam sua marca na folhinha tirasse uma foto do resultado final, após o preenchimento completo. De agosto até dezembro de 2018 (Diário de Campo, 09/08/2018, p. 2; 16/08/2018, p. 1; 06/09/2018, p. 3; 04/10/2018, p. 2; 29/11/2018, p. 1; 06/12/2018, p. 2) percebi isso acontecer com frequência, época em que era comum o preenchimento de folhas grandes, como cartolinas e papéis pardos tipo *kraft*, que para isso geralmente eram fixados no muro, ao lado da entrada do Bar do Gaúcho. Às vezes trazendo o termo “CENTRO” em seu cabeçalho (Diário de Campo, 23/08/2018, p. 2), junto com a data ou o ano, essas peças reuniam dezenas de pixos, o que chamava a atenção dos pixadores presentes no *point*, que se revezavam para inscrever suas marcas.

O compartilhamento da folhinha, passada de mão em mão entre os pixadores no ajuntamento, ou mesmo fazendo com que esse ajuntamento se formasse, se fazia necessário pela própria dinâmica de seu preenchimento coletivo. O mesmo ocorria com outros acessórios associados a essa prática, como as superfícies que lhe serviam de apoio e, principalmente, as canetas. Esse movimento de empréstimo ou partilha com terceiros também era frequente em relação a outros tipos de acessórios usualmente manipulados no *point*. Em 9 de agosto de 2018 ao receber de outro pixador o caderno em que inscreveria seu pixo enquanto conversava comigo, RGLS (Mlo) me passou seu copo plástico quase cheio: “Toma aí” (Diário de Campo, p. 2). A mistura de destilado e energético, comprada no bar, a algum ambulante ou mesmo elaborada ali, na hora, parecia uma das bebidas preferidas dos frequentadores do *point* (Diário de Campo, 05/07/2018, p. 2; 02/08/2018, p. 1).

Ainda que o momento de assinatura e compartilhamento da folhinha propiciasse essa partilha dos psicoativos, nem de longe tal ocasião temporal era uma condição para que o compartilhamento acontecesse. A partilha dos psicoativos entre os frequentadores do *point*, principalmente entre aqueles que integravam um mesmo ajuntamento, era constante. Cerveja em garrafas de litro ou latas, vinho em garrafas plásticas, bebidas destiladas em misturas preparadas com base na cachaça de marca “Corote”, *drinks* compostos por destilados com energético ou outra bebida – o já mencionado “veneno” – , tabaco na forma de cigarros industrializados e maconha em cigarros preparados na hora eram os psicoativos consumidos habitualmente³⁶. Outros acessórios associados ao consumo dos dois últimos também eram compartilhados constantemente, como isqueiros, sedas (os papéis em que se enrola o cigarro de maconha) e “dichavadores” (aparato para triturar a erva prensada).

Durante esse consumo compartilhado de psicoativos, com frequência as interações verbais do ajuntamento se pautavam em assuntos associados à substância que se consumia (Diário de Campo, 16/08/2018, p. 2). Em 23 de novembro de 2017, Vidas (Ca) contava à roda que o local onde havia ido comprar a erva com que preparava um cigarro se situava

³⁶ O consumo de “bebidas alcoólicas e maconha” no *point* no início dos anos 2000 já havia sido destacado por Pereira (2005, p. 52), assim como o hábito de, durante os encontros, seus frequentadores formarem “rodas para conversar, beber, fumar maconha e trocar folhinhas”. O autor ressalta também que o “uso de inalantes”, como cola e solventes, era “muito comum” (PEREIRA, 2005, pp. 111, 59, 81), o que verifiquei em momentos apenas esporádicos, em menor frequência ainda que o uso da cocaína, por exemplo. No entanto, no período em que estive em campo, as bebidas alcoólicas e a maconha, acrescidas do cigarro industrial, seguiam sendo os moduladores de consciência mais usuais dos encontros no *point*.

“depois do Grajaú”, emprestando a mim e aos circunstantes o restante, ainda prensado, pra sentirmos o cheiro e perceber a suposta qualidade da substância (Diário de Campo, p. 2). Em 29 de novembro de 2018, mais uma vez ele me incentivou a reparar nas qualidades da erva prensada que portava: “Essa é da verdinha, cheira aí” (Diário de Campo, p. 1). O mesmo fez o pixador Mol’s em 10 de janeiro de 2019, ao contar, enquanto “dichavava” a erva, que a havia comprado de uma fonte diferente da habitual, porque a maconha seria “melhorzinha” (Diário de Campo, p. 1). O diálogo precedeu outros comentários, dos quais também participou Vidas (Ca), sobre a qualidade da erva adquirida na região central de São Paulo em comparação com aquela disponível nas regiões mais periféricas: “O baguio é não pegar aqui, não; negócio é pegar na quebrada, *beck* de quebrada é que é bom”.

Além da qualidade e da fonte das substâncias, principalmente a maconha, os psicoativos também motivavam interações verbais no sentido de promover seu consumo compartilhado, pautado na reciprocidade. Em 8 de agosto de 2018, RGLS (Mlo) perguntou à roda em que estávamos reunidos conversando, se alguém lhe poderia ceder uma seda e, logo em seguida, se algum dos presentes poderia contribuir com uma “intera” – isto é, se alguém teria condições de “inteirar”, oferecer um complemento – à quantia de erva usada na feitura do cigarro, a ser compartilhado entre todos ali ajuntados (Diário de Campo, p. 2). O mesmo sugeriu o pixador James, quando propôs fumar um “baseado”, em 30 de agosto de 2018 (Diário de Campo, p. 1).

A intenção de compartilhamento coletivo também se dava em relação ao álcool. Em 4 de outubro de 2018 por exemplo, um dos pixadores com quem eu conversava me ofereceu sua bebida: “Ia pegar uma cerveja, mas aí não ia dar pra nada; sabia que a galera ia querer, então peguei o conhaque pra galera, né” (Diário de Campo, p. 1). Já em 20 de dezembro de 2018, o pixador Vinha e mais alguns, “a rapaziada ali ó, tudo da Zona Leste”, pediram a Mol’s, que recém havia acendido o “baseado”, para darem uns tragos (Diário de Campo, p. 2). Ao se inserirem na roda, com a resposta positiva do último, logo ofereceram a mim e aos circunstantes o uísque que bebiam. Esse tipo de reciprocidade se manifestava com alguma frequência no *point*: “Cê curte um quente também?”, perguntou-me um pixador ao me estender a garrafa de “Corotinho” que trazia envolta em saco plástico, após me devolver a caneta que havia lhe emprestado para assinar uma folhinha (Diário de Campo, 18/01/2018, p. 2).

O consumo partilhado desses psicoativos era trivial no *point*. Se no caso das bebidas alcoólicas o oferecimento poderia ser verbalizado – “Quer dar um corte?” –, no

caso da maconha, em geral, a interação era não verbal: dava-se com o simples gesto de passagem do cigarro de mão em mão a outro do mesmo ajuntamento, normalmente àquele posicionado ao lado do emissor. É possível supor aqui, a partir do caráter frequente e disseminado desse tipo de interação o *point*, que a partilha e o consumo compartilhado, assim como a relação de reciprocidade, representam um elemento importante dos “agenciamentos” coletivos que cercam o consumo de psicoativos nesses encontros, especialmente da maconha³⁷.

Se nas primeiras idas a campo minha opção havia sido por realizar o consumo de psicoativos apenas passivamente, participando da consagração coletiva com meus interlocutores, logo pude perceber o papel central que esse consumo coletivo e partilhado desempenhava na sociabilidade vigente no *point*. Daí em diante passei a cumprir com a relação de reciprocidade que estava colocada³⁸.

Cabe ressaltar que, além das interações verbais propriamente ditas, uma modulação associada ao consumo de psicoativos no *point* diz respeito ao estado de consciência desses frequentadores. Essa alteração trazia reflexos inegáveis na forma, conteúdo e fluidez das interações sociais estabelecidas ali³⁹. Em 5 de julho de 2018, um rapaz parou sozinho ao meu lado e, sem me olhar diretamente, resmungou algo de difícil compreensão (Diário de Campo, p. 1). Segurava uma garrafa plástica contendo um líquido que usava para baforar, exalando um cheiro forte. Foi difícil encadear o diálogo, o que também enfrentei na interação verbal com frequentadores que aparentavam o torpor típico dos efeitos depressores do álcool em outros momentos, no *point* (Diário de Campo, 30/08/2018, p. 1; 13/09/2018, p. 2; 20/09/2018, p. 2; 01/11/2018, p. 3; 22/11/2018, p. 1; 20/12/2018, p. 2). Em outra situação, em 18 de janeiro de 2018 (Diário de Campo, p. 2), enquanto eu fazia uma anotação em meu diário de campo, um rapaz se aproximou com

³⁷ Uso o termo “agenciamentos”, aqui, no mesmo sentido que o faz Maurício Fiore (2013, p. 57), apoiando-se nas “inquietações da crítica pós-social”, para designar o “conjunto de possibilidades farmacológicas, materiais e simbólicas que se efetivam – e podem ser conhecidos – nas trajetórias dos sujeitos e na relação dessas substâncias com aparatos subjetivos peculiares”. Assim, o autor busca não se restringir, por um lado, aos efeitos farmacológicos da substância, nem, por outro, aos significados que lhe são socialmente atribuídos. Para um panorama a respeito do uso de drogas pela perspectiva das ciências sociais, ver Fiore (2013, pp. 15-31). Sobre a relação da maconha com o costume da partilha, do uso compartilhado e a valorização da reciprocidade, ainda que no caso de grupos de classe média, cf. Edward McRae e Júlio Simões (2000, pp. 78-79) e Fiore (2013, pp. 79-81).

³⁸ Para uma discussão a respeito da legitimidade de dados empíricos potencialmente comprometedores, geralmente omitidos em estudos sociológicos qualitativos, e as implicações éticas aí envolvidas, cf. Blackman (2007).

³⁹ Sobre a relação dos efeitos desinibidores do álcool com “momentos de conagraçamento” e “festividades”, seu “agenciamento coletivo” associado a momentos de “diversão”, e sobre a maneira como a maconha “agencia conversas diferentes das usuais”, cf. Fiore (2013, pp. 60-61, 66, 86).

um ar risonho observando minha escrita, sem, no entanto, me dirigir a palavra diretamente – interação à qual eu já fiz menção anteriormente. Quando tentei iniciar um diálogo o rapaz não me respondeu, mas mesmo assim pegou o caderno e a caneta de minha mão e começou a inscrever ali um símbolo, que em seguida se revelaria como sendo sua “tag”. Exalava um cheiro de álcool, e notei também que seus amigos, que estavam ao lado, tomavam alguma bebida. Ainda assim, com os últimos eu entabularia uma conversa nos momentos subsequentes, o que não consegui de modo satisfatório com o primeiro.

Mediada pelo consumo coletivo de substâncias psicoativas, a alteração do estado de consciência revelou-se uma característica incontornável dos encontros no *point*. Se pude deduzir isso, em algumas situações, a partir de sinais físicos e atos pessoais de seus frequentadores tais como os odores das substâncias consumidas, a condição facial, a prostração, risos frequentes, volume da voz etc., a constatação se deve também ao que pude perceber em interações verbais com e entre eles. E não me refiro apenas àquelas em que o fluxo interacional acabou por ser travado, como já exemplifiquei, mas também naquelas em que ele foi desinibido: quando a alteração da consciência dos presentes acabou ajudando a promover a interação, e não apenas nas interações comigo. Em 13 de setembro de 2018, encontrei Mol’s, pixador que eu já conhecia há algumas semanas, junto de um outro rapaz (Diário de Campo, p. 1). De início a conversa se manteve séria: o rapaz demonstrava preocupação em voltar cedo para sua casa, pois deveria chegar antes das 21 horas, e pouco dirigia a palavra a mim; a atenção de ambos estava voltada à movimentação policial pela rua, visto que tinham a intenção de acender seu cigarro de maconha. Tendo fumado, alguns momentos depois as preocupações deram lugar aos gracejos e risos: falando para mim sobre os negócios que faziam no dia-a-dia, um contava vantagem em relação ao outro, tentando desmoralizá-lo em tom de brincadeira. A conversa acabou por se encadear de tal forma, que o próprio rapaz propôs que atravessássemos a rua em direção a um bar, onde comprou um copo de caipirinha que dividiu conosco.

Outras interações verbais que testemunhei dão uma ideia mais aproximada de como essa alteração da consciência promovia, em alguns momentos, uma “deriva” das interações sociais estabelecidas no *point*⁴⁰. Aós ter ido buscar outro litro de cerveja no Bar do Gaúcho, na noite de 30 de agosto de 2018, e tendo fumado um pouco antes, James

⁴⁰ Sobre a “deriva de encontros para longe do ajuntamento” e a “ajuda” que agentes farmacológicos podem desempenhar nesse “movimento emocional”, cf. Goffman (2010, pp. 190-192).

começou a citar, para mim, suas canções preferidas de música brasileira, pondo-se a cantar aquelas que eu dizia não conhecer, e demonstrando desenvoltura e admirável afinação (Diário de Campo, p. 3). Em 20 de setembro de 2018, segurando seu “Corotinho”, um pixador dava sinais de embriaguez por sua prostração, volume de voz e condição facial. Caminhando pela rua a passos trôpegos, abordava os demais perguntando o que eles pixavam, para em seguida chamá-los de “bafo”, termo depreciativo usado para designar um pixador inábil ou inferior, de modo brincalhão mas algo desmedido; depois, sem maiores explicações, mostrava para essas pessoas uma tatuagem na região das costelas em que se via um símbolo (Diário de Campo, p. 2).

O posicionamento espacial dos frequentadores do *point* naquele trecho da Rua Dom José de Barros e sua relação com o movimento e o posicionamento da polícia é outro atributo de seu idioma corporal que em vários momentos foi tematizado nas interações verbais associadas ao consumo dessas substâncias. Em 30 de novembro de 2017, diante da aproximação policial o pixador Scorpions dizia preocupado a um outro que, por estar “com flagrante”, ia dar uma volta (Diário de Campo, p. 1). Esse interlocutor disse que também estava, tentando convencer o primeiro de que não havia perigo em permanecer ali, mas, quando os policiais começaram a abordar alguns frequentadores que estavam mais próximos de nós, ele também sugeriu que descêssemos a rua em direção à Avenida São João, tomando distância da polícia. Já em 9 de agosto de 2018 RGLS (Mlo), alegando vontade de fumar maconha, ante a permanência da viatura da Polícia Militar do outro lado da rua reclamou: “Por que não legaliza logo? Que saco, quero fumar!” (Diário de Campo, p. 2). Em face da concordância de todos os presentes no ajuntamento, propôs, que caminhássemos até outro ponto da Rua Dom José de Barros para acender o cigarro.

É importante salientar que o tema do posicionamento espacial em relação à polícia também foi verbalizado, em outros momentos, sem qualquer vinculação explícita ao consumo de psicoativos: “Cê tava do lado dos homi, aí!”, justificava com bom humor um rapaz a outro por não tê-lo cumprimentado antes, fazendo-o após os policiais terem deixado o local, na primeira noite de fevereiro de 2018 (Diário de Campo, p. 2). Em 18 de outubro daquele ano, quando uma viatura da Polícia Militar havia estacionado próximo à entrada do Cine Dom José, um rapaz ao meu lado fez sinal para outro: “Vem pra cá, ô!”, e quando seu conhecido se aproximou ele foi questionado em tom retórico: “Vai ficar lá perto dos verme?”, disse referindo-se aos policiais (Diário de Campo, p. 1).

O receio de sofrer a abordagem e revista policial, o “enquadro”, também foi verbalizado em situações semelhantes, especialmente em momentos de investida mais intensa por parte da Polícia Militar. Na noite de 18 de outubro de 2018, os policiais estacionaram duas viaturas nas proximidades da Galeria Olido, desceram dos carros e começaram a caminhar decididamente na direção dos ajuntamentos no *point* (Diário de Campo, p. 2). Ao perceber essa aproximação todos saímos andando, a passos apressados, na direção da Rua 24 de Maio. “Eu é que não vou ficar pra esse quadro, parça!”, disse Mol’s enquanto subíamos em bando a Dom José de Barros, ao que Vidas (Ca) concordou: “É lógico; também tô com flagrante aqui”. Em 24 de janeiro de 2019, uma *performance* policial também mobilizou os frequentadores. Foi quando três viaturas dobraram da Avenida São João fazendo grande estardalhaço, com os giroflex e sirenes ligadas, “cantando pneu” e, assim, forçando a multidão do *point* a abrir caminho rapidamente (Diário de Campo, p. 3). Mesmo com o centro da rua desocupado, as pessoas concentradas às suas margens, a *performance* prosseguiu com as viaturas “cantando pneu” e, na sequência, estacionando no cruzamento das ruas Dom José de Barros e 24 de Maio. Nesse momento, um dos pixadores com quem eu conversara há pouco comentou: “Acho que tá na hora de sair fora, hein”; na sequência, outro reforçou: “Lógico, fi! Cê vai ficar aí? Vai sobrar pro cê!”, ao que se seguiu um relativo esvaziamento do *point*⁴¹.

No entanto, a *performance* policial em relação ao *point* muitas vezes se resumia à passagem da viatura pelo meio da rua, abrindo caminho entre os frequentadores, o que os obrigava a dissimular o uso da maconha, apagando e ocultando seus cigarros. Quando se tinha certeza de que a abordagem não se consumaria, a passagem podia motivar gracejos: “Olha o Doriana!”, dizia um pixador quando da passagem de uma viatura, em 18 de janeiro de 2018 (p. 2). Mesmo assim, o receio do “enquadro” policial, que de fato acontecia com alguma frequência a pixadores no *point* (Diário de Campo, 30/11/2017, p. 1; 05/07/2018, p. 2; 01/11/2018, p. 1; 29/11/2018, p. 3; 10/01/2019, p. 2), era verbalizado com recorrência (Diário de Campo, 23/08/2018, p. 2; 30/08/2018, p. 1; 13/09/2018, p. 2; 20/09/2018, pp. 2-3; 27/09/2018, p. 1; 18/10/2018, p. 1; 25/10/2018, p. 3; 13/12/2018, p. 1; 20/12/2018, p. 2; 10/01/2018, p. 1; 17/01/2018, p. 3; 24/01/2019, p. 2).

⁴¹ Esse tipo de *performance* policial, com alvo principal nos ajuntamentos presentes no *point*, no entanto, não era habitual. Em geral, o foco dessas investidas era a Feira do Rolo, que, como já mencionado, desvanecia em um piscar de olhos ao menor sinal da chegada da polícia.

“Não quer ‘dar um dois’ antes, não? Só fica esperto que os verme tão subindo e descendo a rua direto...”, alertou-me um pixador ao me oferecer um trago enquanto lançava um olhar atento em direção à Avenida São João, no momento em que eu me despedia daqueles que estavam presentes na roda, em 8 de novembro de 2018 (Diário de Campo, p. 1). Esse receio diluído em relação à patrulha policial demandava uma regra de interação que poderia ser caracterizada como prontidão, isto é, um estado de alerta quanto à aproximação dos agentes policiais caracterizado por frequentes olhares lançados nas duas direções da rua (em direção à Avenida São João e à Rua 24 de Maio, respectivamente). Isso permitia que os frequentadores do *point* se alertassem mutuamente quando percebiam a aproximação policial (Diário de Campo, 20/09/2018, p. 1; 18/10/2018, p. 1; 20/12/2018, p. 2): “Fica de zóio aí, hein! Cês num tão olhando!”, reclamava Mol’s para todos da roda enquanto enrolava o cigarro, em 24 de janeiro de 2019 (Diário de Campo, p. 2). A mesma valorização moral da prontidão aparece no agradecimento de Scorpions, quando este me presenteou com uma seda, na noite de 30 de novembro de 2017, por tê-lo avisado da aproximação da polícia atrás de suas costas (Diário de Campo, p. 3).

Havia, ainda, durante o período em que estive em campo, outro fator que operava como regra sobre as interações verbais relativas ao posicionamento espacial desses frequentadores no *point*. O que me pareceu insólito, à primeira vista, logo percebi que se repetia (Diário de Campo, 26/10/2017, p. 1; 16/11/2017, p. 1; 18/01/2018, p. 3; 06/09/2018, p. 1). Do edifício que abriga a Galeria Boulevard, a partir de algum de seus andares mais altos, era comum que alguém anônimo atirasse um líquido que caía em meio às pessoas na rua. Aparentemente se tratava de água, em grande volume, lançada em sacolas plásticas ou mesmo a partir de baldes. Os frequentadores do *point* que eram atingidos ou se safavam por pouco invariavelmente expressavam em termos verbais sua indignação, mas o que chamou a minha atenção é que eles não se mostravam exatamente surpresos. Além de relatarem suas teorias a respeito da identidade do agressor e suas motivações, alguns pixadores me disseram se tratar de algo habitual, contando que já atiraram até “garrafas e pedras” ou urina (Diário de Campo, 26/10/2017, p. 1). Nas noites em que presenciei esse acontecimento, junto às expressões de indignação notei uma reorganização espacial dos frequentadores que se encontravam mais próximos fisicamente do prédio: eles se distanciavam dali ou se abrigavam sob a marquise, orientando-me a fazer o mesmo.

Se até aqui foi possível identificar alguns padrões nas interações sociais que direta ou indiretamente envolviam a partilha de determinados acessórios, relativos ao preenchimento das folhinhas e ao consumo dos psicoativos, resta agora analisar as interações envolvidas em outros tipos de partilha que se davam no *point*.

Partilha de informações e assuntos específicos

Algo que o *point* também viabilizava era a circulação de informações mediadas pela distribuição de folhetos e semelhantes (cf. Anexo C). Em 13 de setembro de 2018 (Diário de Campo, pp. 1-2), dois frequentadores diferentes distribuía convites. O primeiro convidava para a festa de aniversário de uma grife de pixadores, “Os que arregaça SP – 23 anos”, e o segundo anunciava o “Point Sapopemba” – que teria lugar, segundo as informações do folheto, no Largo do Grimaldi, situado à Avenida Sapopemba – trazendo no verso a fotocópia de uma folhinha com dezenas de pixos, o que motivou Mol’s e um outro pixador a procurarem, ali, marcas que conheciam. Em 28 de junho do mesmo ano também foi divulgado, por meio de um folheto, um *point* que teria lugar em um bar da Vila Mara, Zona Leste da cidade (Diário de Campo, p. 2).

A circulação desses convites para outros *points* e festas de pixadores já ocorria no *point* no início dos anos 2000, como observado por Pereira (2005, pp. 46, 48). Mas, além desse tipo de partilha, testemunhei ainda a distribuição de panfletos que não diziam respeito diretamente ao universo da pixação, como um que anunciava o “XI Encontro paulista de hip hop” e outro o “Prêmio Sabotage”, também voltado às produções artísticas da cultura *hip-hop* – o que remete à inserção do circuito dos pixadores em um “circuito” mais amplo da “cultura de rua”, como defendeu Pereira (2005, pp. 93-ss) com base na categoria de Magnani (2002, pp. 23-24). Enfim, pude presenciar o troca-troca de um folheto que trazia a programação teatral do mês, no município (Diário de Campo, 23/11/2017, p. 3; 20/09/2018, p. 1; 01/02/2018, p. 2).

Outro fator mobilizador de interações verbais e não verbais no *point* durante o meu período em campo foi a música, presente, de uma forma ou outra, em quase todos os encontros que testemunhei. Se no início dos anos 2000 ela foi associada às festas realizadas pelos pixadores em outros ambientes (PEREIRA, 2005, p. 59), durante o período em que compareci ao *point* a reprodução digital de músicas era muito frequente (Diário de Campo, 19/10/2017, p. 1; 07/12/2017, p. 1; 11/01/2018, pp. 1-2; 18/01/2018, p. 1; 05/07/2018, p. 2; 16/08/2018, p. 2; 30/08/2018, p. 1; 13/09/2018, pp. 1-2;

20/09/2018, p. 1; 27/09/2018, p. 3; 01/11/2018, p. 1; 22/11/2018, p. 1). Para isso eram usadas caixas de som portáteis levadas pelos próprios frequentadores, mas várias vezes estes também se beneficiavam da música que era reproduzida no equipamento usado na Batalha do *Point* nos momentos que precediam seu início, ou ainda em aparelhagens de som de vendedores ambulantes.

Em geral, a preferência, na seleção das músicas, era pelos estilos associados ao *hip-hop*, especialmente o *rap* nacional, destacando-se clássicos dos anos 1990 e 2000 como Racionais MC's ou Sabotage, que inspiravam os que estavam ao redor a gíngarem e cantarem seus versos em uníssono. Em outros momentos (30/08/2018, p. 2; 20/09/2018, p. 3; 04/10/2018, p. 2), ao som do *beatbox* feito por alguém da roda, alguns frequentadores improvisaram seus próprios versos. Às vezes, além da gínga descompromissada, cadenciada a essas batidas, que embalava vários corpos ali presentes, um ou outro também desenvolvia movimentos no estilo *break dance* (Diário de Campo, 19/10/2017, p. 2; 14/12/2017, p. 1; 11/01/2018, p. 1; 20/09/2018, p. 2; 27/09/2018, p.3).

Sem qualquer associação a acessórios específicos, há ainda certos temas exteriores ao universo da pixação que são verbalizados com alguma frequência nos diálogos tecidos durante o *point*. O cotidiano dessas pessoas constitui matéria de descrições, fonte de narrativas e comentários compartilhados sobre o trabalho, os “bicos” e “corres”⁴², além de problemas enfrentados durante o dia, fatos marcantes da semana etc. (Diário de Campo, 09/11/2017, p. 2; 16/11/2017, p. 1; 23/08/2018, pp. 1-2; 30/08/2018, p. 2; 06/09/2018, pp. 2-3; 27/09/2018, p. 2; 18/10/2018, p. 1; 25/10/2018, p. 2; 01/11/2018, p. 3; 08/11/2018, p. 2; 13/12/2018, pp. 2-3; 10/01/2019, p. 1; 17/01/2019, p. 2).

Ainda que com menor frequência, em um ambiente predominantemente masculino, as relações com as mulheres também eram tematizadas, muitas vezes com um viés marcadamente machista e geralmente pautando-se nas relações sexuais estabelecidas, buscadas ou almeçadas (Diário de Campo, 06/09/2018, p. 2; 18/10/2018, p. 1; 25/10/2018, p. 3; 08/11/2018, p. 1; 20/12/2018, p. 2; 10/01/2019, p. 2). Já temas relativos à política não eram recorrentes; foram verbalizados com alguma frequência

⁴² Trata-se de um termo ambíguo, usado para se referir de modo vago a atividades informais ou ilegais. Para um uso do termo diretamente associado ao mundo do crime, cf. Gabriel Feltran (2018, pp. 62-69).

apenas nas semanas que antecederam as eleições presidenciais de 2018 (Diário de Campo, 09/08/2018, p. 2; 06/09/2018, p. 3; 04/10/2018, p. 1; 25/10/2018, p. 3)⁴³.

Descritos etnograficamente os padrões de interação verbal e não verbal encontrados no *point*, busco agora sintetizar as regras ou padrões que lhes subjazem e evidenciam usos da rua do centro de São Paulo por parte dos protagonistas da prática juvenil aqui em foco. Como já assinalei antes, o comportamento corporal predominante é a permanência física mais ou menos breve como contraponto ao trânsito.

Quanto às interações não verbais, uma primeira regra é a de formação de ajuntamentos variados quanto ao número de integrantes, sendo que os frequentadores do *point* com frequência se movem de um ajuntamento a outro, os quais, por sua vez, se constituem, desfazem e reconstituem ao sabor das relações de troca ali estabelecidas, e dos vínculos prévios entre os frequentadores.

Outro padrão de interação não verbal é a manutenção da distância física de pelo menos alguns metros das viaturas e policiais militares que rondam as imediações e, volta e meia, ou cruzam a Rua Dom José de Barros ou ali permanecem, também por breves momentos⁴⁴. A depender de fatores como o comportamento da polícia, a motivação ou o receio dos frequentadores do *point*, essa distância física a ser resguardada tende a crescer exponencialmente.

Dois padrões de interação não verbal adicionais observados – o preenchimento de folhinhas e o consumo de psicoativos – apontam, pela forma coletiva com que são realizados, para outras duas regras, ainda: compartilhamento e a reciprocidade no uso de objetos pessoais. De fato, esses padrões se efetivam na troca das inscrições nas folhinhas e no compartilhamento de acessórios necessários ao seu preenchimento, e ainda no empréstimo de acessórios relacionados ao consumo de psicoativos e na partilha dessas mesmas substâncias. A existência dessas duas regras oferecem ou facilitam ao frequentador do *point* uma abertura à interação social pública com terceiros, que se dá a ver na constante reconstituição e reorganização dos ajuntamentos que ali se estabelecem.

⁴³ Nesse contexto, curiosa era a associação direta da imagem do atual presidente da República Jair Bolsonaro à polícia (Diário de Campo, 18/10/2018, p. 2; 25/10/2018, p. 1; 11/01/2019, p. 2). “Ó o Bolsonaro vindo aí!”, alertava o pixador Bob ao perceber a aproximação de policiais militares.

⁴⁴ Aqui parece haver um paralelo com algumas nuances de representações dos jornalistas analisadas no capítulo 2. Os textos também sugeriam um distanciamento físico entre protagonistas daquelas práticas e a polícia. Isso se expressou em reportagens que tematizavam os skatistas, retratados como “ameaçados” com a proximidade de policiais (MIRANDA, 2012, p. 21), e na representação acerca do comportamento físico de pixadores, que “correm” ao perceber essa aproximação (PAIVA, 2000a, p. 4).

Esses terceiros se resumem a frequentadores outros do *point*, não-pixadores com quem essas relações de troca e partilha são estabelecidas. A relação com a polícia, pautada na valorização de uma distância física corporal é diametralmente oposta, o que ainda sugere um distanciamento moral, verbalizado em formas depreciativas de se referir aos policiais.

Esse aparente antagonismo, somado ao costume do consumo dos psicoativos na rua e ao engajamento na prática e no universo da pixação, apontam para a possibilidade de existência daquilo que Goffman chama de “elemento de informalidade e solidariedade” passível de existir entre pessoas que se reconheçam como pertencentes a um mesmo grupo, principalmente se ele “sofre desvantagens ou é ritualmente profano” (GOFFMAN, 2010, p. 145); ou seja, se seus integrantes partilham das mesmas condições de vida ou são socialmente estigmatizados. Isto significa que, no caso dos pixadores no *point* aqui analisado, que essa possibilidade de um sentimento de solidariedade também estaria associada à marginalidade da prática da pixação e sua criminalização (LARRUSCAHIM; SCHWIZER, 2014, pp. 20-21).

Sem descartar a possibilidade da existência de outros elementos identitários que contribuam para essa solidariedade, em particular três das regras anteriormente mencionadas – a distância física dos pixadores em relação à polícia e o compartilhamento de objetos pessoais referentes a uma prática criminalizada (a pixação) e ao consumo de psicoativos na rua – constituiriam uma “base importante da acessibilidade mútua” (GOFFMAN, 2010, p. 145) no *point*. Isto assegura aos seus frequentadores um “contexto social estruturante” (GOFFMAN, 2010, p. 28), isto é, condições interacionais propícias, em que os pixadores estariam mutuamente abertos a iniciar e aceitar engajamentos interacionais com terceiros. Contribuem para isso o hábito de cumprimentar a todos os presentes nas proximidades do ajuntamento a que se chega, além do clima de “congraçamento” e os efeitos de desinibição dos psicoativos nesse contexto (FIORE, 2013, pp. 60-61).

Outras recorrências observadas em especial na componente verbal das interações no *point* indicam a existência de padrões quanto às temáticas que mobilizam essas interações e diálogos, destacando-se aquelas relacionadas ao universo da pixação – memórias, feitos, planos, técnicas e *points* –, ao consumo dos psicoativos e ao cotidiano dos frequentadores.

Com relação às práticas e ao universo da pixação, o *point* é o lugar em que, ao se encontrarem, os pixadores revisitam suas memórias pessoais ou coletivas, compartilhando-as verbalmente, e várias vezes se valendo, para isso, dos registros imagéticos acessados pelos celulares. Os encontros que se dão no *point* aparentam ser, para esses frequentadores, dignos de ser registrados e rememorados, como aponta o hábito de preenchimento das folhinhas, mas também, através de recursos do aparelho celular, o costume de tirar fotos coletivamente e o de fotografar as próprias folhinhas recém preenchidas. Trata-se portanto, tanto no caso da partilha de memórias quanto no dos registros por meio das folhinhas, de práticas já observadas por Pereira (2005, p. 68; 2010, pp. 155-156) no início dos anos 2000, e que agora, mais de uma década depois, apresentam novas inflexões, dado o uso disseminado de *smartphones*.

Por outro lado, se o aparelho celular está frequentemente implicado nas interações em que buscam rememorar fatos ou na constituição de seus registros, a comunicação virtual possibilitada pelas redes sociais não substituiu de todo a circulação de informações que ocorre através da distribuição de folhetos e convites, nas interações cara a cara no *point* – prática já noticiada por Pereira (2005, pp. 46-48) no início dos anos 2000.

Por fim, a música – principalmente o *rap* – tanto na reprodução em caixas de som quanto no *beatbox* e nos versos improvisados, estimula a expressão de alguns frequentadores através do idioma corporal por meio da dança, no estilo *break*. Isso se soma à alteração da consciência mediada pelo consumo coletivo de psicoativos e à valorização da reciprocidade nas interações ali estabelecidas contribuindo para um clima de celebração nos encontros. Esse quadro, no entanto, é constantemente eivado pelo ato pessoal do que chamei aqui de estado de prontidão em virtude da persistente ameaça representada pela ronda da Polícia Militar.

Tais regras de interação social vigentes no *Point* do Centro aqui delineadas se ancoram em representações que constituem “mediações” (FREHSE, 2013, p. 134) dos usos que esses frequentadores fazem da rua. As representações a respeito do lugar onde se dão os encontros do *Point* do Centro, encontradas a partir dos relatos de cinco de seus frequentadores, e sua correlação com atributos de seu perfil social constituem o tema do capítulo que segue.

CAPÍTULO 5

Usos da rua no *Point* do Centro II: Outras interações verbais

Se no capítulo anterior foi possível distinguir, dentre outras, a regra do compartilhamento, fundamentada na reciprocidade constatada nas interações sociais no âmbito do *point* do centro a partir de padrões de interações verbais e não verbais, há ainda outros tipos de regularidades expressas verbalmente por esses frequentadores. Refiro-me a regularidades encontradas no perfil social dos frequentadores do *point*, como idade, lugar de origem e de moradia, religião, ocupação, família etc., e que se esboçaram para mim com base nas entrevistas que fiz com cinco pixadores. Ademais, há padrões quanto às imagens que eles, mas também os frequentadores do *point* que pude acompanhar durante a observação participante, compartilham a respeito de espacialidades variadas ligadas ao *point*: o centro, a rua e o espaço público, além do próprio *point*, da Rua Dom José de Barros e da Feira do Rolo.

As regularidades que aqui apresento, de atributos que compõem o perfil social dos cinco entrevistados e das imagens de espaço deles e de outros frequentadores do *point*, foram acessadas principalmente por meio das transcrições originadas justamente a partir das entrevistas. Com efeito, apenas de modo secundário mobilizei dados oriundos da observação participante realizada no *point* da Dom José de Barros. Com o termo “imagens” quero me referir à definição cunhada por Lefebvre (1961, p. 288) e operacionalizada, em termos metodológicos, por Frehse (2013b, p. 144; 2017a, p. 521; 2018, p. 19). Lefebvre as assume como “‘formas’ específicas que assumem as representações, sendo obras individuais produzidas não racional, mas sensorialmente, a partir de “emoções individuais e grupais” passadas, e que são comunicadas “ao presente e ao futuro” (Lefebvre, 1961, p. 288; Frehse, 2013b, p. 144; 2017a, p. 521). Com base nas imagens compartilhadas por ao menos dois frequentadores, dentre entrevistados e observados “participativamente” em campo, busquei fazer inferências acerca de representações que medeiam seu imaginário, e assim constituem, a seu modo, “mediações” do uso que os indivíduos – no caso, os pixadores – fazem dos lugares públicos (FREHSE, 2013b, p. 134), atentando para possíveis congruências entre atributos de seus perfis e a relação destes com tais representações.

O perfil social de cinco pixadores frequentadores

Ainda que eu também tenha interagido, em frequência maior ou menor, com esses cinco interlocutores durante os encontros no *point*, restrinjo-me aqui aos dados por eles verbalizados durante suas respectivas entrevistas, em resposta às questões que fiz. Mesmo que reduzida, a amostragem indica regularidades de algumas características em suas trajetórias de vida que sugerem padrões do perfil social pelo menos de parte dos frequentadores do *point* dos pixadores da Rua Dom José de Barros.

Os três frequentadores que pré-classifiquei como assíduos são os pixadores Vidas (Ca), Mol's e Escadão (Ngs), e aqueles que considerei esporádicos são os pixadores Vamp e Trips. Vidas (Ca), 35 anos, é o único que nasceu fora do estado de São Paulo, na cidade do Rio de Janeiro. Mol's, 26 anos, é nascido em Jaboticabal, interior paulista, enquanto Escadão (Ngs), 36 anos, Vamp, 33, e Trips, 33, são naturais de São Paulo.

O grande desequilíbrio na composição de gênero dos frequentadores do *point*, apontado na descrição fornecida no capítulo anterior, se manifesta no conjunto dos entrevistados, todos do gênero masculino. A idade dos cinco interlocutores, quase todos na faixa dos 30 anos, corrobora a estimativa feita no mesmo capítulo a partir da observação participante: a maioria dos pixadores frequentadores do *point* aparentam entre 20 e os 40 anos de idade.

Se os locais de nascimento desses sujeitos não variam tanto, tendo três deles nascido na cidade de São Paulo, o mesmo não se pode dizer sobre seus locais de moradia, que remetem a perfis diversificados quanto à origem espacial. Quando o entrevistei, Vidas (Ca) vivia no centro, em uma ocupação próxima à Estação da Luz, mas declarou já ter morado em vários bairros e regiões da cidade de São Paulo⁴⁵; Mol's era o único a morar fora da Região Metropolitana de São Paulo, no município de Várzea Paulista⁴⁶; Escadão (Ngs), por sua vez, vivia no bairro do Jabaquara, na Zona Sul da capital⁴⁷; Vamp no município de Taboão da Serra⁴⁸; e Trips no bairro do Imirim, Zona Norte⁴⁹.

⁴⁵ Foi, também, o único a declarar já ter vivido em outras unidades da federação, além de várias localidades da cidade de São Paulo, como Cambuci, Baixada do Glicério, Carapicuíba, Itapevi, Jandira, Penha, Vila Matilde e Centro.

⁴⁶ Declarou também já ter vivido nas cidades de Jaboticabal, Jundiaí, Mairiporã, Arujá, além de bairros de diferentes regiões de São Paulo: Lauzane Paulista, Cachoeirinha e Vila Maria.

⁴⁷ Passou também por Diadema, Cidade Tiradentes e, em São Paulo, pelos bairros de Vila Mariana, São Mateus, e a região da Água Espraiada.

⁴⁸ Ademais, passou por Campinas e os bairros João XXIII e Jardim Monte Kemel, da capital.

⁴⁹ Teria vivido, antes, no distrito de Sapopemba.

Quanto a sua trajetória escolar, Vidas (Ca) declarou ter passado por uma escola pública e outra privada, na cidade de São Paulo, tendo completado o Ensino Médio. Trips e Escadão (Ngs) estudaram apenas em escolas públicas, tendo o primeiro concluído o Ensino Médio e o último, à época da entrevista, o cursava na modalidade de Educação para Jovens e Adultos. Mol's e Vamp estudaram em escolas públicas e ambos iniciaram cursos superiores em faculdades privadas, o primeiro de Comunicação Social e o segundo de Educação Física – porém ambos interromperam os estudos e não concluíram o curso.

Tais trajetórias escolares coincidem entre si no fato de o ensino básico ter acontecido principalmente na escola pública, sem que eles completassem ou mesmo atingissem o ensino superior.

Todos os entrevistados eram solteiros, exceto Trips, que não tinha filhos e vivia com a esposa. Vidas (Ca) já foi casado, era, à época da entrevista, pai de três filhos e vivia sozinho. Mol's não tinha filhos e vivia com a mãe, a irmã e duas sobrinhas. Escadão (Ngs) já foi casado, disse ter dois filhos e viver sozinho, mas no mesmo terreno que a mãe e a irmã. Vamp também já foi casado, declarou ter um filho e viver com a mãe.

Quanto à autodeclaração étnico-racial, a amostra dá a ver uma maioria não-branca: Mol's e Escadão (Ngs) declararam-se negros, Vamp e Trips pardos, e Vidas (Ca) foi o único que se declarou branco.

Questionados se se identificavam com alguma religião, Vidas (Ca) declarou que “era evangélico; levita do Senhor”. Mol's não se declarou religioso, mas mencionou a influência do catolicismo, da umbanda, e do candomblé em sua formação. Escadão (Ngs), por sua vez, não tinha religião, fazendo menção apenas a Jesus Cristo. Vamp se disse católico e Trips, umbandista.

Não é possível identificar, portanto, nenhuma tendência clara na religiosidade desses frequentadores do *point*. A exceção é o que poderia ser interpretado como um certo distanciamento, por parte de Vidas (Ca), Mol's e Escadão (Ngs), de religiões institucionalizadas.

As trajetórias profissionais dos cinco entrevistados também são bem diversas. Vidas (Ca) já foi auxiliar de jardinagem, jardineiro, já trabalhou em madeireira e com material de construção. Na época da entrevista, em seus termos, trabalhava com “marketing, divulgações. [...] É, o que aparecer eu tô divulgando”, e mais adiante especificou: “Trabalho mais é fazendo propaganda pra menina de boate, garotas, assim,

que faz programa...”. Quanto à localidade da ocupação que desempenhava, mencionou várias ruas da Sé e da Liberdade.

Mol’s relatou já ter sido empregado trabalhando com logística, auxiliar administrativo, estoquista e vendedor em loja, além de ter trabalhado como “chapa na pista, mano, carregano peso pa caraio, descarregando caminhão... Várias fita pa ganhar dinheiro”. Sobre sua ocupação na época da entrevista, a princípio foi reticente e afirmou que não faria “só uma coisa; eu faço várias coisas pra conseguir dinheiro”, e depois que “eu num sei definir [...]. Eu saio pra rua e ganho meu dinheiro”. Sobre a localidade em que desempenhava essa ocupação, respondeu, mais uma vez, de modo vago: “O melhor local pra desenvolver essa técnica de ganhar dinheiro é o centro de São Paulo”, mas depois mencionou que tem “um ponto fixo ali”. Ao falar sobre sua trajetória, contou algo de sua transição do trabalho formal para o informal: “Aí depois que eu trampei em Jundiaí e vi que meu baguio num era muito a indústria, eu já comecei a partir pro meu corre, memo”. Questionado sobre a ocupação que tinha quando começou a frequentar o centro de São Paulo, Mol’s aludiu à ocupação de camelô, respondendo que “vendia na rua, já; já vim direto pra rua, já. Eu comecei a tramar na rua lá em Jundiaí, memo”.

Escadão (Ngs) já foi *office-boy*, ajudante geral, trabalhou na cozinha, com manutenção e como entregador: “Eu amo trabalhar de entregador, mano! Toda hora anda na rua”. No entanto, declarou estar desempregado e esclareceu: “Sem carteira, né mano, mas aí, tipo... vivo de bico, só”. Esses trabalhos informais iam desde “entregar folheto”, na região de Pinheiros e na Zona Sul, à realização de entregas e atendimento em um mercado, também na Zona Sul.

Promotor e consultor de vendas são os principais empregos da trajetória profissional de Vamp. Declarou já ter passado por lojas de grandes empresas: quatro do ramo de telefonia e outras três de fabricantes de celular. Esses empregos foram exercidos em diversos shoppings da cidade: Morumbi, Center Norte, Villa Lobos, Butantã, Interlagos e Eldorado, exceto o último emprego pelo qual passou, em que fazia “venda externa”, isto é, na rua. No momento da entrevista, no entanto, declarou estar “sem tramar [...], fazendo autônomo”, o que explicou na sequência: “Comecei a vender uma água e olhar umas motos, que minha mãe [...] tem um bolsão [de estacionamento], em frente o Poupatempo de Taboão da Serra”.

Trips, à época da entrevista, trabalhava como supervisor de vendas em uma empresa localizada no centro de São Paulo. Teria começado a trabalhar em empresas do

ramo de planos de saúde, há mais de dez anos, como *office-boy*, exercendo a função em três delas, além de ter trabalhado como auxiliar de recursos humanos. Por cerca de três anos teve um “trabalho autônomo” de “venda de importados”, no qual atingia seus clientes através das redes sociais, “onde eu mostrava meus produtos, e fazia entrega na catraca do metrô”.

Por fim, a relação dos cinco frequentadores com a pixação começou há vários anos atrás, majoritariamente durante o início da adolescência. Vidas (Ca) se revelou o mais longevo, declarando ter começado a pixar ainda em sua cidade natal, em 1995, aos dez anos de idade, mas ressaltou: “Só que no Rio de Janeiro é outra forma de pixação, é xarpi”, referindo-se ao estilo carioca. Escadão (Ngs) e Vamp iniciaram suas atividades na pixação em 1997, ainda que o segundo apontasse um hiato entre 2004 e 2014. Já Trips começou em 2001, enquanto Mol’s se iniciou apenas em 2013. Todos declararam já ter tido problemas com a polícia e com a justiça por motivos variados, mas uma constante presente em cada uma dessas trajetórias foram os “enquadros” e abusos, por parte da polícia, e os processos judiciais sofridos por conta da prática da pixação.

Quando analisadas em conjunto, as cinco trajetórias profissionais revelam algumas regularidades. Além da descontinuidade, tendo os cinco entrevistados passado por diferentes ocupações ou empresas, todas as trajetórias, umas mais, outras menos, estão relacionadas a trabalhos informais, “bicos”, “autônomos”.

Diante desse quadro, um aspecto que chama a minha atenção é que as duas trajetórias profissionais que passam pela ocupação de *office-boy*, a de Escadão (Ngs) e a de Trips, coincidem com trajetórias na pixação que foram iniciadas há bastante tempo, no caso, duas décadas atrás, associação que é reforçada pelo relato de outros interlocutores. Em conversa informal no *point* (Diário de Campo, 13/12/2018, p. 3), um pixador anônimo que aparentava cerca de 35 anos e disse ter começado a frequentar os encontros em 1994, na Ladeira da Memória, também relatou ter exercido a ocupação de *office-boy*, dentre outras, ressaltando que por isso conhecia bem os caminhos e linhas de ônibus da cidade. O pixador Farsa (Diário de Campo, 22/11/2018, pp. 2-3), que também alegou frequentar a Ladeira no final dos anos 1990, rememorou que “naquela época a maioria dos pixador era *office-boy*”, arriscando a comparação com a atualidade: “Hoje a maioria é *motoboy*, né?”.

Outra correlação reveladora a respeito da frequência desses sujeitos ao *point* surge do cruzamento de minha tipologia desses frequentadores entre “assíduos” e “esporádicos” com um dos atributos de seu perfil social, as ocupações que os entrevistados declararam exercer na época em que foram entrevistados. É que os três frequentadores assíduos, Vidas (Ca), Mol’s e Escadão (Ngs), atuavam em ocupações marcadas pela informalidade e desempenhadas na rua – do centro, no caso dos dois primeiros –, respectivamente: distribuidor de panfletos e propaganda, camelô, e entregador e distribuidor de panfletos.

A faixa etária em que esses entrevistados se inserem dificulta classificá-los como “jovens”, ao contrário dos protagonistas das práticas juvenis analisadas pela bibliografia especializada, e revisada no primeiro capítulo desta dissertação. No entanto, os cinco são protagonistas de uma prática que naquela bibliografia é considerada uma prática juvenil, a pixação. Como os estudiosos em questão enfocaram mais as práticas que seus protagonistas, seus estudos limitaram-se a revelar apenas algumas características de seus perfis sociais, convergindo entre si ao salientar, afora a sua juventude, principalmente a origem social ou socioespacial e a ocupação.

Aí se anunciam semelhanças com os padrões do perfil social de cada um dos cinco entrevistados. Assim como os jovens das ciências sociais devotadas às práticas juvenis em São Paulo, os dados e trajetórias revelados por esses frequentadores do *point* permitem associá-los às “camadas populares” ou a uma origem social ligada às “periferias”. Por último, as características que aqui ressaltar, das trajetórias profissionais dos entrevistados, em parte os aproximam dos protagonistas de práticas juvenis segundo os estudiosos: se a informalidade não era uma característica evidente nas ocupações evocadas nas investigações das ciências sociais, era-o a pouca qualificação dos protagonistas das práticas juvenis e sua associação à região central da cidade, destacando-se em particular a figura do *office-boy*. Portanto, ao menos a parcela de frequentadores do *point* aqui representada por esses cinco interlocutores que entrevistei dista dos protagonistas enfocados pelos estudiosos no quesito etário, pois já não são etariamente jovens. Por outro lado, traços da posição social ocupada por esses frequentadores do *point* os aproximam daqueles protagonistas.

Representações sobre o point e outros lugares a ele relativos

Para compreender como esses frequentadores situaram, nas entrevistas, o *point* em termos representacionais – isto é, quais as representações mediavam seu imaginário sobre o lugar onde o próprio *point* estava situado e sobre o que ele seria efetivamente para eles –, escolhi problematizar o *point* a partir de cinco referências espaciais. Trata-se, em realidade, de cinco *lugares*, ou seja, “fragmentos de espaço” que são “socialmente significados” (FREHSE, 2009, p. 151).

Partindo de categorias espacialmente mais abrangentes, começo buscando regularidades entre as imagens que esses frequentadores teceram verbalmente durante as entrevistas sobre a localização central do *point* no mapa da cidade, para então questioná-los sobre a dimensão pública do espaço em que o mesmo *point* se situa. Então, passo à noção de rua, ainda abrangente, para na sequência analisar imagens mais específicas sobre a Rua Dom José de Barros e o próprio *point*.

Por fim, reproduzo as imagens que constroem sobre a Feira do Rolo, outra concentração que, tematizada pelos frequentadores em conversas informais no *point* (Diário de Campo, 25/10/2018, p. 4; 08/11/2018, p. 2; 06/12/2018, p. 2), costumava tomar forma nos comportamentos corporais cuja descrição vimos no capítulo anterior, no período em que estive em campo, no mesmo trecho da Dom José de Barros.

O centro de São Paulo

Os cinco entrevistados declaram ter começado a frequentar o centro paulistano há uma ou duas décadas atrás, quando bem jovens. Vidas (Ca) foi o único que associou o início dessa frequência ao trabalho: “Aí chegou a época que meu irmão vendia umas guia de agência de emprego no centro, [...] eu ficava com aquelas placa – ‘Compro celular’; ‘Compro celular’ [...] – na Barão de Itapetininga em frente o Teatro Municipal”. Escadão (Ngs) foi vago em sua resposta, ao dizer que suas primeiras idas ao centro “num era pra fazer nada; era muleque também, né mano”.

Os demais, no entanto, associaram o início de sua frequência à área central às idas a determinados espaços de consumo: as galerias. “Antes vinha só pra passear, memo. Cabulava aula, pegava o metrô, ia pra galeria, tá ligado, pra ficar vendo roupa, tênis, disco [...]. Era só pra zuar, memo”, relembra Mol’s. Vamp foi mais específico: “Já fui muito, quando eu era moleque, na Galeria do Rock; vivia lá, 3, 4 vez por semana. Saía da escola e ia. Andava muito de skate no Vale do Anhangabaú, [em] 98, 99 [...] e já ia na Galeria nessa mema época pra comprar as roupa de *skate*; tudo era lá”. Trips analisou que “relação

com o centro eu sempre tive, mas dum ponto de vista, assim, de consumo, de vim comprar alguma coisa na galeria, de vim dar uma volta”. Além do centro como “um lugar onde a gente transitava pra consumo”, outra motivação citada por Trips para frequentá-lo na época eram os “shows, [no] Vale do Anhangabaú, que já tem desde muito, muito tempo”.

Dessas imagens, construídas pelos entrevistados a partir de suas lembranças, as três últimas convergem. Afinal, indicam o centro como *lugar associado a espaços de consumo da juventude dos pixadores*.

A intensidade com que as trajetórias desses homens se relacionavam com o centro de São Paulo se expressa no afeto que a maioria deles manifestou pela região: “Ah, do centro eu acho tudo, cara. Eu gosto do centro, pô. Eu não saía do centro pra lugar nenhum, não [...], só se for lá pra praia”, contou Vidas (Ca), que morava nas proximidades da estação da Luz. Escadão (Ngs), quando descreveu o que seria o centro para ele, se empolgou: “É o que eu vejo e sinto e... participo também; demais, ainda! [Risos] Eu, hein! Amo o centro! Todo mundo ama o centro!”. Vamp declarou: “Gosto pra caramba do centro”, e o considerou o “coração [...] de São Paulo”. Por sua vez, foi a partir de suas memórias que Mol’s verbalizou o que sentia pelo centro: “Esse lugar aqui pra mim é um lugar que, tipo, eu sempre... quis estar, desde quando eu andava aqui com o meu pai”. Na sequência, o pixador não escondeu o entusiasmo pelo centro e pela cidade:

[Porque] só quem conhece São Paulo sabe a energia que o bagueio tem, tá ligado? Porque [o centro] é diferente de todo lugar, né. Aqui é o lugar que todas as quebrada se reúne [...] aí, é a sua energia da quebrada com a energia de outras quebrada: os quatro canto de São Paulo. E São Paulo é foda...

A imagem construída por Mol’s traz indícios de uma representação que também reverbera na fala dos outros frequentadores: o centro é *lugar onde pessoas de toda a cidade se encontram*. Para ele, o fato de no centro se reunirem “todas as quebradas” é o que lhe confere particularidade, pois se cada “quebrada tem uma cultura, um segmento, uma gíria [...]. No centro é todas as gíria, todas as cultura e, dessa união de tudo, sai uma outra coisa”. Enfim, para Mol’s, “centro é onde todas as pessoas se interligam”. A fala de Escadão (Ngs) lhe faz coro, ao afirmar que o centro é “onde todo mundo se encontra, né, se vê, a cidade inteira se reúne, se encontra pra passear”. Para Trips, o centro também “remete a esse encontro”, onde mesmo “trabalhando ou vindo só pra dar um rolê, assim,

você sempre vai encontrar muita gente de vários extremos da cidade que vem pra cá”; o resumo é: “um ponto de encontro da cidade”.

Para incentivá-los a tecer considerações sobre o centro paulistano, além de perguntar-lhes o que esse lugar seria para eles, eu também propus a cada um que falasse sobre aquilo que lhes agradava e lhes desagradava no centro. Uma das representações que emergiram foi a do centro como *lugar onde se pode encontrar opções de entretenimento*. Vidas (Ca), que vivia na região central, exaltou a quantidade de opções de consumo e entretenimento: “Vamo supor, quero comprar uma pizza, tem uma pizzaria aqui do lado. Eu quero me locomover pra ir pro cinema, tem o cinema aqui na Av. Ipiranga [...]. Tem tudo. Tem a Vila Country, tem as baladinha [...]. Tudo que precisar, tu tem”. Referindo-se a opções de entretenimento, Escadão (Ngs) foi assertivo: “Se você quer fazer rolê, vai pro centro”; na mesma direção foi a fala de Vamp, para quem ali “tem muita coisa boa pra fazer, lugares da hora pra ir [...]. Os rolês, né, velho? [...] Cê acha tudo que cê quiser pra fazer no centro”. A fala de Mol’s, ainda que vaga, ressaltou também a “variedade de coisas” que o centro tem: “Tem muita coisa aqui”.

Por outro lado, o centro como *lugar dotado de ambiguidades* é uma representação que se insinua nas imagens verbalizadas por dois dos frequentadores do *point*. Na visão de Escadão (Ngs), “se você quer fazer rolê vai pro centro, mas cuidado, hein? Tem que ter cuidado demais”, pois, além dos “noia que rouba os outro”, da possibilidade de sofrer algum “golpe”, o centro remeteria a um lugar “muito bagunçado, muita loucura, muita baderna... É, muita coisa ruim também, né mano”. O perigo de “ser roubado” também foi mencionado por Vamp, que recomendou cautela: “Cê pode tá lá e se divertir, como ao mesmo tempo, se não tiver cuidado, dependendo de onde cê passa... tem muitas parte do centro que é perigoso”. Por fim, sintetizou o sentimento dúbio: “O centro é onde tudo pode acontecer: [coisas] boas e ruins”.

O centro como *lugar que oferece perigo* também aparece na fala de Mol’s, que, entre seus aspectos negativos, inseriu “a violência, os noia, tá ligado? Os polícia, os atrasa-lado”. Outro indício dessa representação se encontra na imagem verbalizada por Trips, que considerou que o centro “não é tão... um lugar que as pessoas se sentem tão seguras. E, na verdade, não é mesmo, dependendo da situação, do horário [...]. É um lugar um pouco hostil”.

Há, ainda, uma representação suscitada apenas pela fala de frequentadores assíduos do *point*, que, não por acaso, se ocupam de trabalhos informais no centro. É o

centro como *lugar que oferece oportunidades econômicas*. Nas palavras de Vidas (Ca), “aquí gera dinheiro, né? É o único lugar que gera dinheiro”, reconhecendo, porém, “que a gente num tem, mas eles tem”. Para Mol’s, o “melhor local pra desenvolver essa técnica de ganhar dinheiro é o centro de São Paulo”, pois “é onde que roda o dinheiro, né, onde todo mundo compra, todo mundo gasta, todo mundo consome”.

Por fim, nas palavras dos dois frequentadores que foram *office-boys* quando mais jovens se revela o centro como um *lugar propício para encontros*. Escadão (Ngs) declarou: “É legal, eu gosto desse bagueio de centro, porque eu vejo todo mundo”. E justificou: “Porque onde eu moro, no Jabaquara, eu num participo muito lá com o pessoal, né”. Questionado sobre aquilo que o agrada no centro, Trips, por sua vez o associou diretamente à existência de lugares que possibilitam encontros: “Gosto dessa questão de, desses pontos, assim, de encontro [...], onde você vai, vai encontrar um monte de gente mesmo sem você ter combinado”.

Se as representações em torno do centro trazem cargas valorativas diversas – ora aludindo aos encontros e ao entretenimento, ora aos perigos e ambiguidades – o mesmo não se verifica naquelas evocadas pelas falas desses frequentadores a respeito do espaço público, marcadas por sua idealização.

O espaço público

Quando inquiridos a respeito da noção de “espaço público”, a representação de um *lugar que todos podem acessar e usufruir* subjaz nas imagens verbais que Escadão (Ngs), Vidas (Ca), Trips e Mol’s construíram. Para Escadão (Ngs), trata-se de “onde todo mundo pode colar à vontade”, referindo-se ao acesso físico. Vidas (Ca) referiu-se ao mesmo aspecto quando respondeu: “Eu acho assim: espaço *público*”, destacando, na entonação da voz e no ritmo da fala, a última palavra, para em seguida contrapor: “Tem o espaço público que tu não pode entrar”, que, no entanto, “já não é mais público; tendeu?”. Trips foi na mesma direção quando declarou que entendia espaço público como um “lugar onde eu posso transitar, de forma gratuita, sem ter que pagar pra entrar” e ao qual “todo mundo deveria ter acesso”. No último verbo, a opção de Trips por conjugá-lo no futuro do pretérito vai no mesmo sentido da postura de Vidas (Ca), dizendo o que “é” e o que “já não é mais”, o que sugere imagens idealizadoras a respeito do espaço público. Isso não impede, no seu entender, que existam “muitas coisas públicas” nas quais “a gente paga pra entrar”, o que “foge um pouco dessa ideia de ser um espaço público”.

Já Mol's trouxe a imagem do espaço público como “o espaço que todas as pessoas podem usufruir”, para depois arrematar: “o público... já fala tudo: pra todos, pra tudo”.

Dois dos frequentadores do *point* entrevistados também teceram considerações a respeito dos usos do espaço público. Para Escadão (Ngs), o espaço público seria onde “todo mundo” poderia “se divertir, tirar um lazer, conseguir alguma cultura” e, enfim, “ficar à vontade” em um momento de “reunião das pessoas” que estariam “compartilhando” a “localidade do espaço público”. Já na visão de Vamp, o espaço público seria “áreas da cidade” destinadas “a nós, pedestres, [...] pra poder ficar, ter uma diversão, lazer... ou uma cultura”, associando-o, em seguida, a equipamentos como “uma biblioteca, uma escola... um hospital: tudo é espaço público”. Afirmou que nesse tipo de espaço deveria ser possível “aprender”, “ter uma diversão”, “ter um lugar pra levar seus filhos”. O caráter idealista reaparece na ideia de que “é um direito nosso, né, de ter o espaço público, também”.

As imagens que ambos os entrevistados construíram apontam para a representação do espaço público como *lugar onde se pode permanecer*, o que estaria associado, ainda que vagamente, à *fruição de momentos de lazer, diversão e de acesso à cultura*. Somada à primeira representação do espaço público aqui evidenciada, enquanto *lugar que todos podem acessar e usufruir*, tem-se um par de representações eminentemente idealistas, das quais, como veremos a seguir, as representações sobre a “rua” se distanciarão.

A rua

Quando questionados sobre o que era a rua e sua relação com o espaço público, as falas dos entrevistados trouxeram indícios de sua representação enquanto um *lugar ao qual suas trajetórias pessoais estão ligadas*. Isso apareceu na imagem verbalizada por Vamp, que associou a rua ao lugar “onde cê vive, né, cara?”; onde, “quando cê era pequeno, cê vai jogando bola, cê vai crescendo, começa a andar de bike pras outras rua, outros bairro, vai jogar bola”. Mol's foi categórico ao afirmar: “Meu fundamento é rua, tá ligado. Sempre fiquei muito na rua”. Já Trips remontou “[a]o começo disso tudo”, de sua “relação com a rua”, a quando “tava lá no Sapopemba”, distrito onde cresceu.

Outra representação que emerge das imagens trazidas pelos frequentadores entrevistados é a da rua como *lugar que oferece aprendizados*: “Na rua tu conhece tudo, adquire cul-tudo”, sintetiza Vidas (Ca). Mol's a comparou a “uma escola”, relatando que “tudo que eu sei, eu aprendi na rua, maioria das coisa”, e que “tudo que eu busco aprender,

também busco na rua”. Trips atribuiu à rua “grande parte” de sua “formação”, “um lugar onde eu aprendi muito mais coisa do que dentro de instituição de ensino”; ao menos na “parte de arte, de rua, grafite”. Para Vamp, a rua é onde o indivíduo “vai se malandando”, isto é, “aprendendo a malícia, as coisas”, e, se ele “aprende demais, fica muito malandro”.

Essa última imagem deixa entrever, no entanto, que esses aprendizados asseguram para a rua *a marca de ambiguidade moral*. Pois a rua ensinaria, ainda segundo Vamp, através de “pessoas que você vai convivendo” e, “dependendo da cabeça que a pessoa tem, ou você tem, cê vai pegando aquele costume: outros bons, outros não”. Para Mol’s, a rua é onde “você vê muita coisa acontecendo” servindo de “exemplo”. A partir disso, “muitas coisas cê vai fazer, muitas coisas cê também num vai fazer”, pois a rua ofereceria diferentes aprendizados: “desde a malandragem, desde a seriedade, até baguio errado. Tudo..., a rua te oferece tudo”. Mol’s ressaltou o caráter ambíguo da imagem ao avisar que, oferecendo experiências de diferentes valores morais, a própria rua “num fala ‘Cuidado!’, não. Tá aí, ó, só vai, procê ver o que vai acontecer [...]. Se vai ser bom ou se vai ser ruim”. Essa mesma necessidade de discernimento parece inspirar a fala de Escadão (Ngs), quando este afirmou: “Tem que saber viver na rua. Isso que é a rua: saber viver nela, sobreviver nela”.

Por fim, duas representações emergem de imagens verbalizadas por frequentadores assíduos do *point*, mais uma vez aqueles que, durante o meu trabalho de campo, trabalhavam informalmente nas ruas. Uma delas é a da rua como *lugar onde se consegue a própria sobrevivência*. Mol’s entendia a rua como “um modo de vida, um modo de sobrevivência”, enquanto Vidas (Ca), associando-a à “sobrevivência de tudo”, contou que “na rua tu começa a sobreviver através do teu sacrifício do dia-a-dia” e que ali, “trabalhando, tu tá sobrevivendo através do teu esforço”. Uma outra representação evidencia a rua como *lugar em que as relações podem ser permeadas por conflitos*, segundo a imagem construída por Vidas (Ca), quando disse que ali “tu conhece gente ruim, gente boa. Gente que quer te esfaquear pelas costas, gente que quer falar mal de tu”, e também na imagem verbalizada por Escadão (Ngs), que alertou que na rua “não é qualquer um que aceita o que você é ou as suas palavra”.

O conjunto de representações revelados pelas imagens construídas por esses frequentadores do *point* a respeito da rua é, portanto, carregado de ambiguidades. Quando

o assunto é uma rua específica, aquela que abriga os encontros do *Point* do Centro, revelam-se representações bem diferentes.

A Rua Dom José de Barros

Duas imagens da Rua Dom José de Barros sobressaíram nas entrevistas dos dois pixadores que, trabalhando nas ruas do centro, frequentam assiduamente o local. Vidas (Ca) descreve o logradouro dizendo que “lá é um bagulho *underground*, é onde que acontece tudo: é grafite, é arte do *break*, tudo... e é tudo relativo”, referindo-se aos elementos componentes do *hip-hop*. Nesse sentido, para ele, “[a] pixação não deixa de ser uma arte” e a Dom José de Barros seria “o lugar de tudo isso. Onde que [se] cultivou tudo isso”.

Mol’s, por sua vez, não escondeu sua admiração pela Dom José de Barros, que considera a “rua mais *style* que tem no centro”, valendo-se do mesmo estrangeirismo que seu par: “[a] rua mais *underground*, pra mim, é lá”. Curiosamente, trata-se do mesmo adjetivo usado por um pixador anônimo durante conversa informal no *point* (Diário de Campo, 05/07/2018, p. 2), ao declarar que “essa [Dom José de Barros] é a rua mais *underground* de São Paulo e de toda América do Sul”.

Contudo, Mol’s também associou o logradouro à história do *hip-hop* na cidade: “Também foi ali que nasceu o hip-hop, tá ligado? Em São Paulo, o rap nacional, nasceu ali; na São Bento, na Dom José de Barros..., o Racionais, Nelson Triunfo, esses cara tudo colava ali, né, mano”. E, por fim, assim como Vidas (Ca), Mol’s relacionou essa cultura ao próprio encontro de pixadores: “Então a cultura de rua tá ali naquele meio, tá ligado? Então ali que fica, né, o *point*”.

Os elementos em comum nas imagens verbalizadas por Mol’s e Vidas (Ca) revelam, portanto, a representação da Rua Dom José de Barros como um *lugar peculiar por sua relação com a história da cultura hip-hop em São Paulo*.

Mas esses mesmos frequentadores assíduos do *point* ainda revelaram outras imagens sobre a Rua Dom José de Barros. Mol’s a chamou de “rua da maconha”, em sua exaltação, anteriormente mencionada, ao seu “*style*” e “*underground*”. Quando perguntado sobre o motivo de caracterizá-la como “rua da maconha”, o entrevistado atribuiu isso ao fato de que “o lugar é *legalize*, tá ligado? Sempre tem o pessoal ali da Galeria do Reggae [...]. da Galeria do Rock [...], e, como tem bastante comércio ali na redondeza, então o pessoalzinho já sai das loja e já se tromba ali, lá nos barzinho”. Em

dado momento de sua entrevista, Vidas (Ca) também se referiu ao logradouro como “rua da maconha”, apontando-a como um “ponto turístico da maconha” ao lado de outros, também localizados no centro, como a Praça Roosevelt, o Vale do Anhangabaú e a “praça dos advogados” situada “na Av. São Luis com a Consolação”, referindo-se à Praça Dom José Gaspar.

Tais imagens convergem como formas que assume a representação da Rua Dom José de Barros como *lugar associado ao consumo de psicoativos como a maconha*. Como veremos a seguir, tal representação coincide, ao aludir a esse consumo, a uma outra que emerge quando o assunto é o próprio *point* da Dom José de Barros.

O point

Todos os entrevistados declararam frequentar o *point* da Dom José de Barros há pelo menos alguns anos. Vidas (Ca) e Mol’s foram os que começaram a frequentá-lo mais recentemente. Mol’s lembrou que há “uns três, quatro ano atrás que eu tô frequentando direto”, o que coincide com “quando eu comecei a fazer o corre aqui do centro”. Vidas (Ca), por sua vez, deu a entender que começou a frequentá-lo há “4 anos, 5 anos”, época em que já trabalhava “nas divulgações” pelas ruas do centro. A frequência de Escadão (Ngs) “já vinha da Vergueiro, já”; isto é, desde antes de 2005. Foi então que trabalhava como ajudante geral e *office-boy*, mesma ocupação de Trips à época em que também começou a frequentar os encontros da Vergueiro, “por volta de 2003”. Dentre os entrevistados, Vamp foi aquele que teria começado a frequentar o *point* do centro mais tempo antes, quando ainda era estudante, em 1998, quando os encontros aconteciam na Ladeira da Memória.

Questionados a respeito do que seria o *point* da Dom José de Barros para eles, as imagens verbalizadas por cada um dos pixadores frequentadores apontaram para a existência da representação desse *point* como *lugar do encontro principal de todos os pixadores*. Se Trips foi sintético ao defini-lo como “um ponto de encontro”, a fala de Vidas (Ca), a princípio, esboçou o *point* da Dom José como lugar “onde que a gente se encontra com a galera”, mas, em outro momento de sua fala, evidenciou a centralidade do mesmo *point* para a pixação, considerando “o fluxo de geral, o encontro de todo mundo, tudo os pixador”. A imagem verbalizada por Mol’s foi semelhante, ao considerar o *point* da Dom José de Barros como o “local” em que “todo mundo, tudo os pixador, se reúne”, onde “a gente se concentra”. Escadão (Ngs) também ressaltou a centralidade

desse mesmo *point* para a pixação quando o descreveu como “o centro de pixador”, referindo-se, em seguida, à abrangência de seus encontros: “Aí todo mundo se encontra lá”. A fala de Vamp, após reafirmá-lo como “onde a galera que pixa, né, se encontra, se reúne”, também ressaltou aspectos da centralidade do *point* da Dom José de Barros e da abrangência dos encontros ali quando se refere especificamente ao *Point* do Centro: “o do centro é o central, né: é onde todo mundo vai [...] pelo menos uma vez, todo pixador já foi no *point* do centro, que ali [...] é realmente o centro, o *point* principal”.

Já quando Vamp tematizou os *points* de pixadores em geral, sua fala deixou entrever um outro aspecto: “De quarta-feira, quinta-feira: em todos os lugares de São Paulo, Grande São Paulo, tem *point*, né?”. O pixador ressaltou a dimensão temporal dos *points*, ao referenciá-lo a determinados dias da semana; isso além da dimensão espacial, que sobressai na fala dos outros entrevistados. Vale, entretanto, ressaltar que os demais interlocutores também verbalizaram imagens do *point* que designavam não apenas um lugar, mas também um momento ou a própria reunião. Na imagem produzida por Mol’s, o *point* “acontece aí há mó cota, desde os anos 80, 90, aí, os cara tá se reunindo”, consistindo no “único dia e os local que a gente tem pra se envolver nessa cultura [a pixação]”. Vidas (Ca) também ressaltou essa dimensão temporal quando afirmou que “todo dia de manhã, independente que não é *point*, eu tô lá”, referindo-se ao trecho da Rua Dom José de Barros onde o *point* acontece. A imagem verbalizada por Escadão (Ngs), nesse sentido, foi emblemática: “Enquanto nós tá lá presente, nós ta... Nós é o *point*, carai!”. Trips também se referiu à própria reunião quando relatou um episódio em que a “polícia tava reprimindo o *point*”; ademais, fez referência à dimensão temporal do lugar ao comentar, a respeito da frequência das reuniões, sua impressão de que “hoje em dia tá meio que se tornando um *point* diário”.

Essas imagens fornecem indícios, junto às anteriores, do *point* como um determinado espaço socialmente significado também a partir de referências temporais. Dá-se assim a ver sua representação como *lugar momentâneo* – ou seja, simultaneamente o espaço e o tempo – *do encontro principal de todos os pixadores*.

Outras imagens, verbalizadas pelos três frequentadores de mais longa data do *point*, dão a ver a representação do *point* como *lugar momentâneo que proporciona reencontros entre velhos conhecidos*. Segundo Escadão (Ngs), em determinado momento “tu chega no *point*, pá; aê, cumprimenta, ixi, aí já vê uma pá de gente que faz tempo que não via”. A fala de Trips revela o mesmo, ao defini-lo como “onde você vai encontrar

aquelas pessoas que você num vê faz muito tempo”, o que constituiria “sempre uma certeza” e aconteceria “mesmo sem combinar”. Vamp também verbalizou a imagem do *point* como “a reunião” de pixadores onde se pode “trocar ideia com os amigo antigo, com quem faz tempo, porque ali cê encontra muita gente”.

Outras imagens revelam o *point* como um *lugar momentâneo que permite o reconhecimento entre pares da pixação*. Para Vidas (Ca), no *point* o pixador “vê o pessoal da antiga, relembra o pessoal que já faleceu, conversa, aí, de tudo”. Já Vamp relata sua satisfação em “ver, conhecer” o “dono do pixo”, isto é, os autores de pixações que diz ver “há anos” pela cidade “mas eu num sei quem faz”. É no *point*, segundo ele, que “cê acaba conhecendo [esses pixadores] e acaba sendo satisfatório”.

Quando eu os questionei sobre o que se faz ou o que acontece no *point*, sobressaíram evidências verbais da representação do *point* como *lugar em que se tematiza a pixação nas interações verbais e*, por meio das folhinhas, também *naquelas não verbais*. Para Vidas (Ca), no *point* se “troca as ideia de baguio de pixação” e se encontra “as folhinha pra nós assinar”, o que ele também chamou de “agendamento do pessoal, do dia a dia da pixação”. As reuniões seriam, segundo Mol’s, “pra marcar as ação, pra trocar ideia, pôr o resumo das fita em dia, tá ligado”, destacando a importância dessas interações: “pra num deixar o movimento morrer, né mano”. Escadão (Ngs) foi, mais uma vez, sintético: “Várias ideia; primordial é folhinha”, mas explicou na sequência que as interações abarcariam o preenchimento da “folhinha, marcar rolê de pixo, comentar dos pixo que fez no dia, ou na semana, o que acontece no mundo da pixação; no geral. Cada um conta sua história; [mas] sem inventar história, né?”. Vamp, além de mencionar seu gosto por fazer “folhinhas” e conhecer os “donos” dos pixos, ressaltou o referido acessório junto a outros: “Galera faz folhinha, assina folhinha, toma uma breja, fuma um baseado também”.

A imagem verbalizada por Vamp, evidenciando outros tipos de interação no *point*, encontra eco significativo nas respostas dos demais interlocutores a outra indagação minha, no âmbito das entrevistas. Quando questionados sobre a primeira coisa que costumavam fazer logo que chegavam ao *point*, todos os entrevistados convergiram. “Pegar um drink e fumar um baseado”, declarou Vidas (Ca), detalhando na sequência: “pra começar, pega um drink lá, pega um veneninho lá, que é 3 real [...]. E já é; é gostoso!”. Mol’s relatou uma preferência distinta, mas apenas quanto à bebida: “Ah, costume já, a primeira coisa, já bolar um *beck* e pedir uma breja. É! É a primeira coisa

que eu faço”, enquanto Escadão (Ngs) disse começar por “fumar um baseado”. Já Trips revelou que, assim que chegava ao *point*, “normalmente” procurava “tomar a primeira cerveja”. Vamp declarou que sua primeira ação seria “dar um ‘Salve!’ em algum amigo” com quem haveria combinado de “se trombar”, mas também revelou o costume garantir sua bebida antes mesmo de chegar ao local: “Desço na República, já compro duas latinha no Carrefour lá de trás, e já sigo pro *point*”. Juntas, essas imagens sugerem a existência de uma representação do *point* como *lugar associado ao consumo de psicoativos*.

Paralelamente, três entrevistados também ressaltaram, como parte das primeiras ações quando chegavam ao *point*, o início das interações com os demais frequentadores através dos cumprimentos. “[D]epois já cumprimento toda a galera, dou um ‘Salve!’ nos conhecido, colo com os mais chegado, assino as folhinha, que é de lei”, relatou Mol’s. Escadão (Ngs) disse que “conversa com a galera, meus amigo” e que então “vem uma pá de gente que não via faz tempo”, associando esses encontros a outras interações: “Aí já bola um baseado [...], já chega as mina; aí todo mundo loco, ‘Vamo pixar, hoje!’ Eita, porra!”, empolgava-se. Vamp dizia que, se não encontrasse algum amigo com quem havia combinado de se encontrar, “rápido cê acha algum conhecido né, de olhar já... Galera tá lá, né, [a] grande maioria”.

Além do *point* do centro, os cinco entrevistados declararam já terem frequentado outros *points* ao longo de sua trajetória. Na época das entrevistas, à exceção de Trips, todos disseram também frequentar o *point* de Pinheiros, que acontecia, como já indiquei anteriormente, no Largo da Batata nas noites de quarta-feira. Vidas (Ca) também frequentava um *point* em Cidade Dutra e Mol’s mencionou um em Guaianases. O que disseram frequentar mais, contudo, seria o *point* do centro, exceto Vamp. Este ressaltou que, na época em que “tinha que passar pelo centro, de metrô, voltando do trampo, muitas vezes eu descia lá”, mas que agora a distância “tá fazendo bastante diferença”, e que, tendo voltado para Taboão da Serra, estaria frequentando mais o *point* de Pinheiros, mais próximo de seu atual local de moradia que o do centro. Trips, o outro frequentador aqui tipificado como esporádico, também ressaltou “a questão da distância” como fator determinante para frequentar o *point* do centro, o que faria “muito por causa da facilidade também, né, de você já tá por aqui”, referindo-se ao fato de trabalhar no centro e considerando “inviável” o comparecimento a “outros *point* que tão rolando”.

Quando instigados a comparar o *Point* do Centro a esses outros *points* existentes pela cidade, novas imagens foram evocadas. Na comparação com os *points* que

acontecem em localidades periféricas, em que se reuniriam principalmente os pixadores oriundos da respectiva região, sobressai a representação do *Point* do Centro como *lugar em que se reúnem pixadores em maior número e oriundos de diferentes regiões e localidades*. Para Vidas (Ca), “a diferença é o pessoal, né?”: se no *point* regional “tem o pessoal da rotina da comunidade, que só fica lá, num vai pra lugar nenhum”, o do centro “tem muito pixador, de vários lugar”, diferença que o entrevistado atribui ao “fluxo de ônibus”. No mesmo sentido, Mol’s afirmou que no *Point* do Centro “cola muito mais pixador”, o que atribuiu ao fato de que “o Ibope tá aqui”, enquanto “[n]os *point* mais de quebrada já é mais o pessoal daquela quebrada, daquela localização”, já que esse tipo de *point* seria formado por “uma reunião das grife daquela quebrada”. É o que o levou a concluir que “é tipo uma coisa mais reservada”. Já no *Point* do Centro, além da quantidade, Mol’s apontou a diversidade regional de pixadores, dizendo que “aqui o *point* é pra todos, tá ligado?”. Trips, por fim, explicou que “[t]odo *point* que tá localizado na periferia, num lugar mais extremo, ele vai juntar pessoas daquele extremo”, esclarecendo seu argumento por meio de um exemplo: “Esporadicamente vai aparecer um cara lá da Zona Oeste que veio conhecer, que veio visitar, veio um dia. Mas ninguém [de outra região] vai conseguir ir direto”. O entrevistado encerra sua explicação da comparação com base no quesito da diversidade regional dos pixadores: “*Point* de quebrada, ele é um lugar onde cola o pessoal da quebrada; o *point* central é onde se junta tudo”.

Já quando o termo de comparação é o *point* de Pinheiros, ou seja, um *point* que tem lugar não em um bairro periférico, mas em um bairro intermediário entre o centro e a periferia da metrópole, os comentários se pautaram principalmente na diferença de público que frequentaria cada um dos locais, para além dos pixadores em si. Para Vidas (Ca), no *Point* do Centro quem “tem mais acesso é o pessoal da pixação”, constituindo o lugar “o fluxo de geral, o encontro de todo mundo, tudo os pixador”. Por outro lado, “o único *point* que tem mulher pra caramba [...], apesar que elas gosta mais de fazer *tag*, esses bagulho assim, é o *point* de Pinheiros”. Em conversa informal no *point* da Dom José de Barros, na noite de 10 de janeiro de 2019, um frequentador também fez alusão à presença de praticantes da *tag*, modalidade específica de intervenção gráfica urbana, ao dizer que no *point* de Pinheiros “tem os tegueiro e pixador junto”, mas que, em comparação, no *Point* do Centro “é mais pixador, mesmo”. Escadão (Ngs) também construiu uma imagem contrastante entre ambos os *points*, principalmente quanto aos públicos que associou a cada lugar: “No centro é muita loucura, muito doido, é feira do

rolo, é muita polícia”, enquanto o *point* de Pinheiros “é mó *roots*; ô *point* de paz! Tem muita gata! E *rap* nacional, o *freestyle*, o Largo da Batalha”. Já Mol’s, ao classificar o bairro de Pinheiros “como se fosse um centro [...], que lá também é grande”, refere-se a outras características do público: “a galera que cola lá é bem diferenciada”. Seria “um público mais jovem, e tem muito mais público, né. Num é só os barzinho [...] então, tipo, cola uma galera”. Por outro lado, sobre o *Point* do Centro, Mol’s revelou: “Eu me identifico mais. É... mais maloqueiro, né, mano? Mais maloqueiragem, memo. E é o centro que todo mundo gosta de pixar, né mano; o Ibope tá no centro, reconhecimento tá no centro”. Nas comparações, a associação do *Point* do Centro à pixação também aparece na fala de Vamp, para quem “lá é mais focado na pixação memo, né? [...] Assim, é só pixador”. Enquanto o *point* de Pinheiros, para ele, “às vezes pode parecer que tá muito cheio mas é a galera do..., né? Também ajuda, que vem mó galerinha, da batalha de *rap*, aí”. E o entrevistado no *point* de Pinheiros seguiu falando da diversidade do público: “Aqui tem galera de vários tipo, que tá na batalha, e da pixação, da breja tem os barzinho ali; mas ali no centro, não, é a galera mais pixador memo, um ou outro que é do grafite, mas quem tá ali é porque já pixou ou pixa, tendeu?”.

Se nas comparações as características ressaltadas para cada *point* não são equivalentes, parece gozar de certo consenso a representação do *Point* do Centro como *lugar em que se reúnem principalmente pixadores*, em oposição ao *Point* de Pinheiros, associado à presença, seja entre seus frequentadores, seja em suas imediações, de um público mais diverso, não necessariamente pixador, e com maior diversidade de gênero.

Apesar de as representações aqui reveladas sobre o *Point* do Centro o vincularem diretamente à pixação e aos pixadores, no lugar e no momento designados por tal termo também testemunhei, conforme descrevi no terceiro capítulo, uma concentração de ajuntamentos que não aparentavam qualquer relação direta com a pixação ou com o *point* conforme aqui representado por esses frequentadores.

A Feira do Rolo

Como a chamada Feira do Rolo foi tematizada algumas vezes durante os diálogos no *point*, instiguei os frequentadores a quem pude entrevistar a exporem suas impressões a respeito. De início, é importante ressaltar a representação da feira como *evento ambulante*, que se insinua nas imagens verbalizadas por dois dos entrevistados. Mol’s, que relatou já ter feito negócios na feira, foi taxativo ao dizer que “a Feira do Rolo é, tipo,

ambulante, né, mano? Uma hora tá aqui embaixo, na São João, outra hora tá ali no Largo do Paissandu, uma hora tá na Dom José, uma hora tá na travessa. É ambulante – né? – a Feira do Rolo”. O discurso de Trips foi na mesma direção ao falar sobre as mudanças de localização da feira: “Provavelmente ela desceu de novo. Porque ela sempre existiu, só que ela meio que vai mudando de acordo com a repressão. Ela ficou muito tempo no Largo do Paissandu; [depois] ela desceu quase lá perto do Correio, uma época”.

A representação de um *evento comercial em cujas transações se corre o risco de ser enganado* foi evocada na fala de dois entrevistados. Escadão (Ngs) alertou: “[V]ai nas ideia dos cara não, os cara quer enrolar você”; do contrário “cê vai sempre perder”. A imagem faz coro ao exemplo dado por Trips: “Tipo, cara te vende um celular e tá sem bateria. Aí cê compra; quando cê for carregar ele, num vai funcionar”.

De duas outras imagens, verbalizadas por frequentadores que há anos trabalham no centro paulistano, emerge a representação da Feira do Rolo como uma *manifestação típica do centro*. “Pra mim é a mema fita: é a bagunça do centro”, resumiu Mol’s. Já para Trips ela “faz parte de todo problema social do centro, né?”, mencionando esse entrevistado que “parte daqueles caras” que a integram “moram na rua...; é bem complexo”.

Uma representação específica se insinua nas imagens verbalizadas pelos frequentadores cuja trajetória profissional está mais ligada a empregos formais do que informais: é a Feira do Rolo como *evento de comércio de produtos que, em parte, têm origem ilegal*. “[A]li os produtos, a maioria, é tudo roubado [...], roubado, de treta – né? –, de origem ilegal”, relatou Vamp. A imagem verbalizada por Trips também ressalta a origem incerta dos artigos: “É muita coisa roubada; ou, se num for roubado, num vai ter nota”. Vidas (Ca), ainda que não verbalizasse o mesmo ponto de vista, reconheceu, em tom de queixa, que essa fama da feira e sua proximidade espacial em relação ao *point*, nas noites de quinta-feira, influenciaria as interações em que os pixadores se viam inseridos: “Independente que a gente tá lá [no *point*] fumando um baseadinho, então a gente toma enquadrado dos cara [polícia] pensando que a gente tá na Feira do Rolo, [que] a gente compra bagulho roubado”.

Atravessa, no entanto, o conjunto de entrevistas a representação da Feira do Rolo como *evento que oferece oportunidades de negócio válidas*. Basta considerar imagens compartilhadas por Mol’s e Escadão (Ngs). O primeiro declarou: “Já trampei muito na feira do rolo”, dizendo que já fez “vários negócio” e que, quando participava, “ganho

dinheiro” e “compro vários bagueio”. Já Escadão (Ngs), quando perguntado se faria negócios na Feira do Rolo, respondeu que “eu estourei, hoje! Haha, a Feira do Rolo é dinheiro, carai! Cê quer ganhar dinheiro? Cê tem alguma coisa pra vender? Pode ir na Feira do Rolo que cê ganha”, dando a entender que havia realizado um bom negócio. Diferente de Escadão (Ngs) e Mol’s, envolvidos em ocupações informais na rua, Trips respondeu que não faria negócios na Feira do Rolo, mas logo em seguida se lembrou da ocasião em que comprou “um livro de filosofia, uma vez, por cinco reais”, argumentando que olhou o livro por acaso, “me interessou, eu acabei comprando; mas foi a única vez”.

O relato de Vidas (Ca) reverberou comentários passados seus, verbalizados em meio às interações no *point* da Dom José de Barros na noite de 25 de outubro de 2018, quando reclamou que a Feira do Rolo “arrasta” com relação aos pixadores, isto é, os prejudicaria, ao atrair a repressão policial. O mesmo termo foi usado pelo pixador GDL, em conversa informal na noite de 29 de novembro de 2018, quando atribuiu a mudança de local do *point* ao fato de que “a feira do rolo arrasta pra nós, a polícia fica indo lá”. Esse ponto de vista encontra eco na fala de outros entrevistados. “A agente colava pra tomar uma cerveja, mas a feira do rolo tava no nosso meio. E a polícia subia pra pegar os cara que tava vendendo as coisas”, conta Trips, ressaltando em seguida que essa presença da Feira do Rolo em meio ao *point* gerava consequências para seus frequentadores: “E aí a gente tinha que sair correndo também; às vezes era enquadrado sem tá com nada”. A imagem exposta por Vamp evidencia o seu descontentamento e resalta algo que ele compartilhava com seus pares: “É uma das coisas que queima o *point* lá, né? Porque a polícia vai lá por causa dessa Feira do Rolo. E aí quem tá no *point*, tomando uma breja, alguma coisa, até fumando um baseadinho, já tem que dispersar também”.

Quando questionado sobre a motivação da polícia para agir no local, Vamp não titubeou: “Por causa da Feira do Rolo..., da Feira do Rolo. É o que chama mais atenção”, e mencionou também, na sequência, o “tráfico de drogas, essas coisas”. Escadão (Ngs) reagiu por meio da mesma associação: “Por causa da Feira do Rolo, né, mano?”, e seguiu, assim como Vamp, associando a ação policial a outras motivações: “Também, ah..., tem tráfico; ah! O centro é foda, né; é tráfico, é ladrão pra porra, é noia, é tudo”. Concluiu, então, que a Feira do Rolo é “ruim pro *point*”, porém sem explicar o porquê, evitando julgar aqueles que a integravam: “Mas cada um no seu corre, né?”. Mol’s, por fim, expõe ainda outro ponto de vista. Para ele, aparentemente, não haveria um fator preponderante que motivaria a ação policial: “É mais em função da criminalidade, tráfico de drogas, da

violência, da Feira do Rolo, do contrabando. Por último por causa da pixação; a pixação, pra eles [polícia], é o de menos”. Afinal, com os pixadores a polícia “num embaça nas folhinha [...]; só embaça se tiver fumando maconha”. Divergindo da opinião de seus pares, para Mol’s, que trabalhava como vendedor informal nas ruas do centro, o que atraía a ação da polícia sobre os frequentadores do *point* não seria a Feira do Rolo: “Pra mim, se os cara [da Feira do Rolo] tiver lá a polícia vai embaçar [com os pixadores]; se os cara não tiver lá, a polícia vai embaçar do memo jeito, mano!”. A seu ver, a repressão não precisaria de uma motivação externa, pois “a polícia é verme, mano, os cara é verme, atrasa-lado. Os cara atrasa de qualquer forma”. A continuação de sua resposta, no entanto, dá a ver o lastro das imagens trazidas pelos outros entrevistados, ainda que ele buscasse contrariá-las: “Às vezes os cara [pixadores] fala: ‘Ah, é culpa dos cara da Feira do Rolo’. Num é, mano! A polícia atrasa qualquer um”. Ao mencionar que já fez negócios na Feira, relembrou: “Lá até os pixador já quis intimar eu, já. Os cara: ‘Ô, mano, cê tá arrastano aí, aqui num é Feira do Rolo, não!’”.

Portanto, mesmo a imagem verbalizada por Mol’s, contradizendo aquelas dos demais, evidencia a existência de uma representação da Feira do Rolo como *evento que atrai a repressão policial que*, por ocorrer, com frequência, em proximidade espacial com o *point* dos pixadores, acontecendo em meio a este, *recai também sobre os frequentadores do point*.

As várias imagens verbalizadas pelos frequentadores do *point* dão indícios de representações sobre cinco lugares e um evento. Procuo, agora, retomar essas representações ressaltando que algumas delas trazem em si uma carga valorativa mais ou menos explícita, e também chamando a atenção para semelhanças existentes entre representações que se referem a diferentes lugares.

Uma representação que medeia o imaginário desses frequentadores do *point*, e que aponta para certas semelhanças em suas trajetórias de relação com a área central da cidade, é aquela do centro como um *lugar associado a espaços de consumo da juventude dos frequentadores do point*. Aparece com força também a representação de um *lugar onde as pessoas de toda a cidade se encontram*, que converge com outra, à qual remetem as imagens construídas por dois frequentadores cuja trajetória profissional se associa à ocupação de *office-boy*: é o centro enquanto *lugar propício para que encontros aconteçam*. Já as imagens trazidas por aqueles que se ocupavam de trabalhos informais

nas ruas do centro dão forma à representação como *lugar que oferece oportunidades econômicas*. Outra, aparentemente mais disseminada entre os frequentadores, é a do centro como um *lugar onde se encontram opções de entretenimento*. Mas, se todas essas representações são dotadas de uma carga valorativa positiva, elas convivem com a representação manifestamente vacilante de um *lugar dotado de ambiguidades*, e outra, valorativamente mais parcial, de *lugar que oferece perigo*.

As representações do centro giram em torno de lugar associado ao consumo e ao entretenimento, porém, ao mesmo tempo, a oportunidades econômicas e ao perigo, o que assegura ao mesmo centro um caráter moralmente dúbio. Já o mesmo não pode ser dito das representações sobre o espaço público que medeiam o imaginário dos entrevistados, relativamente idealistas. As imagens verbalizadas pelos frequentadores apontam para a representação do espaço público como *lugar que todos podem acessar e usufruir, e onde se pode permanecer*, o que se associa à *fruição de momentos de lazer, diversão e de acesso à cultura*.

Bem menos abstratas e nada idealistas são as representações reveladas pelas imagens que esses frequentadores verbalizaram acerca da rua. Uma refere-se a um *lugar ao qual se ligam suas trajetórias pessoais*. Essa concepção se associa a outra, cuja carga valorativa também repousa na incerteza: a rua é um *lugar que oferece aprendizados caracterizados por uma ambiguidade moral*. Por fim, duas representações da rua medeiam o imaginário de dois dos frequentadores assíduos do *point* que se ocupam de trabalhos informais na rua. Uma delas é a de um *lugar onde se assegura a própria sobrevivência*, e a outra a de um *lugar cujas relações são permeadas por conflitos*.

Já quando o assunto é a rua específica do centro paulistano em que os pixadores se encontram nas noites de quintas-feiras úteis são representações bem mais diversas daquelas associadas ao espaço da rua em geral que vêm à tona. Ao menos as imagens verbalizadas pelos dois entrevistados que trabalham informalmente nas ruas do centro e frequentam assiduamente o local são formas assumidas por representações positivamente valoradas da Rua Dom José de Barros como *lugar peculiar por sua relação com a história da cultura hip-hop em São Paulo* e, ainda, como *lugar associado ao consumo de psicoativos como a maconha*.

Acerca do *point* dos pixadores da Dom José de Barros, identifiquei ao menos sete representações por meio das imagens que vieram à luz nas entrevistas com cinco de seus frequentadores. Duas delas repetem determinados aspectos das representações associadas

ao centro, o que não surpreende, se levarmos em conta que o *point* em questão é, justamente, aquele que tem lugar na rua do centro paulistano. Se nas representações do centro se evidencia não só a possibilidade de encontros entre pixadores, mas entre pessoas oriundas de toda a cidade, o *Point* do Centro é representado como *lugar momentâneo do encontro principal de todos os pixadores*, e como *lugar em que se reúnem pixadores em maior número e oriundos de diferentes regiões e localidades*.

Essas representações apontam para o *point* da Dom José de Barros como a efetivação, ao menos entre os pixadores, das potencialidades do centro de São Paulo anunciadas em representações desse último, ou seja, como *locus* do encontro entre pessoas de várias localidades.

Mas há também, entre frequentadores assíduos e esporádicos, a representação do *point* em geral como *lugar em que se tematiza a pixação nas interações verbais e não verbais*, além do *point* como *lugar associado ao consumo de psicoativos*. Isso reverbera também em uma das representações em particular da Rua Dom José de Barros. Outras representações sobre o *point* que vieram à luz são a de um *lugar momentâneo que permite o reconhecimento entre pares da pixação*, e aquela do *lugar em que se reúnem principalmente pixadores*. O termo oculto de comparação é, justamente, o *point* que acontece em Pinheiros, que eu deduzi de imagens verbalizadas pelos pixadores que declararam ser frequentadores de ambos. Uma representação que subjaz apenas a imagens verbalizadas pelos três frequentadores de mais longa data, e que o fazem há mais de dez anos, é a do *point* como *lugar momentâneo que proporciona reencontros entre velhos conhecidos*, sugerindo que outros frequentadores de longa data também seguiriam comparecendo às reuniões.

Por fim, dois dos frequentadores que há anos trabalham no centro paulistano verbalizaram imagens sobre a Feira do Rolo por meio das quais foi possível identificar representações da mesma como *evento ambulante e manifestação típica do centro*. Outras imagens, porém, evidenciam representações mais marcadas por determinados valores, como a de um *evento comercial em cujas transações se corre o risco de ser enganado*. A representação da Feira do Rolo como *evento comercial cujos produtos, em parte, têm origem ilegal* surgiu como mediação do imaginário de frequentadores do *point* cuja trajetória profissional estava mais ligada a empregos formais do que a trabalhos informais. Por outro lado, a Feira do Rolo como *evento que oferece oportunidades de negócio válidas* é representação que medeia o imaginário de dois frequentadores envolvidos em

ocupações informais exercidas na rua. Enfim, à exceção de Mol's, que se ocupa há anos do comércio informal na rua do centro, os demais frequentadores compartilharam imagens em torno da representação da Feira do Rolo como *evento que atrai a repressão policial, o que recai também sobre os frequentadores do point*.

Tais representações a respeito da Feira do Rolo apontam para a ambiguidade que caracterizaria o modo como esses frequentadores interagem com ela. Mas, quanto àquelas que vieram à tona a respeito do *point*, em que podem contribuir para uma definição mais precisa a seu respeito?

Em torno da definição de point

Parte daquelas representações, além de indicarem usos que esses frequentadores fazem do local, explicitam outra delimitação do *point*. Este, além de se referir a um trecho específico da Rua Dom José de Barros, se refere a um recorte temporal específico, as noites das quintas-feiras úteis – condição a que já havia aludido Caiafa (1985, p. 15) a respeito do *point* dos *punks* cariocas. Representações como a de um *lugar momentâneo do encontro principal de todos os pixadores* indicam a especificidade de um “fragmento de espaço” que é socialmente significado (FREHSE, 2009, p. 151) como lugar *temporalmente* referenciado, portanto, associado a um momento temporal. Nesse sentido, a imagem verbalizada por Escadão (Ngs) - para quem, “[e]nquanto nós tá lá presente [...], nós é o *point*” - é particularmente esclarecedora, assim como aquela construída por Vidas (Ca) – de que “todo dia de manhã, independente que não é *point*, eu tô lá [no trecho da Rua Dom José de Barros]”.

Explicitado esse aspecto, se em várias noites do período em que estive em campo testemunhei a Feira do Rolo acontecendo no mesmo local do *point*, o que diferenciaria ambos? As representações que as falas desses entrevistados revelam acerca a Feira do Rolo chamam atenção ao designá-la como um *evento*, e mais: *ambulante*. Isso converge com minhas observações nas noites em que identifiquei sua ocorrência não junto ao *point*, mas em outros lugares da região central (Diário de Campo, 16/11/2017, p. 1; 02/08/2018, p. 1; 11/10/2018, p. 1), ou ainda quando não percebi sinais de sua ocorrência naquele perímetro (Diário de Campo, 06/12/2018, p. 1). Portanto, enquanto o *point* parece estar mais associado a um lugar e um momento definidos, a Feira do Rolo aparenta maior

fluidez, alterando sua localização com maior frequência, conforme a incidência da repressão policial.

Cabe ressaltar por fim que, como vimos no capítulo relativo à história do *Point* do Centro, este tampouco é estanque. Também conforme a repressão policial, ao longo das duas últimas décadas o ponto de encontro teve sua localização alterada pelo menos três vezes, além do dia e horário de seus encontros. Em outubro de 2018 pude testemunhar uma dessas transferências – nesse caso, ao mesmo local no qual já havia se estabelecido na década de 1990, a Ladeira da Memória. Já diante da repressão policial ainda mais intensa de que foram alvo, os encontros voltaram outra vez, no final daquele mês, a ocorrer na Rua Dom José de Barros. Ao contrário da Feira do Rolo, evento cuja ocorrência pode se dar em diferentes locais, alterando sua localização num curto espaço de tempo, o *Point* do Centro, ao longo de sua história e do período em que estive em campo, tem se associado a uma mesma localidade por períodos mais longos. Daí que designá-lo como *lugar momentâneo* é uma forma de ressaltar essa associação mais ou menos longeva a um espaço definido, sem abrir mão de sua temporalidade, que se mostrou decisiva à noção.

Isso aproxima o *point*, do ponto de vista interacional, da noção de “ocasião social” desenvolvida por Erving Goffman (2010, p. 28), isto é, de um “acontecimento, realização ou evento social mais amplo, limitado no espaço e no tempo”. A noção ajuda a entender como a Feira do Rolo podia acontecer no mesmo lugar do *point* sem que pixadores se confundissem com participantes da feira e vice-versa. O fato de fornecer o “contexto social estruturante” em que suas “situações” e “ajuntamentos” teriam “probabilidade de se formarem, dissolverem e reformarem” é o que associa cada ocasião social a um determinado “padrão de conduta”.

Os padrões de comportamento corporal e das interações não verbais e verbais apontados no capítulo anterior é o que dá a ver a existência de padrões de conduta próprios do *Point* do Centro. Os encontros ali, no entanto, estariam mais próximos daquilo que Goffman chamou de uma estrutura e desenvolvimento “difusos” (GOFFMAN, 2010, p. 29). Isto é, mesmo que “facilitado por equipamentos físicos”, como os bares da Dom José de Barros, os encontros no *point* acontecem sem a mediação de qualquer instituição ou de papéis sociais que desempenhem uma função organizacional ou de condução⁵⁰.

⁵⁰ Como aparentava ser o caso da Batalha do *Point* durante o meu trabalho de campo. Seu desenvolvimento se orientava por aqueles que ocupavam o papel de organizadores e/ou apresentadores da competição, mediando não só o duelo entre os participantes, mas também a participação da plateia na avaliação das performances.

CONCLUSÃO

Diferentemente da obra que o título desta dissertação parodia – *Quando a rua vira casa* (VOGEL; MELLO, 2017) –, resultante de uma investigação sobre a apropriação que moradores de um bairro carioca faziam de seus espaços no final dos anos 1970, a pesquisa que deu origem a este trabalho se prestou a objetivos outros. Guiada pela indagação acerca dos usos da rua realizados atualmente por protagonistas das chamadas práticas juvenis no centro de São Paulo, esta dissertação debruçou-se sobre o caso empírico dos pixadores dessa cidade, revelando continuidades e descontinuidades em relação às representações que as ciências sociais e a grande imprensa escrita construíram sobre aquelas práticas nas quatro décadas anteriores.

Na primeira parte desta dissertação vimos como os estudos realizados da década de 1980 até os anos 2000 a respeito de grupos caracterizados como juvenis, da mesma forma como as matérias jornalísticas que os tematizaram em São Paulo nas quatro últimas décadas, revelaram padrões em suas práticas – sendo o principal deles o estabelecimento de pontos de encontro, voltados à sociabilidade pública, em lugares públicos centrais.

No contexto paulistano, os dois tipos de fontes também apontam a relativa fluidez desses pontos de encontro ao longo das décadas em questão, tendo passado por transformações e mudanças de localidade, ainda que se mantendo em lugares públicos centrais da cidade. Já quanto à temporalidade de tais práticas, destaca-se sua associação, tanto pelos estudiosos quanto pelas matérias jornalísticas, a momentos não cotidianos de seus protagonistas, sobretudo nos interstícios de suas rotinas de trabalho e/ou estudo.

O padrão que se revela na caracterização dos protagonistas dessas práticas por parte dos estudiosos é que eles seriam homens jovens, provenientes das classes trabalhadoras e das periferias, e inseridos em ocupações socialmente pouco qualificadas. As matérias jornalísticas publicadas até o início dos anos 2000 ressaltam as mesmas características de seu perfil social, mas desse momento em diante os jornalistas praticamente deixam de caracterizar socialmente esses protagonistas ao passo que cresce a proporção de matérias que tematizam tais grupos e práticas em retrospecto, referindo-se aos anos 1980 e 1990. Concomitante a isso, o conjunto de estudos realizados sobre tais grupos também apresentou inflexão parecida, ao tematizá-los, de meados dos anos 2000 em diante, também em retrospectiva, à exceção dos skatistas.

Se não foi possível aqui inferir a motivação de tal inflexão nas abordagens, tanto dos estudiosos quanto dos jornalistas, a respeito desses grupos e suas práticas nas ruas do centro paulistano, restaria averiguar suas persistências e transformações nos dias atuais. É o que busquei realizar na segunda parte deste trabalho com relação a um desses grupos, o dos pixadores.

A etnografia realizada nos encontros do *point* da Dom José de Barros, nas noites de quintas-feiras úteis, revelou, com base num padrão básico de comportamento corporal – a permanência física mais ou menos alongada ali e então como contraponto ao trânsito – padrões de interação não verbal e verbal ali vigentes dos pixadores entre si e com terceiros. Os frequentadores do *point* se agrupavam em ajuntamentos variados quanto ao número de integrantes, e que se constituíam, desfaziam e reconstituíam, sendo que os indivíduos com frequência se moviam de um ajuntamento a outro. Esse movimento era dinamizado não só pela existência de vínculos prévios entre alguns desses frequentadores, mas principalmente pelas regras de interação social vigentes no âmbito do *point*.

O que estrutura essas interações sociais revelou-se sobretudo na regra do compartilhamento, que propiciava aos frequentadores do *point* uma abertura à interação social pública com terceiros, efetivando-se na constante reconstituição e reorganização dos ajuntamentos que ali se estabeleciam. Tais condições interacionais, que caracterizam os encontros aqui em foco, estão ligadas a representações acerca do *point* da Dom José de Barros como um *lugar momentâneo* – isto é, a um só tempo um espaço e um tempo – privilegiado para que se estabeleçam o reconhecimento e a interação entre pixadores potencialmente de toda a cidade. Isso significa a efetivação, ao menos entre esses pixadores, das potencialidades do centro de São Paulo enunciadas nas representações que eles compartilham, sem saber, sobre este; ou seja, como *locus* do encontro entre pessoas de várias localidades e regiões. Por outro lado, a consonância de determinadas condições entre esses indivíduos apontou para a hipótese de que tal abertura estaria afiançada pela existência de um sentimento de solidariedade grupal.

Mas, afinal, quem são, em termos sociais, os protagonistas dessa prática? Seu perfil social revelou-se marcado por trajetórias profissionais descontínuas, associadas a empregos pouco qualificados ou informais. A associação de parte dessas trajetórias à ocupação de *office-boy* chamou atenção por remeter à literatura analisada no capítulo 1 e as representações veiculadas pelos jornais, que vimos no capítulo 2, que também a destacaram na constituição do perfil social dos protagonistas das práticas juvenis ali

tematizadas. Revela-se aí, por se tratar de uma ocupação cujo desempenho de suas funções se associa ao espaço da rua, uma característica comum com as ocupações associadas ao perfil dos protagonistas aqui caracterizados como frequentadores “assíduos” aos encontros do *point*, que apesar de marcadas pela informalidade são também desempenhadas no espaço da rua.

O perfil social dos protagonistas das práticas juvenis tematizadas por aqueles estudiosos indica ainda que elas seriam protagonizadas principalmente por indivíduos jovens e provenientes das classes trabalhadoras e das periferias. Já as representações veiculadas pelos jornais, analisadas no segundo capítulo, fazem coro a essas mesmas características – ao menos até a virada para os anos 2000, quando deixam de ser enfocadas – ressaltando-se o pertencimento dos protagonistas daquelas práticas majoritariamente ao gênero masculino.

Se em atributos como origem socioespacial, ocupação desempenhada e gênero é possível visualizar uma continuidade entre os protagonistas de práticas juvenis que se davam em lugares públicos dos anos 1980 com os protagonistas da prática aqui analisada – os pixadores frequentadores do *point* entre outubro de 2017 e fevereiro de 2019 – a descontinuidade no quesito etário é relevante. Por conseguinte, cabe ressaltar a defasagem do termo “prática juvenil” para qualificar a pixação paulistana da atualidade. No mesmo sentido, se considerarmos que quatro dos entrevistados declararam ter se iniciado na prática há mais de dez anos atrás, ainda durante a adolescência, caberia investigar, a respeito de outras práticas historicamente consideradas “juvenis” pelos estudiosos, se seus protagonistas atuais apresentariam trajetória semelhante. Ao menos quanto à prática da pixação paulistana, é possível afirmar que, ao invés de “juvenil”, o qualificativo “periférica” ou “popular” – no sentido de origem social relativa à posição de classe – se presta a uma caracterização mais fiel quanto ao perfil daqueles que protagonizam tal prática atualmente.

Resumidos aqui os resultados investigativos da pesquisa que originou esta dissertação, que é possível concluir? Essencial é aqui destacar aquilo que se revelou central para o problema que guiou esta pesquisa: o estabelecimento de pontos de encontro nas ruas do centro. Central por motivos de duas ordens.

Primeiro porque, no caso empírico que me dediquei a analisar aqui, dos pixadores de São Paulo, as regras de conduta que integram os usos da rua implícitos na frequência desses protagonistas a seus *points* se mostrou um aspecto fundamental para a

compreensão do fenômeno da pixação a partir de parâmetros sociológicos. Sob esse prisma, é fundamental considerar a sociabilidade pública promovida nos pontos de encontro.

E segundo porque o ponto de encontro se mostrou uma referência incontornável à quase a totalidade dos estudos que abordaram as práticas juvenis em lugares públicos e às representações publicadas por jornalistas nas últimas quatro décadas sobre aquelas que se davam nas ruas do centro paulistano.

A temporalidade atribuída por estudiosos e jornalistas a esses encontros, no caso de diferentes práticas juvenis, relacionados a uma frequência semanal, era sobretudo associada a momentos de não-trabalho de seus protagonistas, dando-se especialmente nos últimos dias úteis da semana, em horários de almoço ou finais de tarde, e aos sábados. Padrão semelhante pude deduzir a partir de minhas observações em campo no *point*, ressaltando-se a associação de seus encontros às noites de quintas-feiras úteis. Importa notar que a temporalidade de tais pontos de encontro, em especial a do *point* dos pixadores, se associa sobretudo a um momento não cotidiano de seus protagonistas, dando-se nos interstícios de suas rotinas. Sua espacialidade, no mesmo sentido, também se caracteriza por fugir ao cotidiano ao assumir, de modo fugaz, uma significação outra – no caso, a de *point* dos pixadores – para esses protagonistas.

Já as representações cunhadas pelos estudiosos a respeito da espacialidade dos pontos de encontro protagonizados por outras personagens na rua do centro, como vimos, unem-se novamente àquelas dos jornalistas ao indicar ruas, praças, largos e proximidades de galerias comerciais como *locus* privilegiado para seu estabelecimento. No caso das práticas juvenis do centro paulistano, lugares como a estação e o Largo São Bento, a Praça Roosevelt, as ruas 24 de Maio e Dom José de Barros e imediações da Galeria do Rock revelam-se como aglutinadores de diferentes grupos ao longo das quatro últimas décadas.

Quando tomadas em perspectiva histórica, no entanto, essas representações têm mais a desvelar. No caso da cidade de São Paulo, o conjunto da bibliografia e das matérias publicadas pelos dois jornais sugere que os pontos de encontro que os protagonistas dessas práticas juvenis constituíam, em alguns casos, tiveram sua localização no espaço urbano do centro alterada, mantendo-se, não obstante, associados a lugares públicos. Refiro-me, por exemplo, à transferência dos dançarinos de *break* da 24 de Maio para a estação São Bento, na década de 1980; à aglutinação, ali, com os *punks*; o movimento destes às imediações da Galeria do Rock e seu posterior afastamento; a saída dos

dançarinos de *break* da São Bento já na década de 1990; em 2012, a volta dos skatistas à Praça Roosevelt.

As motivações para esses movimentos não teriam sido sempre as mesmas, algumas dando-se por repressão policial, outras por disputas com outros grupos, ou ainda por reformas urbanas. Já no caso dos pixadores de São Paulo, a partir da história que delineei no terceiro capítulo acerca dos *points* que constituíram na região central desde a década de 1990, as motivações foram sempre as mesmas: a repressão policial.

FONTES PRIMÁRIAS

O Estado de S. Paulo – Acervo Estadão (Disponível em: <<https://acervo.estadao.com.br/>>; acesso em maio e junho de 2019)

ALBANESE, Ronaldo. “Jovens criam redutos para voar sobre rodas”, *O Estado de S. Paulo* [“Cidades”], 27.3.1995, p. 4.

ALEXANDRE, Ricardo. “‘Galeria do Rock’ tem as melhores barganhas”, *O Estado de S. Paulo*, 4.5.1995, p. 5.

AMARANTE, Leonor. “1986, um ano para a afirmação da música punk?”, *O Estado de S. Paulo*. 11.1.1986, p. 12.

_____. “Bandas, a última esperança punk”, *O Estado de S. Paulo*. 28.1.1984, p. 16.

BASTOS, Rosa. “Skate, o segundo esporte paulistano”. *O Estado de S. Paulo* [“Cidades”], 1.12. 2002, p. 1.

BRITO, D.; CARQUEIJO, G. “Começa hoje o X Games, a olimpíada radical”, *O Estado de S. Paulo* [“Esportes”], 25.4.2008, p. 3.

BROITMAN, Daniela. “Manobras radicais entre mendigos e camelôs”, *O Estado de S. Paulo* [Zap!], 28.4.1994, p. 6.

_____. “Prefeitura quer skaters fora do Santa Ifigênia”, *O Estado de S. Paulo* [Zap!], 28.4.1994, p. 6.

CARELLI, Gabriela. “Praça Roosevelt está interdita desde 93”, *O Estado de S. Paulo* [“Cidades”], 29.11.1997, p. 4.

CARMONA, André. “Spots”, *O Estado de S. Paulo* [Divirta-se], 23.3.2018, p. 13.

CARVALHO, Marco Antônio. “Sem teto desocupam Largo do Paissandu”, *O Estado de S. Paulo* [“Metrópole”], 11.8.2018, p. 23.

CASTILHO, Alceu Luís. “Dançarinos de break mantêm o movimento”, *O Estado de S. Paulo* [Seu Bairro], 27.7.1995, p. 12.

_____. “Esportistas recriam espaços da correria”, *O Estado de S. Paulo* [Seu Bairro], 8.2.1996, p. 12.

DEODORO, Juliana. “Prefeitura analisa novos locais para esporte”, *O Estado de S. Paulo* [“Cidades/Metrópole”], 5.4.2013, p. 6.

FOLGATO, Marisa. “Pichadores dizem que deixarão ladeira no centro”, *O Estado de S. Paulo* [“Cidades”], 26.2.2000, p. 4.

FUCUTA, Brenda Lee. “As gangues que incendeiam a periferia”, *O Estado de S. Paulo* [“Caderno 2”], 25.2.1989, p. 1.

_____. “Direto de Nova York para a estação São Bento do metrô”, *O Estado de S. Paulo* [“Caderno 2”], 25.2.1989, p. 1.

GASPERIN, Emerson. “Thaíde & DJ Hum exigem atenção”, *O Estado de S. Paulo* [Zap!], 14.11.1996, p. 6.

JOE, Jimi. “Da periferia para o subterrâneo”, *O Estado de S. Paulo* [“Caderno 2”], 13.7.1990, p. 3.

MAGALHÃES, Mário. “Depois de assassinato, show punk volta a ser tumultuado”, *O Estado de S. Paulo* [“Geral”], 3.5.1991, p. 11.

_____. “Praça Roosevelt está deteriorada”, *O Estado de S. Paulo* [“Geral”], 5.5.1991, p. 26.

MEDEIROS, Jotabê. “A vibração dos tagarelas do rap”, *O Estado de S. Paulo* [“Caderno 2”], 28.6.1988, p. 8.

MONTEIRO DE BARROS, Celina. “Um circo? Não, o centro da cidade”, *O Estado de S. Paulo*, 12.6.1984, n.p. [p. 42].

MOREIRA, Adriana. “Monumentos guardam parte da história”, *O Estado de S. Paulo* [Seu Bairro: Leste], 18.1.2001, p. 1.

N/a. “Rapazes atacam o Memorial da América Latina”, *O Estado de S. Paulo* [“Cidades”], 24.11.1991, p. 5.

O ESTADO de São Paulo. “A cidade pichada” [editorial], *O Estado de S. Paulo*, 13.2.2000, p. 3.

O ESTADO de São Paulo. “O sequestro da praça” [editorial], *O Estado de S. Paulo*, 12.1.2013, p. 3.

PAIVA, Uilson. “Vandalismo com assinatura”; “‘Maioria vira ladrão ou traficante’, diz pichador”, *O Estado de S. Paulo* [“Cidades”], 6.2.2000a, pp. 4-5.

_____. “Limpeza de pichações pode desgastar monumento”, *O Estado de S. Paulo* [“Cidades”], 11.2.2000b, p. 6.

_____. “Pichador vira minoria na Ladeira da Memória”, *O Estado de S. Paulo* [“Cidades”], 12.2.2000c, p. 7.

PINHO, Márcio; FELIPE, Frazão. “Hoje, na Paulista, festa e protesto”, *O Estado de S. Paulo* [“Cidades/Metrópole”], 18.6.2011, p. 9.

PLASSE, Marcel. “Ratos e Inocentes sopram as velinhas do punk”, *O Estado de S. Paulo* [“Caderno 2”], 27.11.1991, p. 10.

R.S. “Titãs fecham o ano com ‘Go back’”, *O Estado de S. Paulo* [“Caderno 2”], 18.12.1988, p. 3.

ROCHA, Janaina. “Casa do Hip-Hop abre espaço para a cultura de rua”, *O Estado de S. Paulo* [“Caderno 2”], 14.3.2000, p. 5.

ROSSI, Valéria. “Pichadores ameaçam funcionários”, *O Estado de S. Paulo* [“Cidades”], 24.2.2000, p. 7.

TAMDJIAN, J. “Moradores e skatistas buscam regras de convívio”, *O Estado de S. Paulo* [“Cidades/Metrópole”], 18.10.2012, p. 6.

VALE, Israel do. “Periferia canta, dança e protesta nos salões de rap”, *O Estado de S. Paulo* [Zap!], 17.2.1994, p. 6.

VENTURA, Cássio. “Breakers tomaram Sé em festival” [seção “Memória”], *O Estado de S. Paulo* [Seu Bairro], 2.8.1995, p. 2.

Folha de S. Paulo – Acervo Folha (Disponível em: <<https://acervo.folha.com.br/>>; acesso em maio e junho de 2019)

ALONSO, George. “Pichador autografa calcinhas de meninas”, *Folha de S. Paulo* [“Cotidiano”], 22.11.1991, p. 3.

ANDERSON, Joni. “Bala na agulha”, *Folha de S. Paulo* [Revista da Folha], 18.7.1999, p. 47.

BANHARA, Angélica. “Rappers ganham oficina grátis em Diadema”, *Folha de S. Paulo* [“Folha abcd-sp”], 17.9.1993, p. 4.

BARROS, Ruth. “‘Função’ integra uma nova tribo urbana em São Paulo”, *Folha de S. Paulo* [“Cidades”], 26.9.1987, p. 11.

BOLDRINI, Ângela. “Livro retrata mudanças no rap nacional”, *Folha de S. Paulo* [“Ilustrada”], 4.11.2015, p. 3.

CANDA, Josué. “Garotos se arriscam pela fama das pichações”, *Folha de S. Paulo* [“Cidades”], 18.9.1990, p. 3.

CAPRIGLIONE, Laura; CHOQUE; Adriano. “Pichadores agora destroem marcos do grafite em São Paulo”, *Folha de S. Paulo* [“Cotidiano”], 28.10.2008, p. 4.

CASTRO, Leticia de. “Pintor de dia, pichador de noite”, *Folha de S. Paulo* [“Cotidiano”], 5.9.2010, p. 4.

CONSIGLIO, Marina; KIMPLEL, Wesley. “Sobre a prancha”, *Folha de S. Paulo* [Guia da Folha], 27.6.2014, p. 10.

FIORATTI, Gustavo. “Alfinetadas; Isto é punk hoje”, *Folha de S. Paulo* [Revista da Folha], 28.10.2007, p. 10.

FORASTIERI, André. “Lojas do centro oferecem o melhor rock pelo menor preço”, *Folha de S. Paulo* [“Ilustrada”], 11.1.1989, p. 5.

KÜCHLER, Adriana. “Skate em SP: A lista de Daniel Marques”. *Folha de S. Paulo* [São Paulo], 2010.08.01, p. 16.

LESSA, Kátia; MIRANDA, Renata. “SP sobre rodinhas”, *Folha de S. Paulo* [Revista da Folha], 20.1.2013, p. 35.

MACHADO, Leandro. “Prefeitura promete blitz da PM contra skate na Roosevelt”, *Folha de S. Paulo* [“Cotidiano”], 17.1.2013, p. 3.

MIRANDA, Renata. “De quem é a praça?”, *Folha de S. Paulo* [São Paulo], 7.10.2012, pp. 20-21.

MOREIRA, M. C.; BOLDRINI, A. “Precusores da rap fazem show juntos após 15 anos”, *Folha de S. Paulo* [“Ilustrada”], 4.12.2015, p. 3.

N/a. “Dança no Centro, como em Nova York”, *Folha de S. Paulo* [“Geral”], 17.3.1984, p. 17.

N/a. “Embalados no ‘funk’”, *Folha de S. Paulo*, 17.3.1984, p. 1

N/a. “Meu sábado”, *Folha de S. Paulo* [Guia da Folha], 11.4.2003, p. 4.

N/a. “No seu dia, boys querem compreensão”, *Folha de S. Paulo* [Viva], 6.1.1989, n.p. [p. 3].

N/a. “Skate noturno não tem regras”, *Folha de S. Paulo* [Folhateen], 27.6.1994, p. 4.

ROSSETTI, Fernando. “Galeria reúne vários ‘mundos’ em 7 andares”, *Folha de S. Paulo* [São Paulo SP], 5.2.1992, p. 4.

SANCHES, Pedro Alexandre. “O hip-hop toma posse da cidade”, *Folha de S. Paulo* [Folha Acontece], 5.5.2002, p. 1.

TOGNOLLI, Claudio Júlio. “Gangues de São Paulo contestam a política mas têm confiança no país”, *Folha de S. Paulo* [“Cidades”], 7.11.1988, p. 1.

_____. “Pichadores poluem a paisagem e ainda dizem que há muita sujeira”, *Folha de S. Paulo* [“Cidades”], 6.3.1989, p. 1.

VALE, Israel do. “Municipal escapa por pouco de pichadores”, *Folha de S. Paulo* [Folhateen], 2.12.1991, p. 4.

FONTES SECUNDÁRIAS

ABRAMO, Helena W. *Cenas juvenis: punks e darks no espetáculo urbano*. São Paulo: Página Aberta, 1994.

ALTAMIRANO, Micaela. Por uma estética da diversidade: a pixação de São Paulo como estratégia de sobrevivência social. In: *XV Congresso IBERCOM*, Universidade Católica Portuguesa, Lisboa, 16 a 18 nov. 2017.

_____. A pixação na paisagem de São Paulo. 2018. Dissertação (Mestrado em Comunicação e Semiótica) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo.

ASSOCIAÇÃO Viva o Centro, “O programa Ações Locais”, [site] *Associação Viva o Centro*, s.d. Disponível em: <<http://www.vivaocentro.org.br/programas-e-projetos/programa-ações-locais.aspx>>; acesso em 12 set. 2019.

_____. “Viva o centro – São Paulo. Proposta de revisão dos calçadões do centro”, [site] *Associação Viva o Centro*, 2005, n.p. [p. 3]. Disponível em: <http://www.vivaocentro.org.br/media/9546/proposta_calcadoes.pdf>; acesso em 12 nov. 2019.

AUGUSTO, Maria H. O. Retomada de um legado intelectual: Marialice Foracchi e a sociologia da juventude. *Tempo Social*, Rev. Sociol. USP, São Paulo. V. 17, n. 2, 2005. Pp. 11-33.

BOTELHO, Guilherme. “Nos tempos da São Bento”. Vídeo-documentário, s.d. [2010]. Disponível em: < <https://www.youtube.com/watch?v=z8FtIypGeVs&t>>; acesso em 27 jun. 2019.

CAIAFA, Janice. *Movimento punk na cidade: a invasão dos bandos sub*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1985.

CALDEIRA, Teresa Pires do Rio. Inscrição e circulação: novas visibilidades e configurações do espaço público em São Paulo. Trad. Claudio A. Marcondes. In: *Novos Estudos CEBRAP*, v. 94, nov. 2012. Pp. 31-67.

CARDOSO, Ruth & SAMPAIO, Helena (orgs.). *Bibliografia sobre a juventude*. São Paulo: Edusp, 1995.

CARVALHO, Rodrigo Amaro de. *Entre prezas e rolês: pixadores e pixações de / em Belo Horizonte*. 2013. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social) – Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte.

COELHO, Gustavo. *PiXação: arte e pedagogia como crime*. 2009. Dissertação (Mestrado em Educação), Faculdade de Educação, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro.

_____. Pixação e metrópole: potências e belezas de jovens “inúteis”. In: *XVI ENDIPE - Encontro Nacional de Didática e Práticas de Ensino*. UNICAMP, Campinas, 2012.

COMPANHIA do Metropolitano de São Paulo. “1975: o Metrô chega ao coração de São Paulo”; “Década de 80: Expansão da linha 3-Vermelha”. *Linha do Tempo do Metrô*, 2018. Disponível em: <<http://50anos.metrosp.com.br/index.php/linha-do-tempo/>>; acesso em 29 ago. 2019.

COSTA, Rovílio. Descrição dos antecedentes da delinquência juvenil em Porto Alegre. In: *Educação e realidade*, UFRGS, N. 3, jan. 1978. Pp. 25-34.

DIÓGENES, Glória. Signos urbanos juvenis: rotas da pIXação no ciberespaço. In: *Cadernos de Campo*, São Paulo, n. 22, pp. 45-61, 2013.

FELIX, Paula. “Prefeitura anuncia início das obras de revitalização do Vale do Anhangabaú”, [site] *O Estado de S. Paulo*, 10.6.2019, n.p. Disponível em: <<https://sao-paulo.estadao.com.br/noticias/geral,prefeitura-anuncia-inicio-das-obras-de-revitalizacao-do-vale-do-anhangabau,70002863826>>; acesso em 06 set. 2019.

FORACCHI, Marialice M. *A juventude na sociedade moderna*. São Paulo: Pioneira [Ed. da Universidade de São Paulo], 1972.

FRANCO, Sérgio Miguel. *Iconografias da metrópole: grafiteiros e pixadores representando o contemporâneo*. 2009. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo), Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, São Paulo.

_____. *Engodo na arte contemporânea: A luta da pIXação contra o campo da arte; uma escultura social*. 2019. Tese (Doutorado em Sociologia), Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo.

FREHSE, Fraya. Usos da rua. In: FORTUNA, C.; LEITE, R. P. (org.) *Plural de cidade: novos léxicos urbanos*. Coimbra: Ed. Almedina, 2009. Pp. 151-170.

_____. *Ô da rua! O transeunte e o advento da modernidade em São Paulo*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2011.

_____. A rua no Brasil em questão (etnográfica). In: *Anuário Antropológico [Online]*, Brasília, 2012/II, 2013a. Posto online em 01 fev. 2014. Acessado em 03 ago. 2016.

_____. Os tempos (diferentes) do uso das praças da Sé em Lisboa e em São Paulo. In: FORTUNA, C.; LEITE, R. P. (org.) *Diálogos urbanos: Territórios, culturas, patrimônios*. Coimbra: Ed. Almedina, 2013b. Pp. 127-173.

_____. *Da cidade ao corpo e vice-versa: Tempos e espaços (Um percurso)*. 2017a. Tese (Livre Docência) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas. Universidade de São Paulo, São Paulo.

_____. Relational space through historically relational time – in the bodies of São Paulo’s pedestrians. In: *Current Sociology Monograph*, v. 65, n. 4, 2017b, pp. 511-532.

_____. Chapter 1: On the everyday history of pedestrians’ bodies in São Paulo’s downtown amid metropolization (1950-2000). In: FREIRE-MEDEIROS, B.;

O'DONNELL, J. (orgs.) *Urban Latin America: Images, Words, Flows and the Built Environment*. Nova Iorque: Routledge, 2018, pp. 15-35.

FRÚGOLI JR., Heitor. *São Paulo: espaços públicos e interação social*. São Paulo: Marco Zero, 1995.

_____. *Centralidade em São Paulo: trajetórias, conflitos e negociações na metrópole*. São Paulo: Cortez; Universidade de São Paulo, 2000.

G1 São Paulo. “Parede que teve grafite apagado na Av. 23 de Maio amanhece com manchas coloridas”, [site] *G1*, 23.1.2017, n. p. Disponível em: <<https://g1.globo.com/sao-paulo/noticia/parede-que-teve-grafite-apagado-na-av-23-de-maio-amanhece-com-manchas-coloridas.ghtml>>; acesso em 30 jan. 2017.

GOFFMAN, Erving. *Comportamento em lugares públicos: notas sobre a organização social dos ajuntamentos*. Trad. Fábio R. R. da Silva. Petrópolis: Vozes, 2010.

_____. *Ritual de interação: ensaios sobre o comportamento face a face*. Trad. Fábio R. R. da Silva. Petrópolis, RJ: Vozes, 2011.

GOMES, Pedro. “O marco-zero do hip hop”. Vídeo-documentário, 2014. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=g4f5Hwz6Voc>>; acesso em 13 set. 2019.

GOMES DA SILVA, José Carlos. Sounds of the youth in the metropolis: The Different Routes of the Hip Hop Movement in the City of São Paulo. *Vibrant*, Rio de Janeiro. V. 8, n. 1, pp. 70-94, 2011.

GOMES DOS SANTOS, Débora. *Vivo na cidade: a experiência urbana na cultura punk*. 2015. Dissertação de mestrado em Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo (Instituto de Arquitetura e Urbanismo). São Carlos: 2015.

GRAGNANI, Juliana. “Doria sanciona lei antipichação e veta até grafite não autorizado”, [site] *Folha de S. Paulo*, 20.2.2017, n.p. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2017/02/1860352-doria-sanciona-lei-anti-pichacao-e-veta-ate-grafite-nao-autorizado.shtml>>; acesso em 20 fev. 2017.

GRAGNANI, Juliana; RUSSO, Rodrigo. “São agressores, são destruidores', diz Doria sobre pichadores após ataque”, [site] *Folha de S. Paulo*, 25.1.2017, n. p. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2017/01/1852962-doria-planeja-criar-lei-para-multar-pichadores-na-cidade-de-sao-paulo.shtml>>; acesso em 13 fev. 2017

GURRIERI, Adolfo, et al. *Estudios sobre la juventud marginal lationamericana*. México, DF: Siglo XXI editores, 1971.

HOUAISS, Antônio; VILLAR, Mauro de Salles. *Dicionário Houaiss da Língua Portuguesa*. Rio de Janeiro: Objetiva, 2001.

IANNI, Octávio. XII. O jovem radical. In: *Industrialização e desenvolvimento social no Brasil*. Rio de Janeiro: Ed. Civilização Brasileira, 1963. Pp. 159-179.

JOSÉ, Beatriz Kara. *A popularização do centro de São Paulo: um estudo de transformações ocorridas nos últimos 20 anos*. 2010. Tese (Doutorado em Arquitetura e Urbanismo) – Faculdade de Arquitetura e Urbanismo. Universidade de São Paulo, São Paulo.

JUAREZ, Benjamin. *Arte urbano: usos expresivos del espacio público*. 2014. Dissertação (Mestrado em Sociologia), Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas-SP.

LARA, Arthur Hunold. *Grafite: arte urbana em movimento*. 1996. Dissertação (Mestrado em Ciências da Comunicação), Escola de Comunicações e Artes, Universidade de São Paulo, São Paulo.

LARGO da Batalha. “Largo da batalha”. Vídeo, 20 fev. 2017. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=XJM3c0UVkmc>>; acesso em 8 nov. 2019.

LARRUSCAHIM, Paula Gil; SCHWEIZER, Paul. A criminalização da pixação como cultura popular na metrópole brasileira na virada para o século XXI. In: *Revista de Direitos e Garantias Fundamentais*, Vitória, v. 15, n. 1, pp. 13-32, jan./jun 2014.

LASSALA, Gustavo. *Em nome do pixo: A experiência social e estética do pixador e artista Djan Ivson*. 2014. Tese (Doutorado em Arquitetura e Urbanismo), Universidade Presbiteriana Mackenzie, São Paulo.

LEFEBVRE, Henri. *Critique de la vie quotidienne: Fondements d'une sociologie de la quotidienneté* (v. 2). Paris: L'Arche Éditeur, 1961.

LEFEBVRE, Henri. *Éléments de rythmanalyse*. Paris: Syllepse, 1992.

MACEDO, Márcio. Baladas black e rodas de samba na terra da garoa. In: Magnani & Mantese (orgs.) *Jovens na metrópole: etnografias de circuitos de lazer*. São Paulo: Editora Terceiro Nome, 2007. Pp. 189-223.

_____. Hip-hop SP: transformações entre uma cultura de rua, negra e periférica (1983-2013). KOWARICK, L.; FRÚGOLI JR., H. (org.) *Pluralidade urbana em São Paulo: vulnerabilidade, marginalidade, ativismos sociais*. São Paulo: Editora 34; FAPESP, 2016.

MACHADO, Giancarlo M. C. *De “carrinho” pela cidade: a prática do street skate em São Paulo*. Dissertação de mestrado em Antropologia Social - FFLCH USP. São Paulo, 2011.

_____. Praça Roosevelt: sociabilidade e conflitos em um pedaço skatista da cidade de São Paulo. In: *Periféria*, Barcelona, n. 19 (1), jun. 2014. Pp. 82-107.

MAGNANI, José Guilherme Cantor. Quando o campo é a cidade: fazendo antropologia na metrópole. In: MAGNANI, J. G. C.; TORRES, L. De L. (orgs.), *Na metrópole: textos de antropologia urbana*. São Paulo: Edusp; Fapesp, 2000.

_____. De perto e de dentro: notas para uma etnografia urbana. In: *RBCS*, São Paulo. V. 17, n. 49, pp. 11-29, jun. 2002.

_____. Do mito de origem aos arranjos desestabilizadores: notas introdutórias. MAGNANI, J. G. C.; SPAGGIARI, E. (orgs.). *Lazer de perto e de dentro: uma abordagem antropológica*. São Paulo: SESC, 2018. N. p. [e-book].

MARGULIS, Mario; URRESTI, Marcelo. La juventud es más que una palabra. [In: Margulis, M. (org.). *La juventud es más que una palabra*. Buenos Aires: Biblos, 1996] Disponível em: <https://perio.unlp.edu.ar/catedras/system/files/mario_margulis-la-juventud-es-mas-que-una-palabra.pdf>; acesso em 15 jan. 2020.

MARTINS, Heloísa H. T. de S.; AUGUSTO, Maria H. O. Juventude(s) e transições [apresentação]. *Tempo Social*, Rev. Sociol. USP, São Paulo. V. 17, n. 2, 2005. Pp. 1-4.

MARTINS, João Batista; YABUSHITA, Irineu Jun. Ruídos na Cidade: Pichações na Cidade de Londrina - Aproximações... In: *Athenea Digital: revista de pensamento e investigación social*, Barcelona. N. 9, pp. 19-45, 2006.

MARTINS, José de Souza. “A guerra das paredes”. *Valor Econômico* [Suplemento Eu&Fim-de-Semana], 3.3.2017, São Paulo, s/ n.p.

MITTMANN, Daniel. *O sujeito-pixador: tensões acerca da prática da pichação paulista*. 2012. Dissertação (Mestrado em Educação) – Instituto de Biociências, Universidade Estadual Paulista, Rio Claro.

MÜLLER, Nice Lecocq. A área central da cidade. In: AZEVEDO, Aroldo de (org.). *A cidade de São Paulo: Estudos de geografia urbana*. V. 3, Aspectos da metrópole Paulista. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1958. Pp. 121-182.

N/a. “Point de Pixação nos anos 90”. Vídeo, s.d. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=-iWd4UFIJXE>>; acesso em 16 jul. 2019.

NAKANO, Kazuo; CAMPOS, Candido Malta; ROLNIK, Raquel. Dinâmica dos subespaços na área central de São Paulo. In: COMIN, Alvaro A.; SOMEKH, Nadia (Orgs.). *Caminhos para o centro: estratégias de desenvolvimento para a região central de São Paulo*. São Paulo: PMSP; Cebrap; CEM, 2004. p. 123-158.

OLIVEIRA, Rita de Cássia Alves. A vida (nem tão secreta) dos pixadores de São Paulo: festas, rolês, tretas e amizades. In: BORELLI, S.; FREIRE FILHO, J. (orgs.) *Culturas juvenis no século XXI*. São Paulo: Educ, 2008. Pp. 229-248.

PAIS, José Machado. *Culturas juvenis*. Lisboa: Imprensa Nacional Casa da Moeda, 1993.

PEREIRA, Alexandre Barbosa. *De rolê pela cidade: os pixadores em São Paulo*. 2005. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo.

_____. Pichando a cidade: apropriações “impróprias” do espaço urbano. In: Magnani & Mantese (orgs.) *Jovens na metrópole: etnografias de circuitos de lazer*. São Paulo: Editora Terceiro Nome, 2007. Pp. 225-246.

_____. As marcas da Cidade: a dinâmica da pichação em São Paulo. In: *Lua Nova*, São Paulo, 79: 143-162, 2010.

_____. “A maior zoeira”: experiências juvenis na periferia de São Paulo. 2010. Tese (Doutorado em Antropologia Social) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo.

_____. Quem não é visto não é lembrado: sociabilidade, escrita, visibilidade e memória na São Paulo da pixação. In: *Cadernos de Arte e Antropologia*, Salvador. N. 2, pp. 55-69., 2012.

_____. Cidade de riscos: notas etnográficas sobre pixação, adrenalina, morte e memória em São Paulo. In: *Revista de Antropologia*, São Paulo, USP, V. 56, N. 1, pp. 81-110, 2013.

_____. Visibilidade e escrita de si nos riscos do pixo paulistano. In: *Revista de Ciências Sociais*, Fortaleza, v. 47, n. 1, jan/jun, 2016, p. 77-100.

PIMENTA, Melissa de Mattos. “Ser jovem” e “ser adulto”: identidades, representações e trajetórias. 2007. Tese (Doutorado em Sociologia). Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo.

PREFEITURA de São Paulo. “Centro Cultural Olido: Confirma nossos espaços”, [site] *Prefeitura da Cidade de São Paulo*, 2014. Disponível em: <https://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/cultura/galeria_olido/espacos/>; acesso em 8 nov. 2019.

_____. “Circulação de veículos em calçadas facilita o acesso à região central”, [site] *Prefeitura da Cidade de São Paulo*, 2007, n.p. Disponível em: <<https://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/comunicacao/noticias/?p=130021>>; acesso em 29 ago. 2019.

_____. “Largo da Memória, porta de entrada da São Paulo antiga”, [site] *Prefeitura da Cidade de São Paulo*, 2010, n.p. Disponível em: <https://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/cultura/patrimonio_historico/ladeira_a_memoria/index.php?p=8289>; acesso em 8 nov. 2019.

SALLES, Iuri. “Cinco pixações históricas do centro de SP por Cripta Djan”, [site] *Vaidapé*, 10.1.2017, n.p. Disponível em: <<http://vaidape.com.br/2017/01/5-pixacoes-historicas-do-centro-de-sp-por-cripta-djan/>>; acesso em 16 jul. 2019.

SOARES, Flávia. Pixação em Belo Horizonte: identidade e transgressão como apropriação do espaço urbano. In: *Ponto Urbe [Online]*, São Paulo, USP, V. 12, 2013. Posto online em 31 jul. 2013. Acesso em 01 ago. 2015.

SOUZA, Rafael de Abreu. Pixações sob a ótica da arqueologia urbana. *Revista de Arqueologia Pública*, Campinas: LAP/NEPAM/UNICAMP. N.8, Dezembro 2013.

SPINELLI, Luciano. Pixação e comunicação: um código sem regra. In: *LOGOS 26: comunicação e conflitos urbanos*. Rio de Janeiro. Ano 14, pp. 111-21, 1º semestre 2007.

SPOSITO, Marília Pontes. A sociabilidade juvenil e a rua: novos conflitos e ação coletiva na cidade. *Tempo Social*, Rev. Sociol. USP, São Paulo, v. 5(1-2), pp. 161-178, 1993 (editado em nov. 1994).

TEIXEIRA, Aldemir L. *O movimento punk no ABC paulista: Anjos: uma vertente radical*. 2007. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais). Programa de Pós-graduação em Ciências Sociais, Pontifícia Universidade Católica – São Paulo, São Paulo.

TOLEDO, Luiz Fernando. “O templo do sexo na telona em SP”, [site] *O Estado de S. Paulo*, 2014. Disponível em: <<https://sao-paulo.estadao.com.br/blogs/edison-veiga/sexo-na-telona-tem-seu-templo-em-sp/>>; acesso em 8 nov. 2019.

VOGEL, Arno; MELLO, Marco A. da S. *Quando a rua vira casa*. 4 ed. Rio de Janeiro: Eduff, 2017.

ZIBORDI, Marcos. Quase impubliável: obras divergentes, relevantes e, sobretudo, simpáticas à pichação em São Paulo. In: *Comunicação & educação*, ano XXII, n. 1, pp. 127-134, jan/jun 2017.

ANEXOS

Anexo A – “Folhinhas” preenchidas pelos pixadores entrevistados



Figura 1 – “Folhinha” preenchida por Mol's

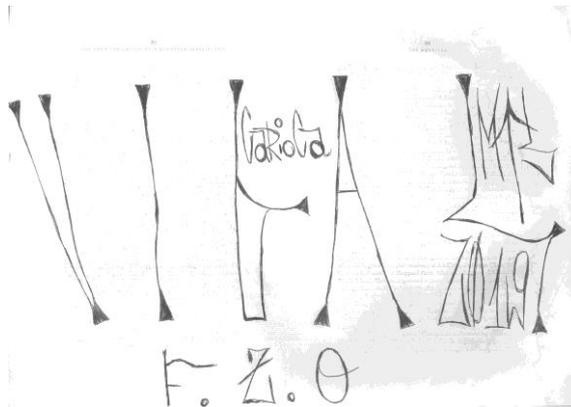


Figura 2 – “Folhinha” preenchida por Vidas (Ca)



Figura 3 – “Folhinha” preenchida por Escadão (Ngs)

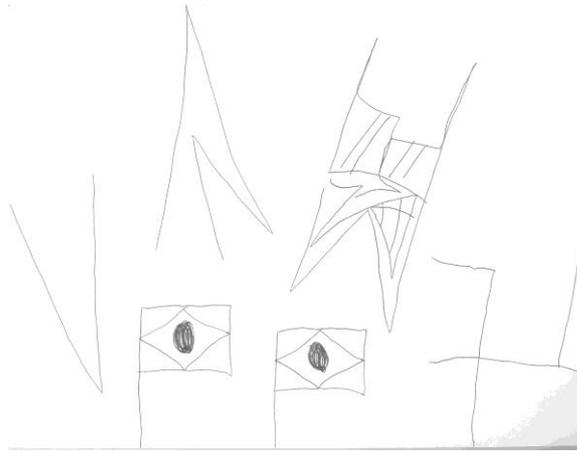
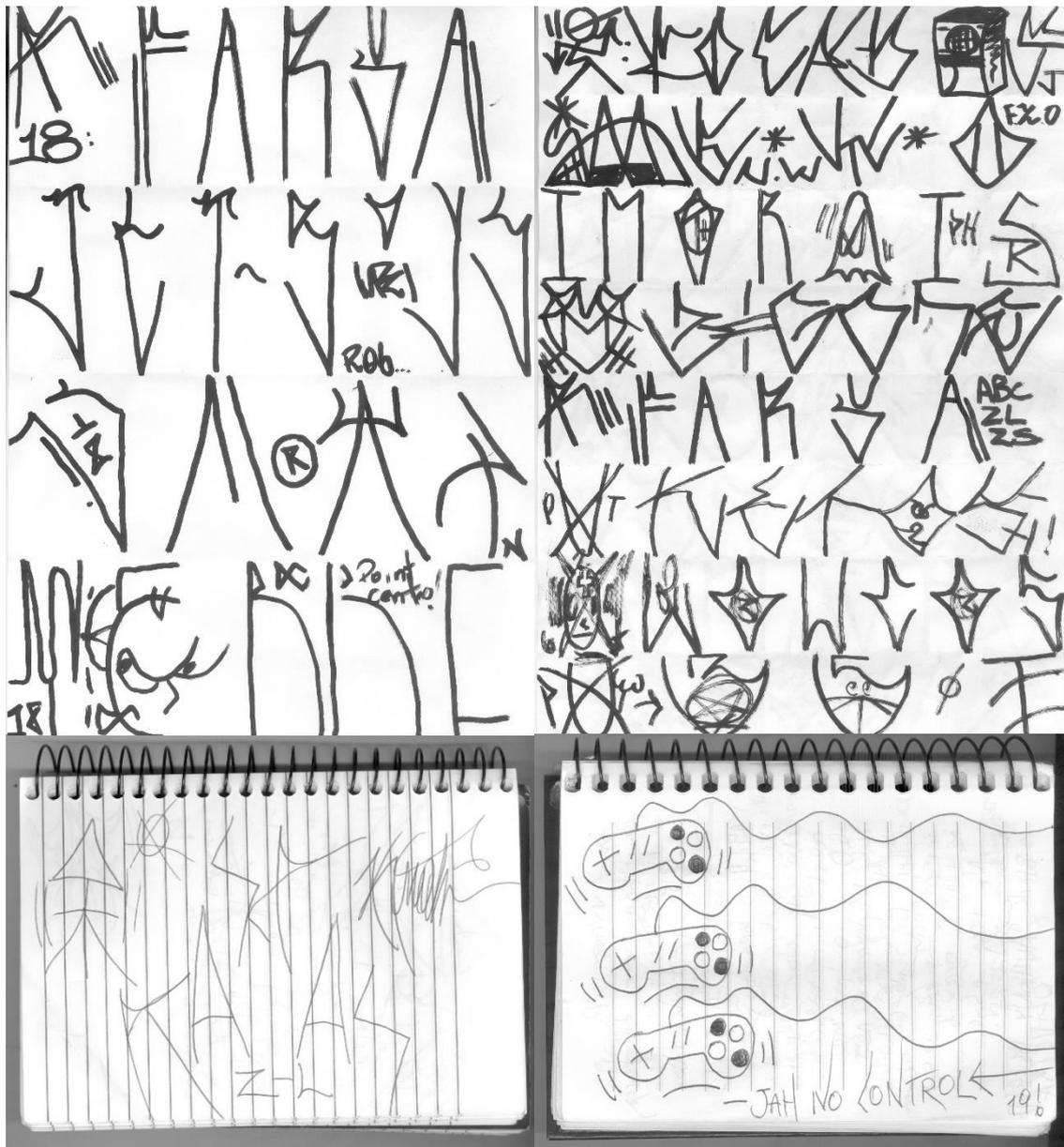


Figura 4 – “Folhinha” preenchida por Vamp



Figura 5 – *Sticker* cedido e “Folhinha” preenchida por Trips



Composição 2 – “Folhinhas” preenchidas por diversos pixadores, coletadas entre outubro de 2017 e fevereiro de 2019



Composição 3 – “Folhinhas” preenchidas por diversos pixadores, coletadas entre outubro de 2017 e fevereiro de 2019

Anexo C – Convites e folhetos coletados no *Point* do Centro



Composição 4 – Convites e folhetos, coletados entre outubro de 2017 e fevereiro de 2019